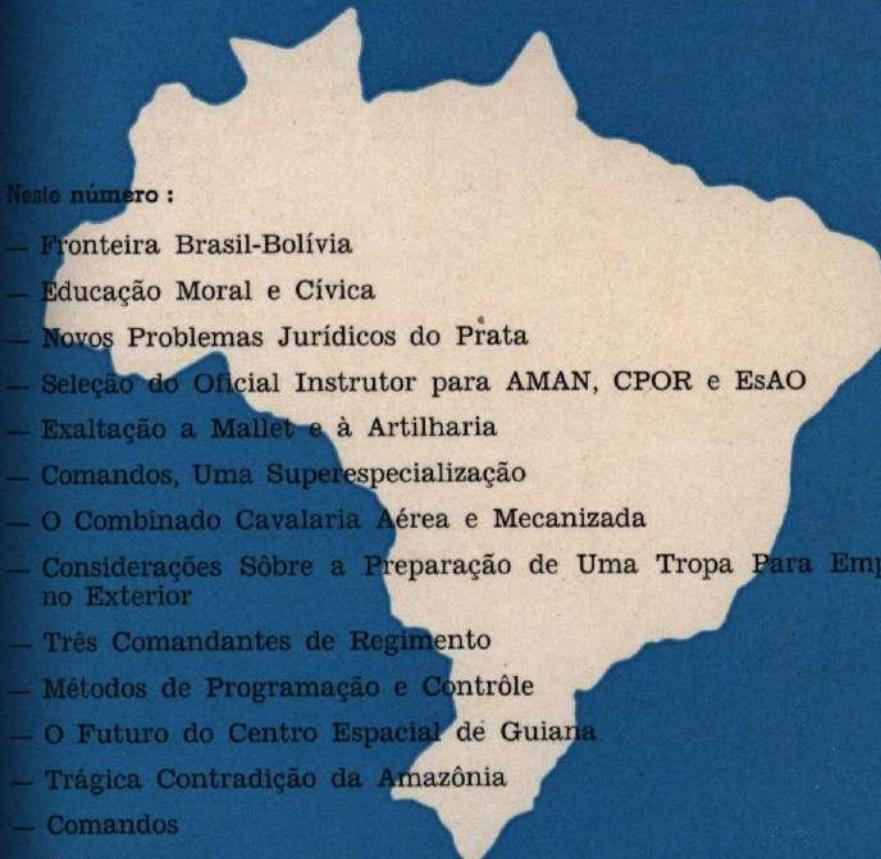


A Defesa Nacional

N.º 633

Set/Out 1970



Neste número :

- Fronteira Brasil-Bolívia
- Educação Moral e Cívica
- Novos Problemas Jurídicos do Prata
- Seleção do Oficial Instrutor para AMAN, CPOR e EsAO
- Exaltação a Mallet e à Artilharia
- Comandos, Uma Superespecialização
- O Combinado Cavalaria Aérea e Mecanizada
- Considerações Sobre a Preparação de Uma Tropa Para Emprégo no Exterior
- Três Comandantes de Regimento
- Métodos de Programação e Controle
- O Futuro do Centro Espacial de Guiana
- Trágica Contradição da Amazônia
- Comandos
- Defesa

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

Rio de Janeiro — Brasil.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
56.º

Rio de Janeiro, GB — Set/Out 1970

Número
633

SUMÁRIO

	Págs.
DIANTE DA BANDEIRA NACIONAL — Prof. ^a Maria Isabel de Carvalho Cunha	7
FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA — Ten Cel Childerico Fernandes de Carvalho	9
EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA — Cel Tarcisio Monteiro Sampaio	29
MAQUINA SERÁ SEMPRE DEPENDENTE DO HOMEM — Prof. José Geraldo de Faria	33
ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS — Cel C. Fernando	37
NOVOS PROBLEMAS JURÍDICOS DO PRATA — Dr. Clovis Ramalhete ..	41
NOTAS MILITARES	
SELEÇÃO DO OFICIAL INSTRUTOR PARA A AMAN, PARA O CPOR E PARA A EsAO — Maj João Edie Kraemer	53
EXALTAÇÃO A MALLET E A ARTILHARIA — Cel Silvio Octavio do Espírito Santo	65
COMANDOS, UMA SUPERESPECIALIZAÇÃO — Cap Kurt Pessek	71
O COMBINADO CAVALARIA AÉREA E MECANIZADA — Cap Charles W. Donaldson — Exército Norte-Americano — Tradução do Maj Luiz Oscar Bulcão de Lima — "Armor Magazine" — outubro de 1969	75
CONSIDERAÇÕES SÓBRE A PREPARAÇÃO DE UMA TROPA PARA EMPRÉGO NO EXTERIOR — Maj Omar Lima Dias	81
TRES COMANDANTES DE REGIMENTO — Gen Div R-1 Paulo Enéas F. da Silva	85
INFORMAÇÕES	
O EXÉRCITO NACIONAL NO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE — Maj Claudio Moreira Bento	91
ABREU E LIMA — GENERAL DE BOLÍVAR — Barbosa Lima Sobrinho	93
MÉTODOS DE PROGRAMAÇÃO E CONTRÔLE — PERT/CPM	107
O CEARÁ E O COLEGIO MILITAR — Prof. José Denizart M. de Alcântara	121
INFORMAÇÕES AS OM SÓBRE A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO — Cap Artur Rocha dos Santos	125
HOMENAGEM AO MARECHAL CASTELLO BRANCO — Gen Ariel Pacca da Fonseca	133
REVISTAS E JORNais	
DE "JORNAL DO BRASIL"	
O HOMEM NO FUNDO DO MAR	139
UM FOGUETE DE TERCEIRA GERAÇÃO	141
MINUTEMAN/3 O FOGUETE DA GUERRA FINAL	142
DE "FRANÇA EM REVISTA"	
O FUTURO DO CENTRO ESPACIAL DE GUIANA	147
DE "CRÍPTA"	
TRÁGICA CONTRADIÇÃO DA AMAZONIA	149
DE "TAM"	
COMANDOS — Tradução do Cel Geraldo Knaack de Souza	151
DE "JAPÃO DE HOJE"	
DEFESA	159

DIANTE DA BANDEIRA NACIONAL

MARIA ISABEL DE CARVALHO CUNHA

Rua Aviador Gomes Ribeiro, n.º 5-58 — Bauru — SP

Professora do Instituto de Educação Ernesto Monte

— Bauru — SP

Dante de ti,

Bandeira da Pátria,

Encontro-me diante de mim mesmo!

Porque és símbolo da Pátria,

E eu sou Pátria!

Porque Pátria é tudo!

Somos nós,

Esta escola,

Esta cidade,

Minha família,

Meus pais...

Pátria é tudo!

São os campos,

As ruas,

Os ares,

É a fábrica,

É a oficina,

É a bigorna,

É a pena,

É o rio que canta!

É o sol que aquece!

É a música que embala...

É o poeta que chora...

É a juventude que explode!

É o progresso que salta...

A Pátria é tudo!

É Rui!

É Caxias!

É Rio Branco!

Nós...

Bandeira, símbolo vivo da Pátria,
que palpita grandeza,
que geme miséria,
que transborda alegria...

que sonha,

que vibra,

Que traduz esperança,

Que conta conosco...

com a nossa responsabilidade,

com o nosso respeito,

com a nossa energia,

com a nossa inteligência,

com a nossa vontade

e sobretudo com o nosso amor...

Atentai bem jovens

Não estais diante apenas

de um tecido lindo,

Estais diante da Pátria!

Estais diante de vós mesmos!

É a Pátria viva

Junto de vós

que espera,

que pede,

que exige apenas

“Que cada um cumpra o seu dever”.

FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Ten Cel

CHILDERICO FERNANDES DE CARVALHO

(Conclusão do número anterior)

SEGUNDA PARTE

PERÍODOS IMPERIAL E REPUBLICANO

S U M Á R I O

1. O Tratado de La Paz (1867) e a Fronteira Brasil — Bolívia.
 - a. A Questão do Acre.
2. O Tratado de Petrópolis (1903) e a Fronteira Brasil — Bolívia.
3. O Tratado de Natal (1928) e a Fronteira Brasil — Bolívia.
4. Questões de Limites.
 - a. Ilha de Guajará-Mirim (Isla Suárez).
 - b. Marco do Jacadigo.
 - c. Cerrinho de São Matias — Corixa do Destacamento.
 - d. Morro dos Quatro Irmãos — Nascente do rio Verde.
 - (1) Marco do rio Turvo.
 - (2) Nascente Fawcett.
 - (3) Nascente Geográfica.

1. O Tratado de La Paz (1867) e a Fronteira Brasil-Bolívia

As relações diplomáticas entre Brasil e Bolívia foram iniciadas em 1831, e logo depois, em 1834, tentavam os bolivianos encetar entendimentos para fixação dos limites entre os dois países. A linha divisória, segundo proposta apresentada por nossos vizinhos amigos, deveria passar no rio Paraguai, na lagoa Uberaba, Corixa Grande, serra Aguapeí, lagoa Rebeca e rio Verde. Falharam, no entanto, as pretensões expostas pelo General Armaza, como também não tiveram êxito as sucessivas contrapropostas apresentadas pelos diplomatas brasileiros em 1851/52, 1860 e 1863; mas com a divulgação, em 1865, do texto secreto do Tratado da Tríplice Aliança, pelo qual a Argentina levaria seus limites com o Brasil, na margem direita do rio Paraguai, até a baía Negra, fato que viria prejudicar os direitos da Bolívia sobre parte do Chaco, finalmente, em 1867, conseguia o Plenipotenciário do Império firmar em La Paz o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação, com base no princípio do "uti possidetis".

Pelo tratado em questão, a linha divisória entre os dois países principiava na barra do canal da baía Negra, no rio Paraguai, e pelo citado canal prosseguia até um ponto situado no fundo da mencionada baía, onde a Comissão Demarcadora colocaria um marco.

Do marco a situar no fundo da baía Negra, a fronteira seguia em linha reta até o meio da margem sul da lagoa de Cáceres, que ficava dividida em partes iguais por outra reta que terminava na margem norte desta lagoa; e dai continuava por meio de outras retas que dividiam ao meio as lagoas Mandioré e Gaiba, de tal modo que ficassem do lado do Brasil as terras altas de Pedra de Amolar e de Insua.

Da margem norte da lagoa Gaiba, a divisória seguia pelo canal Pedro II ou rio Pando, até a margem sul da lagoa Uberaba, de onde partia uma reta que a dividia ao meio e terminava em um cerrinho perto da barra da Corixa Grande.

Pelo leito da Corixa Grande e pelo da Corixa do Destacamento, continuava a fronteira até a nascente desta última, situada no extremo sul da serra Borburema, pela qual subia até o cerrinho de São Matias; a seguir, descia este cerrinho e continuava por pequeno corixo que nasce na base do mencionado cerrinho de São Matias, até encontrar o corixo de mesmo nome, pelo qual prosseguia até a confluência deste com o de Peinado.

Da confluência do corixo de São Matias com o de Peinado, tirava-se uma linha geodésica ao morro da Boa Vista e aos Quatro Irmãos, de onde a divisória, em linha reta, deveria atingir as cabeceiras do rio Verde pelo qual desceria até sua confluência com o Guaporé; e

por este rio e pelo Mamoré, até a confluência dêste com o Beni, onde principia o Madeira.

De um ponto na margem esquerda do rio Madeira, na latitude sul de 10 graus e 20 minutos, a fronteira deveria seguir para oeste, pelo paralelo dêsse ponto, até encontrar o rio Javari.

Se o Javari tivesse suas nascentes ao norte dessa linha leste-oeste, então a fronteira, partindo daquele mesmo ponto e em linha reta, buscaria a nascente principal do dito Javari.

O tratado declarava, ainda, "livres para comércio e navegação mercante da Bolívia as águas dos rios navegáveis que, correndo em território brasileiro, vão desembocar no Atlântico." E em Notas Reversais, tornava-se comum aos dois países a navegação nas lagoas Negra, Cáceres, Gaíba, Mandioré e Uberaba, "concessão que partia as cadeias impedientes do acesso da Bolívia ao Atlântico."

a. A Questão do Acre.

Vimos que pelo Tratado de La Paz, firmado em 1867, a partir da junção dos rios Beni e Madeira, a fronteira do Brasil com a Bolívia deveria continuar para oeste, sobre o paralelo de 10 graus e 20 minutos, até encontrar a nascente principal do rio Javari.

No entanto, em 1874, verificou-se não estar a nascente do Javari naquela latitude e, sim, muito mais ao norte, na altura do paralelo de 07 graus e 01 minuto; logo, a divisória não poderia ser uma paralela, mas uma obliqua que ligasse os dois pontos, conforme, aliás, protocolo interpretativo assinado em 1895 por representantes de ambos os países.

A essa época, no entanto, as margens dos rios Acre, Iaco, Purus, Tarauacá e Juruá estavam povoadas de nordestinos que, acossados pela grande seca de 1877, ali foram estabelecer-se, dedicando-se à extração da borracha, cujo valor começava a ser apreciado nos mercados internacionais. E de acordo com a orientação de nossa Chancelaria, favorável à Bolívia, estava aquela numerosa população brasileira ameaçada de passar à jurisdição boliviana.

Em 1899, a fim de fazerem valer seus direitos sobre a região, fundaram os bolivianos, no rio Acre, a povoação de Puerto Alonso, com governo e alfândega. Os brasileiros rebelaram-se contra tal ato, expulsando o delegado boliviano da região e, insuflados por um aventureiro espanhol, chegaram a proclamar a independência do Acre, sob forma republicana.

Na "impossibilidade de administrar normalmente aquêle território e de exercer sua autoridade soberana contra a vontade da população brasileira", resolveu o Governo da Bolívia arrendá-lo a um sindicato de capitalistas ingleses e norte-americanos. Mas ao ter conhecimento

de tal contrato, que a entregava ao arbitrio de arrendatários estrangeiros, novamente a população acreana levantou-se em armas e, em agosto de 1902, assenhoreava-se de toda a região.

As franquias outorgadas pelos bolivianos ao BOLIVIAN SINDICATE eram de tal ordem que, a partir de então, passou o Governo brasileiro a sustentar "a verdadeira inteligência do tratado de 1867", que fazia passar a fronteira pelo paralelo de 10 graus e 20 minutos. E diante da atitude de nossos amigos bolivianos, que pensavam em "submeter os acreanos sublevados, pacificar o território, implantar à força a autoridade boliviana é dar posse ao sindicato anglo-americano", resolveu o Governo do Brasil ordenar a remessa de tropas para os Estados do Amazonas e de Mato Grosso e encarregar a Legação brasileira em La Paz de informar ao Governo da Bolívia que nosso País resolvera ocupar militarmente o território do Acre, até solução final do litígio.

2. O Tratado de Petrópolis (1903) e a Fronteira Brasil-Bolívia

Militarmente ocupado o território do Acre por forças regulares brasileiras, depois de longos e laboriosos entendimentos conseguiu Rio Branco, em março de 1903, um Acôrdo Provisório, firmado em La Paz, pelo qual ficavam suspensas as hostilidades entre o Governo da Bolívia e os revoltosos acreanos. E obtinha também nosso Ministro das Relações Exteriores, do sindicato anglo-americano, uma declaração em que êste se comprometia a desistir por completo de qualquer direito ou reclamação sobre o território arrendado, mediante indemnização de 110 mil libras esterlinas.

Removidas as dificuldades de maior vulto, reabriram-se, em julho dêsse ano, as negociações entre os dois Governos "para um acordo sobre a base de uma permuta equitativa de território; caso não se encontrasse uma fórmula que conciliasse os interesses em conflito, as duas partes litigantes recorreriam ao arbitramento para a interpretação do tratado de 1867."

As propostas iniciais, de parte a parte, foram julgadas inaceitáveis pelos dois países.

Pretendia o Brasil ceder à Bolivia:

- a. A região compreendida entre os rios Madeira e Abunã, ao norte do paralelo de 10 graus e 20 minutos;
- b. Área de dois hectares, no pôrto de Santo Antônio, no rio Madeira, destinada à instalação de uma alfândega boliviana;
- c. Um milhão de libras esterlinas, aplicáveis na construção de vias férreas interiores, como, por exemplo, entre La Paz e Cochabamba;

d. Tôdas as facilidades para utilização de uma ferrovia que o Governo brasileiro se comprometia a construir na margem oriental dos rios Madeira e Mamoré, entre a cachoeira de Santo Antônio e Guajará-Mirim.

Os bolivianos, por sua vez, procuravam valer-se da oportunidade, para tentarem debruçar-se sobre o rio Paraguai, como também, assegurar tôdas as facilidades de acesso ao Atlântico, via Amazonas e pelo Prata.

A contraproposta apresentada pela Bolívia continha as seguintes reivindicações:

(1) Do fundo da baía Negra, a divisória deveria seguir em linha reta até a bôca do canal de Tamengos, e não ao fundo da lagoa de Cáceres. (Esclareça-se que, em 1896, fôra dada aos bolivianos uma faixa de terra, no lugar denominado Tamarindeiro, na margem meridional da lagoa de Cáceres, entre Puerto Suárez e Corumbá).

(2) Da bôca do canal de Tamengos, a fronteira deveria prosseguir pelo álveo do rio Paraguai até a foz do Jauru, e não como estabelecia o tratado de 1867. (Assim, ficariam nossos vizinhos com tôdas as lagoas existentes nesse trecho e com as terras altas de Pedra de Amolar e de Insua).

(3) A divisória continuaria pelo Jauru e subiria pelo rio Bugres até as nascentes dêste curso de água, situadas na serra de Santa Bárbara, de onde buscaria o ponto mais próximo do rio Guaporé, pelo qual desceria até a confluência com o Mamoré. (Pretendiam nossos amigos ficar com as pastagens, baías e salinas existentes nessa área e mais: anulando, nesse trecho, as disposições do tratado de 1867, avançar a divisória para além da raia fixada em 1750, assim cortando o célebre "caminho que com mais facilidade se faz a viagem de Vila Bela a Cuiabá", pelo qual tanto se bateram os bravos capitães-generais de Mato Grosso).

(4) A partir da confluência dos rios Guaporé e Mamoré, a fronteira continuaria em linha reta até a bôca do Jamari, no Madeira, e daí à confluência do arroio Rapirrã com o rio Abuña; prosseguiria pelo curso do Rapirrã até a altura do paralelo que passa pelo bôca do Xapuri; pelo Xapuri, até o ponto de interseção do curso dêste rio com o meridiano de 70 graus, pelo qual subiria até encontrar o Purus; seguiria pelo curso do rio Purus, até a interseção com a linha Madeira-Javari, e por esta linha até a nascente principal do rio Javari. (Basta um simples relancear de olhos sobre uma Carta do Brasil, para se ter um balanço do que eram as pretensões da Bolívia neste último trecho da fronteira: não só reaveriam mais da metade do território do Acre, como ainda avançariam fundo, no Madeira, abaixo de Pôrto Velho, a partir de onde é franca a navegação fluvial até o Atlântico).

Além destas compensações territoriais, queriam nossos amigos bolivianos que o Brasil:

(a) construisse uma ferrovia, na margem direita dos rios Madeira e Mamoré, desde a cachoeira de Guajará-Mirim até a de Santo Antônio, e a entregasse à propriedade do Governo da Bolívia, ferrovia que ambos os países "usariam nas mesmas condições e com idênticas franquias e tarifas, de acordo com a mais absoluta liberdade de comércio."

(b) concedesse as mesmas condições e franquias para a navegação fluvial das duas nações.

As conversações tiveram prosseguimento, e depois de quatro longos meses de debates, de propostas e contrapropostas, finalmente acordaram as partes interessadas em assinar o Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, que introduziu no tratado anterior as seguintes modificações:

De um ponto em frente ao desaguadouro da baía Negra, em vez de continuar por esse canal, a fronteira segue Paraguai acima, até outro ponto, na margem direita deste rio, abaixo do Forte de Coimbra e dêle distante 9 km em linha reta. Desta forma, ganhava o país vizinho cerca de 40 km de margem do rio Paraguai.

Do ponto, na margem direita do rio Paraguai, que está assinalado por um marco de referência, a fronteira continua por uma linha geodésica de 36.979,31 metros, até encontrar outro ponto, distante 4 km do chamado "marco do fundo da baía Negra", de onde prossegue por outra geodésica de 88.438,60 metros, até encontrar o paralelo de 19 graus e 02 minutos de latitude sul, cuja interseção está assinalada pelo chamado marco do Taquáral. Este trâçado deixa para a Bolivia toda a lagoa de Cáceres que, pelo tratado anterior, era dividida ao meio entre os dois países.

Do marco do Taquáral, a fronteira segue para leste pelo paralelo de 19 graus e 02 minutos de latitude sul, até o arroio Conceição, pelo meio do qual desce até sua confluência com o desaguadouro da lagoa de Cáceres, conhecido por "canal de Tamengos" ou "rio dos Tamengos". Neste trecho, o tratado ratificava a concessão de uma faixa de terra firme, ao sul da lagoa de Cáceres, entre Puerto Suárez e Corumbá, feita pelo Brasil à Bolivia, em 1896.

Continua a fronteira pelo canal de Tamengos, até encontrar o meridiano que corta a ponta do Tamarindeiro, pelo qual sobe até encontrar o paralelo de 18 graus e 54 minutos de latitude sul; e por este segue para oeste, até sua interseção com a divisória estabelecida no tratado anterior. Assim, a fronteira passou a contornar a lagoa de Cáceres, que ficou inteiramente do lado da Bolivia, proporcionando ao país vizinho mais uma saída para o rio Paraguai, nas proximidades do pôrto de Corumbá.

Daquele ponto de interseção, acima indicado, a divisória segue por uma linha geodésica, no rumo anteriormente estabelecido e na distância de 77.414,13 metros, até encontrar o paralelo de 18 graus e 14 minutos de latitude sul, pelo qual corre para leste até o desaguadouro da lagoa Mandioré; e pelo meio deste, até a entrada da mencionada lagoa, de onde a fronteira fica assinalada por segmentos de reta que vão ao marco da ilha dos Velhos e ao existente na margem setentrional da lagoa em questão. Desta forma, dos 127,40 km² de superfície da lagoa Mandioré, 62,60 km² pertencem ao Brasil e 64,80 km² à Bolívia.

Do marco localizado na margem norte da lagoa Mandioré, e no rumo anteriormente determinado, continua a fronteira em linha reta, até encontrar o paralelo de 17 graus e 49 minutos de latitude sul, pelo qual prossegue até sua interseção com o meridiano do extremo sudeste da lagoa Gaiba; e por este, até o marco que assinala o mencionado ponto extremo, de onde a divisória é definida por segmentos de reta que vão ao centro desta última lagoa e, dai, à entrada do canal Pedro II, também chamado rio Pando. A lagoa Gaiba, cuja superfície é de 76,40 km², ficou assim dividida: 31,87 km² para o Brasil; 44,53 km² para a Bolívia.

Da entrada sul do canal Pedro II à confluência dos rios Beni e Mamoré, os limites são aqueles mesmos determinados no tratado de 27 de março de 1867.

Da confluência dos formadores do Madeira, segue a fronteira por este rio, agora até a bôca do Abunã, e não sómente até o paralelo de 10 graus e 20 minutos como estabelecia o tratado anterior. Continua pelo curso do Abunã até a foz do arroio Rapirrã, conforme correção introduzida no tratado de 1903 pelas Instruções Complementares, de 1911; e, por este arroio, até sua nascente principal.

A partir da nascente principal do arroio Rapirrã, dada a falta de conhecimento da região, são tantos os equívocos cometidos pelos redatores do Tratado de Petrópolis, na fixação da fronteira, que não vale a pena enunciá-la como está descrita nesse diploma. Por isso ficaremos naquela nascente e prosseguiremos, esclarecendo que os trabalhos de demarcação da divisória estabelecida no citado acôrdo, foram iniciados em 1908 e logo no ano seguinte se constatava o êrro cometido pela Comissão de 1877, que tomou o rio Turvo como o rio Verde. Em consequência, ficou sem solução a delimitação do trecho compreendido entre o morro principal dos Quatro Irmãos e as cabaceiras do mencionado rio Verde. De 1911 a 1914, demarcou-se a fronteira desde a confluência do Beni, no Madeira, até a do arroio Iaverija, no rio Acre, quando se levantou a Carta de tôda a região.

Pelo Tratado de Petrópolis, a Bolivia cedeu ao Brasil cerca de 191 mil quilômetros quadrados de área territorial e recebeu de nosso País:

- 2.296 km², entre os rios Madeira e Abunã, ao norte do paralelo de 10 graus e 20 minutos, área habitada exclusivamente por bolivianos;
- 723 km², na margem direita do rio Paraguai, nas imediações da baía Negra;
- 116 km², na lagoa de Cáceres, inclusive uma nesga de terra firme, com superfície de 49,60 km²;
- 20,30 km² na lagoa Mandioré;
- e pouco mais de 8 quilômetros quadrados, na margem meridional da lagoa Gaiba, num total de 3.163,50 km² de território e águas.

Pelo tratado em questão, comprometeu-se ainda o Brasil a dar cumprimento às seguintes obrigações:

- construção da ferrovia Madeira-Mamoré, destinada a vencer trecho encachoeirado nos dois rios, promessa já cumprida pelo Governo brasileiro;
- construção de um ramal que, passando em Vila Murtinho, no Brasil, atravessasse o Mamoré e chegasse a Vila Bela, na Bolívia;
- finalmente, o pagamento, em duas parcelas, da importância de dois milhões de libras esterlinas, aplicáveis na construção de vias de acesso ao sistema fluvial amazônico.

3. O Tratado de Natal (1928) e a Fronteira Brasil-Bolívia

Em 1879/81, a chamada "Guerra do Salitre", acabou por privar a Bolívia de seu litoral no Pacífico, que foi incorporado ao patrimônio territorial do Chile. Enclausurados no Continente, tornou-se para os bolivianos verdadeira obsessão a idéia de conseguirem acesso ao Atlântico, pelo Prata ou via Amazonas. E na época da borracha em fastígio, estando as zonas produtoras dos bens exportáveis do país vizinho, muito antes do advento do petróleo subandino, localizadas na imensa bacia setentrional, nada mais natural e justo do que empenhar-se o Governo da Bolívia em conseguir a inclusão, no tratado de 1903, de cláusulas que obrigassem o Brasil à realização de medidas que tornassem possível a consecução daquele objetivo.

No cumprimento das obrigações assumidas com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1912 o Brasil entregava ao tráfego os 366 quilômetros de trilhos da Madeira-Mamoré, estendidos num "inferno de miasmas, mosquitos, flechas e umidade", onde "só o nordestino resistia". Quando à construção do ramal de Vila Bela, depois de acurado estudo chegou-se à conclusão de que o traçado inicialmente aprovado devia sofrer alterações; mas, tendo os bolivianos recusado as propostas aprovadas pelo Congresso brasileiro,

com relação ao projeto, o impasse foi-se arrastando através dos anos, até que a queda repentina e violenta da borracha, mostrou quase supérflua a existência do ramal em questão. E com a modificação das condições econômicas de ambos os países, tratou a Bolívia, que já dispunha de escoadouros pelas duas grandes bacias hidrográficas da América do Sul, de interessar o Brasil na construção de uma linha férrea que a pusesse em contato com o mar, diretamente, cortando o continente ao meio.

O trabalho da Comissão Mista demarcadora do tratado de 1903, por outro lado, permitiu o conhecimento minucioso da região compreendida entre a foz do Beni, no Mamoré, e a do arroio Iaverija, no rio Acre, onde havia trechos em que a fronteira não estava bem caracterizada; de forma que, para encerrar todas as dúvidas quanto à linha limítrofe e regularizar a questão das comunicações ferroviárias, resolveram os Presidentes do Brasil e da Bolívia celebrar o Tratado de Natal, de 25 de dezembro de 1928, segundo o qual:

"A linha de fronteira descrita no tratado de 17 de novembro de 1903, no trecho compreendido entre a nascente principal do rio Rapirrã e o igarapé Bahia, seguirá da referida nascente principal, em linha reta, à foz do rio Chipamanu; dai, continuará pelo Chipamanu acima, até sua nascente principal, de onde prosseguirá, em linha reta, até a nascente do braço oriental do igarapé Bahia. Dessa nascente, a linha divisória baixará pelo mesmo braço oriental e pelo igarapé Bahia, até a foz deste no rio Acre".

"No trecho do rio Madeira, limítrofe entre o Brasil e a Bolívia, isto é, da confluência do Beni e Mamoré à boca do Abunã, a fronteira corre pela linha de meia distância entre as margens pertencendo ao Brasil as ilhas e ilhotas que ficarem mais próximas da margem brasileira, e à Bolívia, as ilhas e ilhotas que ficarem mais próximas da margem boliviana."

"Do ponto extremo da demarcação de 1877, onde foi colocado um marco (a referência é feita ao marco do rio Turvo) a linha de fronteira seguirá para leste pelo paralelo do dito ponto, até encontrar uma reta traçada entre o morro dos Quatro Irmãos e a nascente principal do rio Verde. Prosseguirá depois por essa reta, para o norte, até a dita nascente do rio Verde, que será assinalada com um marco."

O acôrdo referiu-se ainda às obrigações do Brasil quanto "à realização de um plano de construções ferroviárias que, ligando Cochabamba a Santa Cruz de la Sierra, dai se prolongue, de um lado, a um pôrto na bacia do Amazonas e, de outro, a um pôrto no rio Paraguai, em local que permita o contato com a viação férrea brasileira".

4. Questões de Limites

Em janeiro de 1958, aqui em Corumbá e na cidade boliviana de Roboré, reuniram-se os Chanceleres do Brasil e da Bolívia a fim de discutirem e darem solução a diversos assuntos pendentes entre os dois países, entre os quais algumas questões de limites. Dos entendimentos mantidos resultou o famoso Acôrdo de Roboré, que tanta celeuma provocou em vários setores da opinião pública brasileira.

Não nos compete, evidentemente, discutir nesta palestra as bases do mencionado acôrdo, nem mesmo emitir opinião sobre qualquer de suas cláusulas, inclusive aquelas que tratam especificamente da questão de fronteiras. Limitar-nos-emos, tão-somente, a expor os fatos como realmente se apresentam, deixando ao critério pessoal de cada um dos senhores o julgamento do ajuste firmado naquele ano de 1958, acôrdo que, até a presente data, esclarecemos, não foi ratificado pelo Congresso Nacional.

a. Ilha de Guajará-Mirim (*Isla Suárez*).

Situa-se entre dois braços do rio Mamoré, em cujas margens se encontram, de um lado a cidade brasileira de Guajará-Mirim, onde tem início a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; do outro, a cidade boliviana de Guayaramirim.

A ilha, de reduzidas dimensões (9 km de perímetro e cerca de 427 hectares de área), segundo descrição do então Major Otávio Tosta, é de solo arenoso sem elevações e coberta de mato, apresentando depressões que ficam inundadas em determinadas épocas do ano. Não dispõe de recursos econômicos de importância. Seus habitantes, dois ou três brasileiros e oito ou dez bolivianos, têm plantações, criam algumas cabeças de gado, moram em miseráveis palhoças construídas à beira do rio e muitas vezes deixam a ilha completamente abandonada, atraídos para as cidades, principalmente Guajará-Mirim, onde exercem atividades de comércio e procuram distrações.

Afirma historiador patrício que a ilha "era brasileira e nela habitava uma família mato-grossense que, desejando retirar-se do local, a vendeu a um negociante boliviano", o que bastou para que o Departamento do Beni passasse a considerá-la como parte integrante do território da Bolívia.

Parece, por outro lado, que a ilha em questão foi ocupada em 1896 pela firma boliviana Suárez Hermanos, cuja posse foi reconhecida pelo Governo da Bolívia, em 1915.

Recordemos que pelo tratado de 1867, a partir da confluência do rio Verde com o Guaporé, a fronteira baixaria "pelo meio dêste

e do Mamoré até o Beni, onde principia o Madeira"; portanto, o regime de fronteira estipulado naquele acôrdo era o da "linha mediana", segundo o qual as ilhas e ilhotas que ficassem mais próximas da margem brasileira pertenceriam ao Brasil; as que mais se apropriassem da banda boliviana ficariam com a Bolívia.

Em 1897, aprovaram os Governos do Brasil e da Bolívia a "Carta Geral da Fronteira", levantada no ano anterior pela Comissão demarcadora do tratado de 1867, na qual uma linha traçada a carim, caracterizando os limites entre os dois países, incluía as ilhas de Guajará-Mirim e Saldanha como território brasileiro; as de Capivara (antiga São Silvestre) e Mutum como território boliviano.

Afirma o General Rondon, em seu "Diário" referente à campanha de 1929/30, que "o canal maior e mais profundo, que é o primitivo e o principal, está do lado boliviano, segundo o levantamento que acabamos de fazer e a sondagem executada nos canais dos dois braços, em 1925, pelo Cônsul brasileiro Dr. Mendonça Lima, para satisfazer os reclamos da população brasileira que protesta contra a ocupação atual por bolivianos com apoio das autoridades de Guayaramirim."

Em 1930, com tódas estas circunstâncias a seu favor, apresentou o Governo brasileiro a primeira reclamação contra a ocupação da ilha pelos bolivianos e, sete anos mais tarde, a fim de evitar que nelas fossem construídas instalações militares, novo protesto formulou o Brasil junto ao país vizinho. Nesse mesmo ano de 1937 e posteriormente, novas notas a respeito do assunto foram trocadas entre os dois governos.

Em 1953, a empréssora sucessora da firma Suárez Hermanos retirou da ilha as instalações que ali mantinha, mas conservou o título de propriedade anteriormente concedido pelo Governo da Bolívia àquela sociedade.

Pelo Acôrdo de Roboré "o Governo do Brasil concorda com o Governo da Bolívia em considerar, em outra oportunidade, a questão referente ao "status" jurídico da ilha de Guajará-Mirim (Isla Suárez)".

b. Marco do Jacadigo.

Em outubro de 1909 reuniu-se nesta cidade de Corumbá a Comissão Mista de Demarcação, presente o representante da Bolívia, a fim de que se lavrasse a ata de assentamento do marco divisório levantado na linha de fronteira entre o marco do Taquaral e aquêle localizado a 4 km do antigo marco do fundo da baía Negra. O marco em questão, conhecido como do Jacadigo, dado localizar-se ao sul da serra de mesmo nome, tem forma de pirâmide triangular, com três metros e trinta centímetros de altura e foi construí-

do com chapas de ferro galvanizado. Assenta sobre base de alvenaria, também de forma triangular, que tem um de seus vértices sobre a linha de fronteira, e o lado oposto colocado perpendicularmente à referida linha. No vértice da pirâmide, há uma placa com o distico — *Brasil* — para o lado de leste e — *Bolívia* — para o de oeste. Esse término levantamento nunca foi aprovado em ata pelos dois Governos.

Em 1953, verificou-se que o marco do Jacadigo apresentava erro de colocação de 567 metros para dentro do território boliviano. O erro em questão, que determinou para o país vizinho prejuízo da ordem de vinte quilômetros quadrados de área territorial, foi reconhecido pelo chefe brasileiro da comissão mista; no entanto, discordou essa autoridade da proposta de deslocamento do marco para o local exato, preferindo submeter o assunto à decisão de nosso Governo.

Pelo Acordo de Roboré, "a Comissão Mista Demarcadora Brasileiro-Boliviana procederá à densificação do setor compreendido entre o marco localizado a quatro quilômetros do antigo marco do fundo da baía Negra e o marco do Taquaral, situado sobre o paralelo de 19 graus e 02 minutos sul, dispondo-se a anulação do marco intermediário denominado Jacadigo que, em 1909, fôra colocado fora de seu verdadeiro lugar."

c. *Cerrinho de São Matias-Corixa do Destacamento.*

Em janeiro de 1876, no acampamento da Corixa do Destacamento, a comissão mista executora do tratado de 1867, para "salvar a povoação boliviana de São Matias", aprovou a seguinte demarcação:

"Do marco norte da Lagoa Uberaba, a linha divisória continuará pelo meio da Corixa Grande e pelo da Corixa do Destacamento, até sua vertente na serra Borburema, continuando pelo alto desta até onde nasce a pequena corixa de São Matias, e por ela até sua boca na Corixa Grande, donde se tirará a reta ao cérro da Boa Vista dos Antigos."

Em abril de 1878, presentes os comissários bolivianos, realizou-se a sétima e última conferência, que teve como finalidade a confrontação e assinatura dos dois originais da Carta Geral da Fronteira daquele ano, os quais seriam apresentados a ambos os Governos como documentos finais da demarcação.

Na ata da conferência, tendo em vista a citada carta de fronteira, a divisória, no trecho que estamos focalizando, teve a seguinte descrição:

"Atravessa a lagoa Uberaba por outra reta que termina em um cerrinho perto da barra da Corixa Grande. Continua pelo

leito desta e depois pelo da Corixa do Destacamento até sua nascente no extremo sul da serra Borburema. Sobe por esta serra até o cerrinho de São Matias. Desce dêste cerrinho pelo pequeno corixo que nasce em sua base até encontrar o corixo de São Matias. Continua por êste até sua confluência com o de Peinado. Segue por uma linha geodésica que vai ao morro da Boa Vista."

Tanto a Ata da Sétima Conferência como a Carta Geral da Fronteira de 1878, são documentos aprovados pelos Governos do Brasil e da Bolívia.

Verifica-se da descrição da fronteira que, da nascente da Corixa do Destacamento, a divisória seguiria direção sensivelmente retínea; mas em 1951, quando os demarcadores foram levantar os marcos no alinhamento, constataram que a serra Borburema não existe. Em consequência, não quis o Comissário boliviano aceitar o traçado estabelecido na Carta Geral da Fronteira de 1878, passando a defender ponto de vista inteiramente favorável a seu país, segundo o qual a linha limítrofe avançaria bem mais para leste, por uma serra existente no interior do território brasileiro. Tal pretensão, porém, não foi aceita pelo Comissário brasileiro, pois acarretaria para nosso país a perda de área territorial da ordem de cem quilômetros quadrados; no entanto, depois de muita discussão, chegaram as duas partes a uma solução intermediária, pela qual o Brasil cederia à Bolívia um excesso de vinte quilômetros quadrados de território, em relação ao da carta de fronteira acima mencionada.

Embora os trabalhos de demarcação tenham sido realizados em 1951, o Chefe da Comissão brasileira não concordou com a solução adotada e submeteu o caso à consideração do Itamarati que não aprovou a delimitação levada a efeito pela Comissão Mista.

Pelo Acordo de Roboré, "fica aprovada a demarcação realizada na campanha de 1951 pela Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana, no setor cerrinho de São Matias-Corixa do Destacamento."

d. *Morro dos Quatro Irmãos — Nascente do rio Verde.* (Figs. n.os 2 a 4)

Para concluirmos nossa palestra, reservamos esta região litigiosa que constitui, de fato, a mais importante das questões na caracterização da fronteira Brasil-Bolívia.

(1) *Marco do rio Turvo*

Vimos que pelo tratado de 1867, a partir do morro dos Quatro Irmãos a divisória deveria seguir em linha reta até as nascentes do rio Verde.

Acontece, porém, que, durante a demarcação, dadas as dificuldades então encontradas para a realização dos reconhecimentos, e em virtude da imprecisão do mapa utilizado, por estas e outras razões que não nos cabe apreciar, a Comissão Mista executora do tratado acima mencionado, involuntariamente, cometeu grave êrro ao tomar o rio Turvo, afluente do Paraguá e situado muito mais a oeste, pelo rio Verde, afluente do Guaporé e que tem suas cabeceiras na serra de Ricardo Franco. E na confluência de dois formadores do mencionado rio Turvo, plantou um marco que foi aprovado pelos Governos do Brasil e da Bolivia, por troca de Notas, em 1878.

O Tratado de Petrópolis de 1903 manteve nesse trecho a mesma divisória, ao estabelecer que, "da entrada sul do canal Pedro II ou rio Pando, até a confluência do Beni com o Mamoré, os limites serão os mesmos determinados no artigo segundo do tratado de 27 de março de 1867".

Em 1907, a Comissão Mista encarregada da demarcação descrita no tratado de 1903 recebia instruções especiais para verificar se "o chamado marco da cabeceira do rio Verde, estabelecido em cumprimento do tratado de 27 de março de 1867, está efetivamente junto dêsse rio ou se, como dizem alguns informantes, está junto a um afluente do Paraguá."

O reconhecimento do rio Verde, desde a barra até suas mais altas cabeceiras, realizado em 1909, veio confirmar as suspeitas dos que argüiam de errado o serviço da Comissão precedente, que assentara um marco na confluência de dois formadores do rio Turvo, na certeza de tratar-se do rio Verde.

(2) Nascente Fawcett

Em 1908, uma Comissão boliviana chefiada pelo Major Fawcett, a serviço exclusivo do Governo da Bolivia, antecipando-se à operação da Comissão Mista, explorou o rio Verde e determinou um ponto, no braço mais oriental do curso de água, que considerou como a nascente principal do referido rio.

No ano seguinte, a Comissão Mista iniciou seus trabalhos, dividida em duas Subcomissões: uma encarregada de explorar o rio Turvo, outra o rio Verde, que, como vimos, certificou-se do êrro pela Comissão Mista executora do tratado de 1867.

Não nos cabe neste trabalho discutir as razões por que deixaram os demarcadores brasileiros de cumprir, à risca, as instruções de 1909, referentes à operação, que impunham à subcomissão a subida do rio Verde, da foz às cabeceiras, em cuja região deveria encontrar-se com a subcomissão boliviana conduzida pelo Major Fawcett. O fato é que o encontro previsto não se realizou, não foi feito levantamento minucioso da região das nascentes, e, apesar de

tôdas estas irregularidades, cometeu ainda o Primeiro Comissário Demarcador brasileiro a "lamentável inadvertência" de reconhecer, em seu relatório de 1910, a nascente Fawcett como sendo a principal do rio Verde.

A questão da retificação do êrro permaneceu esquecida por alguns anos, certamente porque a região é pantanosa, quase inabitável e, a essa época, "não havia morador nenhum ou proprietário de qualquer nacionalidade" estabelecido naquelas paragens; existiam umas poucas "taperas de antigos moradores atraídos outrora para aí pelo roubo de gado alçado que, se hoje existe, é muito reduzido. Essas taperas, atualmente, só servem de pouso aos viajantes. "Mas depois que ali foram estabelecer-se alguns povoadores bolivianos, entregues a atividades agropecuárias, capital importância passou a ter a baía Grande, acidente geográfico que, se a divisória fosse uma geodésica tirada do morro dos Quatro Irmãos à nascente Fawcett, ficaria, em sua maior parte, pertencendo à Bolívia.

Em 1925 conseguiu a diplomacia boliviana um protocolo em que reconhecimos a dita divisória, embora com inflexões que salvavam para o Brasil "suas posses históricas sobre as rondas de Ramagem, Cacimba e Salinas". No ano seguinte, o protocolo em questão foi submetido ao Congresso brasileiro que não o aprovou, tendo em vista a orientação adotada pelo Ministério das Relações Exteriores, segundo a qual "deve ser respeitado todo marco plantado por uma comissão mista e cuja situação tenha sido aprovada, posteriormente, pelos Governos interessados."

Dessa forma, ficava nulo, sem valor, aquêle protocolo. E tanto assim é que o tratado de 1928, embora não fazendo referência ao trecho — morro dos Quatro Irmãos, marco do rio Turvo — mesmo com tal omissão, ratificava o êrro cometido pelos demarcadores de 1877, quando estabeleceu em um de seus artigos que, do marco plantado na confluência de dois formadores do rio Turvo, a fronteira prosseguiria para este, pelo paralelo dêsse marco, até encontrar uma reta traçada do morro dos Quatro Irmãos à nascente principal do rio Verde, então reconhecida como sendo aquela encontrada por Fawcett em 1908.

Apesar de o tratado de 1928 ter estabelecido expressamente que "no mais curto prazo possível, após a troca de ratificações dêste diploma, os dois Governos nomearão uma Comissão Mista Demarcadora, para inspecionar tôda a linha de fronteira, reparar antigos marcos danificados, levantar novamente os que houverem caído, escolher pontos onde, para maior clareza da linha divisória e das respectivas posses dos dois Países, deverão ser colocados novos marcos, efetuar, em suma, tôdas as operações de demarcação que forem necessárias na mesma linha de fronteira", o certo é que os entendimentos cairam em ponto morto e "aquêle instrumento jurídico fi-

cou sem execução durante quase 12 anos"; mas, em 1941, alegando que o tratado em questão não caracterizara o trecho da fronteira compreendido entre o morro dos Quatro Irmãos e o marco do rio Turvo, conseguiu a Chancelaria boliviana, por troca de Notas Reversais, que a divisória entre êsses dois pontos fosse "uma linha que salve as posses e propriedades privadas dos países, situadas entre as linhas geodésicas que, partindo do marco dos Quatro Irmãos vão terminar, respectivamente, no do Turvo e na cabeceira principal do rio Verde."

Em consequência, foi constituída uma comissão mista cujos trabalhos relativos às referidas reversais foram iniciados em 1942. No ano seguinte, foi feito um recenseamento na área compreendida entre as geodésicas — Quatro Irmãos — nascente do rio Verde e Quatro Irmãos — marco do rio Turvo —, constatando-se que vários pontos estavam ocupados e que os povoadores eram na maioria bolivianos. Em vista disso, a divisória resultaria no trecho em foco, num traçado tortuoso e, portanto, inconveniente para caracterização de uma linha de fronteira.

(2) Nascente Geográfica

Em 1945, ainda em cumprimento ao estabelecido nas Notas Reversais de 1941, voltou a comissão mista brasileiro-boliviana à região das cabeceiras do rio Verde, ocasião em que a verdadeira nascente principal desse rio, a mais importante e a de maior volume de água foi assinalada a 31 km SW daquela encontrada por Fawcett em 1908.

Reconheceram os bolivianos a "realidade geográfica", que era evidente demais para ser negada; no entanto, para não perderem o condomínio da baía Grande, "único bebedouro de gado que permanentemente existe na região", tentaram introduzir argumentação original na determinação da nascente principal de um rio: àquela encontrada em 1945, chamaram de *Nascente Geográfica*; à outra escolhida por Fawcett em 1908, classificaram de *Nascente Histórica* e, por isso mesmo, a *Nascente Principal*.

Em 1947 propôs a Bolívia uma divisória que segundo se dizia, visava a eliminar as divergências ainda existentes: a partir do morro dos Quatro Irmãos a fronteira deveria seguir por uma reta até a metade da margem meridional da baía Grande e, daí, por meio de outra reta, até a metade setentrional da citada baía, de onde, ainda em linha reta, atingiria o marco do Turvo; dêste marco, por uma reta, se buscaria a nascente do rio Verde, encontrada em 1945.

A proposta tinha em vista salvar as povoações bolivianas situadas a leste da geodésica Quatro Irmãos — nascente do rio Verde (a

descoberta em 1945) e, muito mais do que isso, tornar realidade o grande objetivo do país amigo naquela região: o condomínio da baía Grande. O Itamarati, entretanto, rejeitou a proposta em questão.

Finalmente, pelo Acôrdo de Roboré, "a partir do marco do morro dos Quatro Irmãos seguirá a linha de fronteira em direção a um ponto sobre a margem norte da baía Grande (Laguna del Marfil), de forma que essa lagoa fique dividida aproximadamente em duas partes iguais. A partir desse ponto prosseguirá em linha reta até o marco do rio Turvo, continuando para leste pelo paralelo desse marco, até sua interseção com a geodésica que une o marco dos Quatro Irmãos à nascente do rio Verde reconhecida em 1909 pela Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro — Boliviana, e por esta geodésica até a nascente reconhecida em 1909 acima referida."

Assim, pela Nota n.º 1 C/R, de 29 de março de 1958, ficaram atendidas as pretensões da Bolívia, apresentadas em sua proposta de 1947, e então rejeitadas pelo Itamarati; o Brasil cedeu àquele país uma área territorial da ordem de mil e seiscentos quilômetros quadrados; finalmente, reconhecemos como verdadeira a chamada *Nascente Histórica* do rio Verde, assinalada por Fawcett em 1908.

E ao encerrarmos a presente palestra devemos, mais uma vez, esclarecer que, até a presente data, o chamado *Acôrdo de Roboré* não foi ratificado pelo Congresso Nacional.

B I B L I O G R A F I A

A HISTÓRIA DO FORTE DE COIMBRA — Gen Raul S. Melo

RAIAS DE MATO GROSSO — Virgílio Corrêa Filho

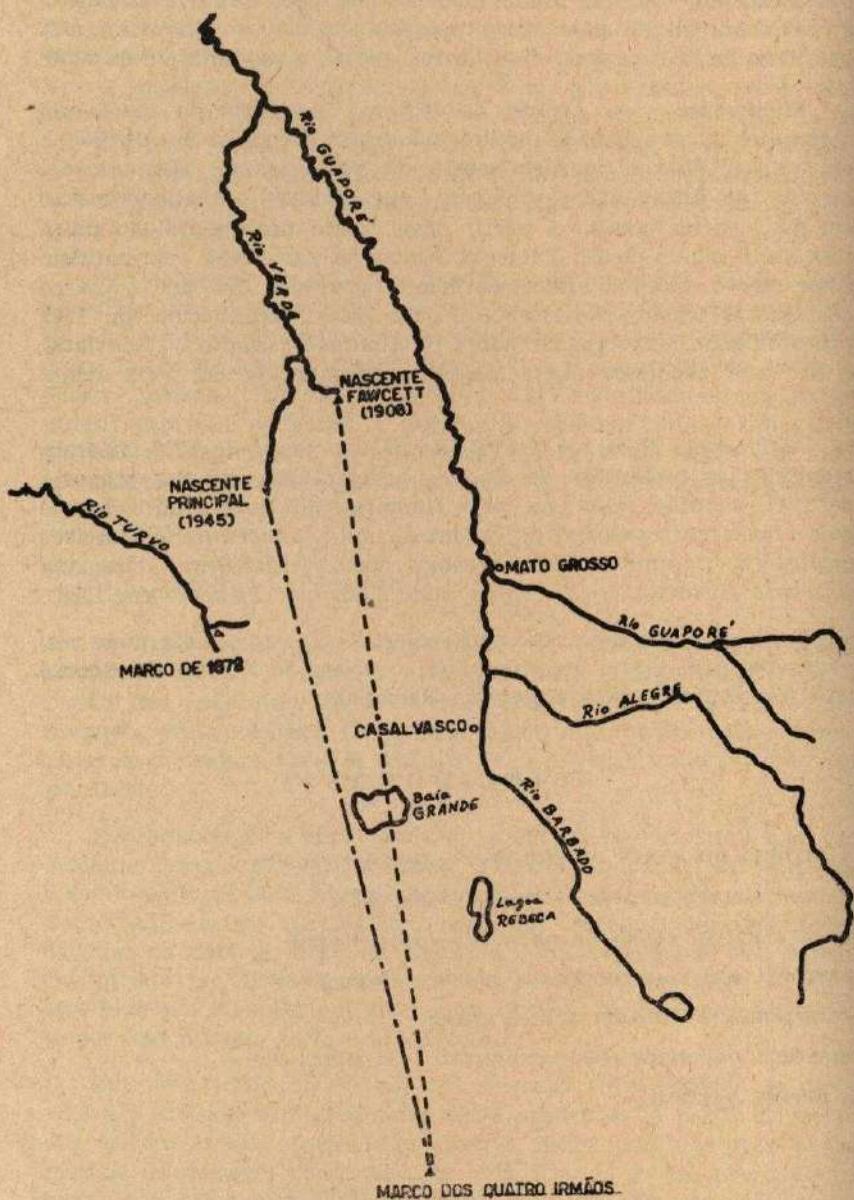
A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO — Tasso Fragoso

HISTÓRIA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL — Hélio Viana

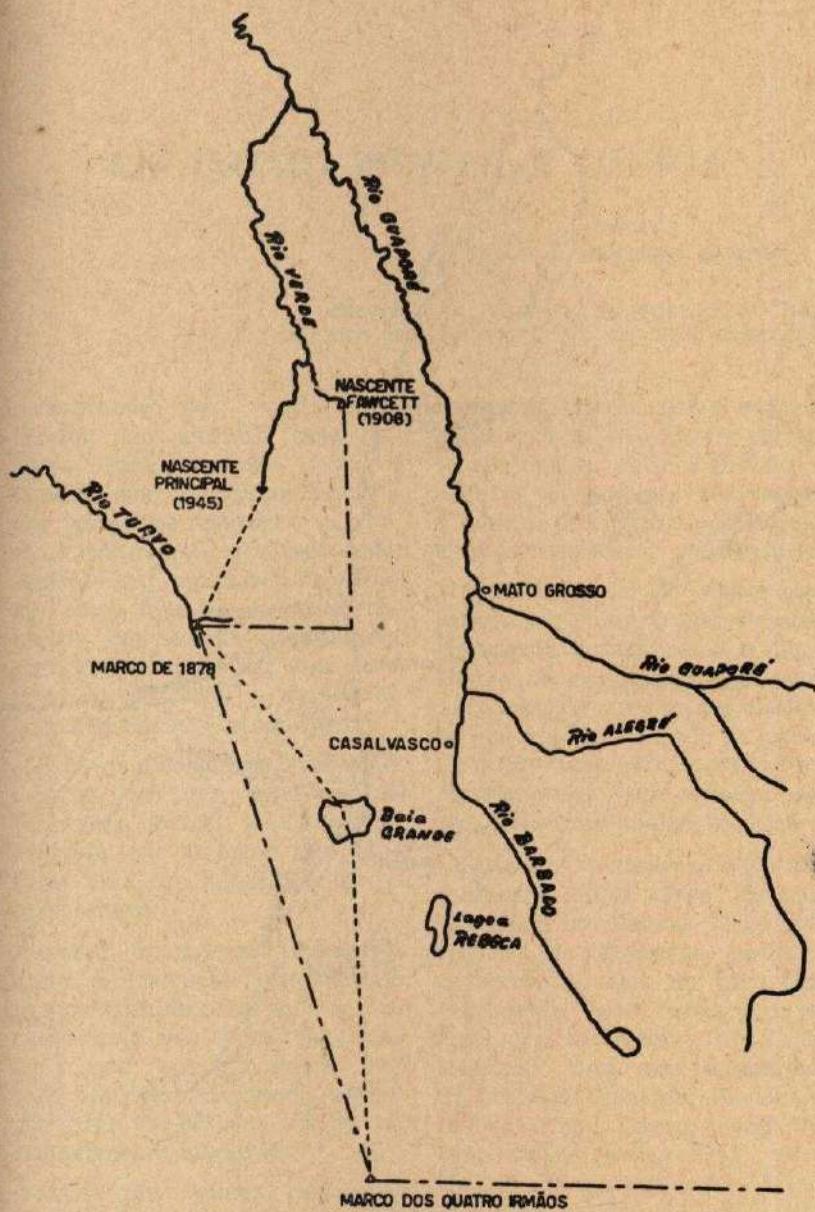
FRONTEIRAS DO BRASIL — João Ribeiro

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL — E. McNall Burns

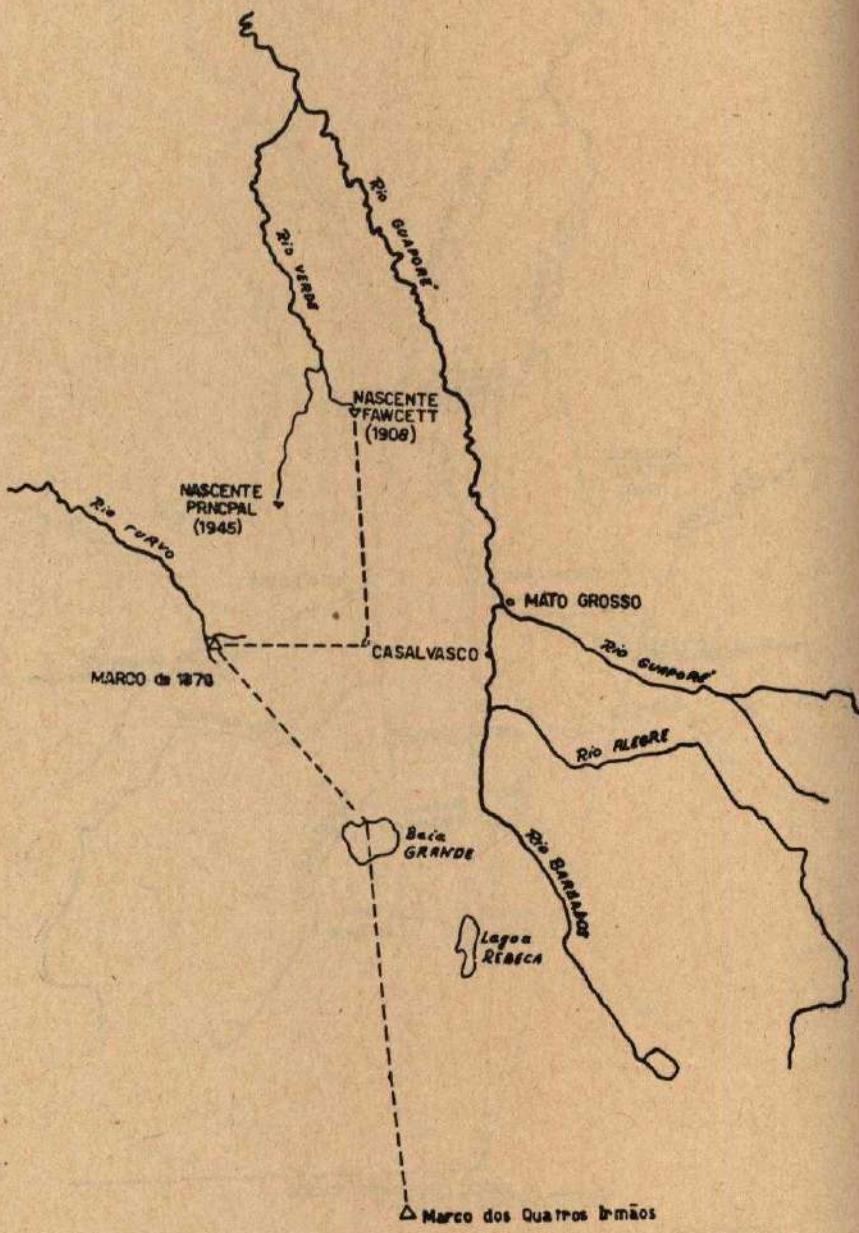
A DEFESA NACIONAL

**LEGENDA:**

- — — FRONTEIRA DE ACORDO COM AS LETRAS DOS TRATADOS
- - - - - FRONTEIRA CONSIDERANDO A NASCENTE FAWCETT

**LEGENDA:**

- FRONTEIRA PELO TRATADO DE NATAL (1928)
 - - - PROPOSTA BOLIVIANA DE 1947



FRONTEIRA ESTABELECIDA NO ACÓRDO
DE ROBORÉ

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

Coronel
TARCISIO MONTEIRO SAMPAIO

Palestra no Instituto de Educação "Conselheiro Rodrigues Alves", em Guaratinguetá.

Convidado por vossa digno Diretor para proferir uma palestra sobre "Educação Moral e Cívica", nova disciplina inserida nos currículos escolares, aceitei, com justificada satisfação, não somente por um dever de cívismo, como também, pela oportunidade que se me apresentava para estabelecer mais este contato, sempre útil e agradável, com a mocidade estudantil.

Para que possamos compreender os elevados objetivos da "Educação Moral e Cívica" é evidente que teremos que procurar uma conceituação para os seus termos.

Assim, entendemos Educação como a instrução orientada e complementada pelos valores morais daquilo que se ensina, capaz de incutir nos educandos alto senso de responsabilidade sempre que tiver de pôr em prática os ensinamentos adquiridos.

Moral são valores cultivados pelo homem na sua luta contínua em busca de sua paz interior. As religiões no seu propósito de proporcionarem aos homens a felicidade espiritual, a par dos valores espirituais pregam os valo-

res morais porque sem a prática, desses valores, não haverá perfeita conjugação entre o Corpo e o espírito, e sem essa conjugação o homem será fatalmente conduzido à frustração e ao desespero.

Como exemplos de valores morais eu vos lembro o cumprimento consciente dos deveres, a responsabilidade na prática de nossas liberdades, o respeito aos direitos de outrem, integridade de caráter e honradez. Enfim, os valores morais podem ser reunidos em um verdadeiro código de ética.

Civismo é Sentimento Nacional, é amor à Pátria. Para nós brasileiros, é brasiliade. O grande objetivo da Educação Cívica é despertar no seio do povo esse sentimento, como meio para se obter uma verdadeira Integração Nacional. Sem essa integração, os grandes Objetivos Nacionais, de soberania, desenvolvimento, bem-estar e justiça social, estarão sempre ameaçados.

Se entendemos Civismo como amor e devotamento à Pátria devemos admitir que a Educação Cívica consiste em criar estímulos capazes de avivar em nós esse sentimento de amor. Sem dúvida

o mais forte desses estímulos é o conhecimento da terra, suporte físico do Grupo Nacional; conhecimento de seu povo, suas instituições, seus costumes, sua história; conhecimento de suas riquezas, suas deficiências e seus problemas. Sabemos que sem conhecimento não pode haver amor, pois não se ama aquilo que se desconhece. Logo, para que haja civismo é necessário, antes de tudo, que se conheça a Pátria.

Sintetizando esta longa conceituação podemos dizer que Educação Moral e Cívica é a preparação do homem para o pleno exercício de sua cidadania, em benefício da sociedade e da Nação. De tudo que vos disse sobre Moral e Civismo, logo nos ocorre uma primeira conclusão. A disciplina ora incluída nos currículos escolares não é nova. Ela vem sendo ministrada sob vários aspectos, necessitando apenas de uma ordenação para maior rendimento do aprendizado.

Assim, ao estudarmos nossa terra sob seu aspecto físico, passaremos a analisar a influência que seus acidentes geográficos exerceram na formação de nossa nacionalidade.

O estudo de nossa história pode nos conduzir a um alto grau de consciência cívica, pelo conhecimento de nossas origens, dos feitos gloriosos de nossos antepassados e das lutas pela conquista e manutenção de nossa soberania.

A correta compreensão dos fatos sociais, a par de reforçar nossa convicção de brasiliade, nos

permite influir na sua evolução, removendo ou criando as causas, para garantir a consecução dos anseios nacionais.

Meus jovens estudantes.

A preparação Moral e Cívica de nossa juventude é hoje considerada como um problema de Segurança Nacional, a longo prazo. Ninguém ignora que os inimigos da Pátria, lançam mão de insidiosa propaganda, particularmente no meio estudantil, para ridicularizar os valores morais e cívicos, com o único objetivo de conquistarem a Nação pela degradação de seu povo. Não se pode inferir dessa afirmativa que os povos dominados pelo comunismo vivam em estado de degradação. O que afirmo é que sua luta é a luta pelo poder e como não o podem conseguir à luz da razão, pois ninguém de sã consciência trocaria sua liberdade pela opressão, nem sua Pátria por um partido, procuram destruir a poderosa arma que lhes antepomos: A consciência Moral e Cívica do povo.

De nossas considerações iniciais sobre Moral e Civismo, podemos tirar uma segunda conclusão. O assunto não se esgota nas salas de aula. Deve ir ao lar, às igrejas, aos locais de trabalho, aos parques de recreação e principalmente aos meios de divulgação.

O jovem de hoje participa de todas as atividades da sociedade, inclusive como força de trabalho. Portanto, são responsáveis por sua formação, moral e cívica, não somente os mestres, mas todos

aquêles que direta ou indiretamente lidam com os jovens.

A Educação Moral e Cívica deve ser orientada no sentido de canalizar o idealismo dos jovens, tanto para a compreensão e prática dos princípios éticos da sociedade, como também para a consecução dos grandes Objetivos Nacionais.

A fértil imaginação dos jovens, submetida ao impacto dos modernos meios de comunicação humana, como a televisão, o rádio, o cinema, histórias em quadrinhos, literatura de ficção, etc., deu-lhes a consciência de sua efetiva participação na sociedade.

Urge, portanto, lançar mão de todos os meios disponíveis e convocar todos os responsáveis pelos destinos da Nação, para essa grande cruzada, que é a Formação Moral e Cívica dos jovens.

O próprio estudante deve participar ativamente dessa cruzada. Os modernos processos de aprendizagem não podem prescindir dessa integração. O estudante deixou de ser um simples ouvinte e passou a ter parte ativa na aprendizagem. Essa participação se faz por meio do diálogo com os mestres, cooperação com o seu grupo de estudo e principalmente por meio da realização dos trabalhos onde possam aplicar seus conhecimentos e desenvolver sua capacidade criadora.

Como exemplo da cooperação dos estudantes em trabalhos de elevado sentido moral e cívico, eu vos lembro o projeto Rondon. Essa atividade extracurricular nada promete aos jovens, a não ser a satisfação do dever cumprido.

Apesar das dificuldades que enfrentam, da falta de conforto e da perda de suas férias, estão sempre prontos a realizarem um exaustivo, mas profícuo trabalho, com o duplo objetivo de aumentarem o seu conhecimento sobre o Brasil e proporcionarem, pela prática do que lhes foi ensinado, auxílios às populações menos favorecidas. Sobre esse projeto, assim se expressou um articulista em um jornal de São Paulo: "A mocidade universitária, atacada de um verdadeiro paroxismo revolucionário ante o que lhes parecia um horizonte tingido apenas de côres sombrias, viu abrir-se diante de si a perspectiva ilimitada do desbravamento cultural do território pátrio, sentiu recair sobre seus ombros parte da responsabilidade daquela missão que faz a grandeza da servidão militar. Milhares de jovens alunos das escolas superiores acorreram desde logo ao apelo, embranhando-se ombro a ombro com oficiais do Exército nas matas e furnas da nossa hinterlândia, para levar socorro médico, emprestar auxílio na construção de casas melhores e oferecer uma vida mais humana e sã àquelas populações quase sem nome e sem história".

Antes de concluir, desejo deixar registrada nesta palestra, a idéia básica da Comissão Nacional de Educação Moral e Cívica para todos os currículos: "Impregnar todos os assuntos dos programas básicos e analíticos da preservação e fortalecimento dos valores espirituais e morais da nacionalidade, defesa do princípio democrático e culto à Pátria".

Eis a grande diretriz para o trabalho que hoje tenho a honra de dar início neste auditório.

Ao analisarmos sumariamente essa Diretriz observamos que o termo "impregnar" nos mostra a necessidade de uma convicção daquilo que vamos transmitir aos jovens e que esse trabalho seja realizado persistentemente de modo a imbuí-los do verdadeiro espírito do cidadão brasileiro.

Para a preservação e fortalecimento dos valores espirituais e morais da nacionalidade, necessário se torna que esses valores sejam projetados sobre a Educação na sua forma integral, isto é, no seu aspecto intelectual, moral, cívico, artístico, político, econômico, social e religioso.

A defesa do princípio democrático deve ser procurada pela prática das liberdades, com responsabilidade, pela valorização da personalidade humana e pelo oferecimento de oportunidades iguais a todos.

Enfim o "Culto à Pátria" de que nos fala a Diretriz é a meta a que se propõe a nova disciplina.

Se estamos empenhados em um processo regenerativo, em busca de nosso desenvolvimento econômico, devemos, prévia ou concomitantemente dirigir nossos esforços para o desenvolvimento social e humano do País e este só será alcançado se houver uma cons-

ciência cívica capaz de nos impulsionar para as grandes realizações.

O desenvolvimento é um processo continuado e global, do qual não se pode excluir nenhum aspecto da vida do homem. A contestação, poderosa arma de destruição, só poderá contribuir para retardar nosso processo de desenvolvimento. Nada poderá construir porque ela é a negação do anseio natural do homem, de evoluir continua e persistentemente em busca de sua própria felicidade.

Ao encerrar esta aula inaugural, concito a todos, professores, alunos, pais, autoridades, homens de negócios, enfim todos que exerçam uma parcela de atividade, para que se unam nesta cruzada de fé, porque o soerguimento da Nação não é obra de uns mas de todos.

Senhores professores

Jovens estudantes

Aqui estão traçadas as linhas mestras da Educação Moral e Cívica, como eu a entendo e mais que isto, como eu a sinto.

Confio no êxito de vosso trabalho porque confio nos homens responsáveis e na mocidade de meu país.

Ao trabalho pois, com entusiasmo e dedicação, para felicidade nossa e grandeza do Brasil.

MAQUINA SERÁ SEMPRE DEPENDENTE DO HOMEM

Professor JOSE GERALDO DE FARIA

Vice-Diretor da Faculdade Federal de Minas Gerais

O Brasil, na opinião de um técnico norte-americano, não está dando a necessária importância à formação de especialistas em computadores eletrônicos e vai começar a sentir falta desses técnicos a partir de 1971, quando, para o volume de computadores instalados, indispensáveis a seu progresso, precisará de 2.500 programadores e analistas de sistemas.

A observação é do Prof. Carl Kromp, diretor do Centro de Computadores da Universidade de Miami, que vê o progresso tecnológico impossível de ser separado do computador e antevê para o ano 2000 uma sociedade onde o computador eletrônico terá influência e participação em todas as ações, desde um simples recado telefônico à educação em todos os níveis e à totalidade das transações comerciais.

O Prof. Carl Kromp permaneceu sete dias no Brasil, a convite da União Internacional de Intercâmbio Cultural. Aqui, o especialista norte-americano visitou universidades e centros de processamento de dados no Rio e São Paulo. Antes de retornar a seu país, elogiou o nível de ensi-

no universitário brasileiro, considerando-o tão bom quanto o das melhores universidades norte-americanas. Mas notou que pouca importância é dada aos estudos e pesquisas nos campos da energia nuclear e dos computadores eletrônicos.

Para o professor norte-americano é impossível dissociar o progresso do computador, porque, agora e no futuro, todo avanço tecnológico que determinará por sua vez o desenvolvimento dos demais campos de atividade, estará intimamente ligado ao computador eletrônico. Frisou que a iniciativa privada brasileira demonstra ter tomado consciência dessa necessidade: são consideráveis as economias feitas com a instalação de computadores. Ele calcula que para movimentar o número de máquinas que terá de ser instalado nos próximos anos, o Brasil precisará de 2.500 técnicos, dos quais ainda não dispõe. O Prof. Carl Kromp acha que o tempo será muito curto para a formação desses especialistas e que isso afetará o ritmo de nosso crescimento. Considera, entretanto, que medidas de incentivo e desenvolvimento para a for-

mação de técnicos em computadores e energia nuclear resolverão o problema em curto prazo.

O professor norte-americano ressaltou que a era tecnológica que estamos vivendo tendo cada vez mais a destacar a importância da máquina. Revelou que estatísticas oficiais dos Estados Unidos prevêem que dentro de cinco anos aquélle país terá 80.000 computadores instalados, representando um aumento superior a 50% sobre os 50.000 atuais. Para operá-los, os Estados Unidos precisam de 200 mil analistas de sistemas e de 300 mil programadores.

O homem do ano 2000, ao acordar, terá próximo à sua cama, como o telefone de hoje, um computador portátil, no qual, em operações simples, como se escrevesse a máquina, programará todas as atividades do dia, desde os recados telefônicos ao cálculo de tempo de que precisará para executar suas diversas tarefas, como para se locomover. O computador lhe dará a previsão do tempo, e, com base nos dados de uma central de controle a intensidade do tráfego em determinadas ruas e nos momentos em que ele deverá percorrê-las. O sistema de transporte coletivo colocado à sua disposição será formado por trens que desenvolverão velocidades de até 600 quilômetros horários, controlados por computadores.

O homem do ano 2000 viverá numa sociedade em que não haverá necessidade de dinheiro no bolso. Bastará a conta bancária

e um cartão de computador. Ao comprar o que quer que seja, desde os mantimentos no supermercado, ou realizar transações de qualquer vulto, ele não pagará em dinheiro nem assinará cheques. Colocará seu cartão no computador da firma vendedora e a máquina abaterá o valor da compra de seu saldo bancário, fazendo imediatamente as compensações.

O estudante do ano 2000 dispensará a biblioteca. Computadores dotados de sistemas audiovisuais fornecerão todas as informações, ilustrando-as com slides projetados e sons transmitidos pelo telefone, sobre qualquer matéria de seus cursos.

No limiar do Século XXI, os computadores programarão a expansão demográfica de cada família e, por extensão, de cada país. Avaliarão o aproveitamento escolar e o desenvolvimento das crianças. Orientarão os pais e professores no encaminhamento profissional dos estudantes.

Estas foram algumas antevições do futuro feitas pelo Prof. Carl Kromp. Mas ele "acredita firmemente" que, ao contrário do que pensam alguns futurólogos pessimistas, o computador não desumanizará o homem nem tampouco assumirá o comando das ações. Ele assegura que jamais se realizarão as profecias de Arthur Clark e Stanley Kubrick, com o computador Hall 9000, do filme 2001, Uma Odisséia no Espaço.

"Os computadores jamais pensarão ou terão condições de fa-

lar", assegura o Prof. Carl Kromp. A máquina faz e fará sempre o que o homem mandar. Na sua linguagem de computador a máquina ajudará o homem, dando-lhe informações que o auxiliarão na tomada de decisões. Inclusive — frisa o professor norte-americano — seus erros serão decorrentes de erros humanos.

Para o Prof. Carl Kromp, o papel da máquina no desenvolvimento humano "é enternecedor", porque evita os sacrifícios e facilita as tarefas do homem, porém ela sempre dependerá do

ser humano, dando-lhe, desta forma, a permanente condição de comandante. Ilustra seu ponto de vista com as viagens à Lua.

"Sem o auxílio dos computadores, as viagens à Lua seriam impossíveis." Mas lembra o que considera "o momento mais emocionante dos poucos na Lua".

"Nos minutos finais do voo, o astronauta assume o comando manual da nave e demonstra no espaço que sómente ao homem pertencem as decisões que concluem todo o trabalho da máquina."



"A Pátria é o céu, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados; a comunhão da lei, da ordem, da língua e da liberdade."

RUI BARBOSA

SOLICITAÇÃO

VOÇÊ, que tem idéias sobre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOÇÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOÇÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOÇÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um novo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fez algo novo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

Cel
C. FERNANDO

1. O Exército, como qualquer outra instituição pública ou privada, sente a necessidade de se adaptar às condições de vida de sua época.

Assim, deve êle acompanhar os imperativos do progresso técnico e científico, amoldando-se às mutações que, via de regra, lhe são impostas por êsse progresso. A par disso deve visar sempre a tirar o máximo rendimento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros postos à sua disposição.

Enfocando particularmente os aspectos administrativos do Exército, podemos assemelhá-lo à atual concepção de emprêsa, isto é: "um sistema de centros de decisão ligados entre si por uma complexa rede de informações". Nessas emprêses o papel reservado a uma seção de Organização — Métodos e Automatização é o de tornar o sistema, acima citado, harmonioso e funcionando eficientemente.

Vejamos as definições que parecem melhor satisfazer a essas três palavras, que representam uma importante Seção no Exército Francês e em tôdas as grandes emprêses dignas dêsse adjetivo.

- Organização: "É a arte de definir (funções, atribuições e meios), dispor (estruturas) e ligar (circuitos internos e externos de informação), por tempo mais ou menos longo, as diferentes partes de um conjunto que tenha uma determinada missão a fim de cumpri-la com um dispêndio mínimo de esforço humano, tempo, material e dinheiro".
- Métodos: "São o conjunto de procedimentos de raciocínio e ação que permitem a execução ótima de tarefa sob seu tríplice aspecto de qualidade do serviço executado, economia da operação e satisfação do executante".
- Automatização (pertence ao domínio da informática): "É a utilização de máquinas para processar a informação". "Ela é sómente um meio a serviço da organização".

2. Feito êsse breve intrôito passemos a examinar, em mais detalhes, o tipo de trabalho que normalmente cabe a uma Seção de Organização e Métodos.

Tal Seção não tem ação executiva, ela procede a estudos e assesora a administração superior, levando a esta os dados para a decisão. Dessa forma ela procede a estudos sobre:

- a. Sistemas de métodos e procedimentos administrativos em todos os setores de atividade do organismo a que serve.
- b. Estruturas da organização administrativa quer em novos setores, quer fazendo a revisão da estrutura existente.
- c. Necessidades e número de Pessoal Administrativo, quer a criação de novos cargos, quer fazendo a revisão dos já existentes.
- d. Utilização de espaços de trabalho, quer novos locais ou revisão das atuais disposições.
- e. Criação e padronização de novos formulários e impressos ou (e) revisão dos mesmos antes de nova impressão.
- f. Padronização de móveis e equipamentos a serem utilizados.

Terminado qualquer estudo desses, tenham sido êles fruto de determinação do escalão de direção ou de iniciativa própria da Seção é feito um relatório em que são recomendadas as medidas julgadas adequadas à melhoria do serviço. Esse relatório, submetido ao escalão que tem o poder decisório é, de acordo com o parecer deste escalão, transformado ou não em ordem(ns) de serviço para a execução.

3. Tomemos alguns exemplos desses estudos realizados. No que respeita à letra "a" do item precedente a análise a ser feita é baseada no estabelecimento do fluxograma e indicará uma ou mais das seguintes providências: 1) Eliminação, 2) Simplificação, 3) Padronização, 4) Substituição, 5) Combinação, 6) Adaptação, 7) Criação e Inovação, 8) Transferência de ou para outros setores ou funcionários, 9) Mudança de local, 10) Mudança de seqüência, 11) Mudança de freqüência de execução e 12) Enquadramento nos sistemas, métodos e procedimentos, formulários, normas, regulamentos ou instruções, padronizadas e em vigor.

Com relação a problemas de pessoal, uma ou mais das seguintes medidas são sugeridas: 1) Redução, acréscimo ou manutenção do número de funcionários, 2) Transferência de cargo de ou para outro setor, 3) Alteração na categoria dos funcionários, 4) Eliminação, redução ou aumento de horas extraordinárias, 5) Atualização de períodos de férias, 6) Mudança de horário ou turnos de trabalho, 7) Necessidade de treinamento ou aperfeiçoamento interno ou dado em curso externo, 8) Melhoria da supervisão.

Quanto à criação de novos formulários ou revisão dos existentes, o estudo deverá ser conduzido, após a verificação da sua validade e necessidade, atendendo aos seguintes pontos: 1) Formato, 2) Desenho,

- 3) Tamanho econômico do papel, 4) Qualidade e espessura do papel,
- 5) Número de vias e tiragem, 6) Método de preenchimento, 7) Método e local para seu arquivamento; 8) Exigências fiscais e outras.

Finalmente, vejamos algo sobre a padronização de móveis e equipamentos. Os seguintes fatores entram em seu exame: 1) Padronização de marcas e modelos por local e tipo de serviço, 2) Verificação se os modelos e tipos de móveis se enquadram nas normas estabelecidas para cada categoria de funcionários, 3) Verificação do valor e se este se enquadra no orçamento aprovado, 4) Comparação da quantidade de equipamento com a de outros setores ou locais semelhantes.

Haveria ainda algo a dizer sobre estudo de locais de trabalho e estudos de estruturas; para não nos alongarmos demasiadamente repetiremos sómente que nas grandes organizações civis, onde tempo e dinheiro têm valor medido por maior ou menor lucro da empresa, a determinação do espaço ideal e inclusive a disposição interna é estudada e proposta pelas Seções de Organização e Métodos.

4. No nosso Exército existe, integrando o EME, uma Secção de Organização e Métodos. Parece que, voltada para o grande problema da Reforma Administrativa no âmbito do Exército, sua ação ainda não é bastante conhecida e divulgada. É verdade que, como qualquer Seção, seu trabalho é bem conhecido dos escalões que a acionam porém o grande público só poderá dar a ela a importância que realmente possui se começar a sentir os efeitos de seu trabalho.

Dentro da idéia acima exposta é que julgamos, salvo melhor juizo, que a Sec OM poderia ter, desde já, uma equipe trabalhando em assuntos menores que exigem atenção e contribuição para manter o clima indispensável à realização da almejada Reforma Administrativa.

A título de colaboração citamos alguns desses assuntos menores que, a nosso ver, poderiam ser objeto de estudo e solução pronta. São eles, entre outros, os seguintes:

- a.. Padronização (com economia de papel) de formulários para simples encaminhamentos, de ofícios e outros documentos de uso corrente.
- b.. Padronização de tipos de máquina de escrever e calcular.
- c.. Simplificação dos processos de transferência para a Reserva que, atualmente, demoram cerca de dois meses ou mais.
- d.. Idem dos pedidos de material e seu atendimento.
- e.. Padronização de móveis para o Exército. Sabemos que infelizmente ainda existem aqueles que pensam que o luxo e não a funcionalidade constitui o principal fator para a aquisição.

- f. Estabelecimento de uma ficha única que acompanharia o oficial durante sua carreira. Isso diminuiria de muito os arquivos que adormecem em várias repartições.
- g. Padronização de protocolos. Dimensões e tipo de fichas e fichários etc.

É evidente que há uma quantidade muito grande de medidas que poderiam ser tomadas a curto prazo. Alinhamos algumas sugestões, sómente, como exemplo.

Voltamos a insistir nos benefícios de uma tal atuação, inclusive no campo psicológico.

5. A guisa de conclusão desejamos alinhar algumas observações que, pensamos, servirão de apoio ao conceito de excepcional valor que, sobretudo nas atuais circunstâncias, tem a Seção de Organização e Métodos.

"A atuação da Sec OM é indispensável, permanente e geral em todos os ramos de atividade, quer sejam elas de ordem administrativa, logística ou tática".

Ele é mais um estado^a de espírito que não é privativo dos especialistas. Deve, sim, ser de todos os quadros que necessitam estar imbuídos de seus princípios, visando todos à maior eficiência da instituição a que servem.

Outro ponto que merece destaque é o relatado por ilustre conferencista que disse:

"O medo de errar e a mania do perfeccionismo estão paralisando o Brasil. Os funcionários são instruídos para que façam tudo certinho, mesmo que as exigências burocráticas atrasem a realização do projeto ou do negócio".

E mais adiante completa: "Precisamos mais de dinamismo e muito menos de burocracia".

Tudo isso que acima foi dito pode ser cumprido através de uma atuação impulsionada da Sec OM.

B I B L I O G R A F I A

- REVISTA "L'ARMÉE" — Cel Nougues
- NOTAS DE OM — Alayr P. Ferraz
- REFORMA ADMINISTRATIVA — Hélio Beltrão

NOVOS PROBLEMAS JURÍDICOS DO PRATA

Dr. CLÓVIS RAMALHETE

SUMÁRIO

- I — A Bacia do Prata no ano 2000
- II — A Região e a Solidariedade Americana
- III — A Problemática do Prata no Quadro dos Princípios Gerais Americanos
- IV — Do Idealismo Jurídico à Solidariedade Econômica
- V — Antecedentes Diplomáticos
- VI — As Reuniões de Chanceleres e seus Textos
- VII — O Prata na Voz de um Advogado
- VIII — Natureza Jurídica da "Declaração dos Chanceleres".
— Tratado?
- IX — A Declaração dos Chanceleres e o que seja um Compromisso de Consulta
- X — A Formação das Vontades Nacionais

I — A BACIA DO PRATA E O ANO 2.000

A progressiva ocupação da Bacia do Prata mudou profundamente o quadro de vida daquela região.

Projeções estatísticas prevêem, para ali, no ano 2000 — 267 milhões de habitantes, entre os 638.111 mil habitantes de toda a América Latina na ocasião.

Em termos de porcentagem, já está naquela área a maior porção atual da população nacional de cada País, inclusive a do Brasil, o qual tem hoje, ali, 62,9% dela e, no ano 2000 — terá 68,6% da sua população. — Apenas o Uruguai e o Paraguai ocupam a região com 100% dos seus habitantes.

Na Bacia do Prata conhecem-se potencialidades econômicas e efetivas de produção, estas já implantadas ou em projeto. Algumas destas surgem com envergadura até então desconhecida na região, e mostram-se capazes de reflexos regionais imediatos ou se propõem à ação multinacional. Acrescente-se a tudo que, em alguns empreendimentos, ali já se utiliza tecnologia moderna, esta usina de espantos. Tecnologia moderna anda em aliança na região com estas

formas novas de associação de capitais, criação dêste século, que são as instituições supranacionais como o BID e BM, de par com emprêsas internacionais técnicas ou financeiras. A região socorre-se também da assistência técnica de organismos internacionais especializados.

Esta é a disposição preparatória da área da Bacia do Prata para o ano 2000.

Todo êste quadro excita a especulação do jurista. A eventual novidade e a grandeza dos fatos na região desafiam a curiosidade, quanto aos aspectos jurídicos internacionais.

Os cinco Estados ribeirinhos dos rios internacionais formadores do Prata, em reuniões de Chanceleres, em 1967 e 1968, dispuseram-se ao estudo para o *aproveitamento econômico integrado da região*. Os Chanceleres criaram então novo organismo regional, o "Comitê Intergovernamental Coordenador". — O fato é precipuamente *político*, mas apresenta aspectos jurídicos, curiosos de analisar.

A atuação do jurista será indispensável para o desdobramento dêste importante fato da política exterior sul-americana.

A nova problemática da Bacia do Prata — (a integração econômica planificada, e o possível aproveitamento nacional e multinacional de seus recursos), — reclamam um revestimento jurídico, para o acabamento da obra dos diplomatas e dos técnicos. O relêvo jurídico do fato põe em dúvida a auto-suficiência de alguns técnicos econômicos.

Neste fato coletivo de porte, só o instrumento jurídico irá possibilitar que seja multinacional o desenvolvimento integrativo da região e poderá conduzir às necessárias transformações de fato, já previsíveis, na vida interna e externa dos Estados.

A Paz é um resultado do Direito.

II — A REGIÃO E A SOLIDARIEDADE AMERICANA

A Bacia do Prata é enorme área formada principalmente pelos rios Paraná e Uruguai. Na classificação usual do Direito Internacional Público, êstes rios a um tempo oferecem problemas de rios internacionais *contíguos*, pois que separam Estados; e também os de rios internacionais *sucessivos*, pois que atravessam regiões de certos Estados.

Nos séculos passados, na época colonial e mesmo após a independência política, as relações exteriores na região caracterizam-se pelos episódios do lento processo de formação das fronteiras territoriais e os do surgimento das nacionalidades.

No século imediato às conquistas da independência, além da fixação das fronteiras, abertura dos rios à navegação e diversos Tratados de comércio, as manifestações de Direito Internacional

dêstes Estados limitaram-se a compartilhar, com os demais povos do Continente, da lenta e contínua produção de Doutrinas gerais.

Elas brotaram na América com um conteúdo solidarista (*Monroe*). — Ainda que políticas e não econômicas, apresentam-se logo distantes dos princípios clássicos europeus de Direito Internacional Público. Neste Continente, tais princípios surgiram com elevado idealismo e, por vezes, até antecipadores da conceituação internacional de justiça social e igualdade jurídica (*Drago*); com o grupo latino agrupando-se um pouco à margem do grupo anglo-saxão (Congresso do Panamá, 1826; Congresso de Lima, 1847/48; Tratado de União Continental Latino-Americana, de Santiago, 1856, assinado por alguns Estados; alguns textos significativos de *Bolívar*).

As suspeitas e as intrigas entre Chancelarias não pesavam aqui na América, ao menos com a densidade conhecida pela Europa de então. A motivação comum pela Independência e pela Democracia unia todos. Assim, cristalizaram-se os conceitos novos da América, até então desconhecidos na vida internacional.

As primeiras gerações dêstes Estados, apesar de independentes, prosseguiram contudo enquadradas em economias nacionais estanques, não integrativas nem mútuamente complementares, tôdas vinculadas à Europa, como supridoras.

Não obstante, logo assentaram as bases para uma teoria política de convivência internacional, fundada na solidariedade. Desconhecendo os atritos das economias competitivas, que não tinham, os Estados americanos puderam elaborar um Direito Internacional idealista, sôbro de inspiração a percorrer todo o corpo do Continente. — O Direito de Asilo, criação latino-americana, momento emocionante da vocação humanitária e solidarista dêste Continente, elevase como honra e glória dos povos desta região. Ao longo do período, nomes inspirados de Estadistas se sucederam, tão elevados êles próprios quanto as doutrinas jurídicas que propunham: — *Monroe*, *Drago*, *Calco*, *Estrada*, *Tobar*, *Bettancourt*, em proclamações, instruções de chancelarias, protestos e notificações, que tôdas nasceram da generosa gratuidade de espírito da gente das Américas. No Continente Sul, o Barão do Rio Branco, um homem de imensa paciência, qualidade humana que é o resumo de tantas outras sabedorias, longamente submisso ao espírito geral da fraternidade americana, ocupou-se com a Arbitragem, seu instrumento para a solução pacífica de dissídios internacionais de fronteiras; e traçou a completa linha de limites dêste subcontinente, que é o Brasil. Esta obra de prática jurídica internacional, honra por sua vez a todos os nossos vizinhos da América do Sul. A cada um dêles, por isso mesmo, o povo brasileiro tributa o maior afeto e respeito.

III — A PROBLEMATICA DO PRATA NO QUADRO DOS PRINCÍPIOS GERAIS AMERICANOS

Agora assiste-se ao processo formativo do aproveitamento multinacional de recursos do Prata. Trata-se de experiência em grande escala de integração planificada sul-americana. Convém perante êle assentar êstes precedentes históricos e jurídicos, que dão o ambiente social e político em que os próprios atos serão praticados.

Terminou, todo êste conjunto de doutrinas e práticas políticas de nosso passado, por oferecer as aparências de um sistema jurídico americano autônomo. A imaginação calorosa de Elejando Alvares até propôs o reconhecimento de um "Direito Internacional Americano", logo combatido pela visão universalista de Sá Vianna.

Sem entrar no mérito desta polêmica de ontem, pode-se extrair do exposto, uma conclusão, que deverá estar presente no trato jurídico da integração do Prata.

A história do Direito Internacional na América estabeleceu com preeminência certos princípios gerais. Eles são ou devem ser inspirados também das criações do empreendimento político da Bacia do Prata, a se desdobrar no futuro. Tais princípios são:

a Solidariedade Continental Política;

a Autodeterminação e a Não Intervenção, que pressupõe a igualdade jurídica dos Estados;

a Solução Pacífica, com o corolário da Responsabilidade dos Estados; e

a Justiça Social para os povos.

Dentre êles, o princípio da *Solidariedade política*, vê-se agora, preparou longamente o surgimento dêste outro, o da *Solidariedade Econômica*, que é suporte do atual projeto da integração econômica do Prata.

IV — DO IDEALISMO JURÍDICO A SOLIDARIEDADE ECONÔMICA

Aqueles primeiros tempos da nobre gratuidade dos espíritos, chamemo-los de fase do *idealismo jurídico americano*.

A ela sucedeu esta outra na qual vamos penetrando, a da *solidariedade econômica e social*, que se desprende da atualidade histórica mundial.

Esta solidariedade econômica e social, de hoje, é dos Povos; só depois, é dos Estados.

Ela está gerando uma ordem jurídica nova na vida internacional. Ainda ressoa o que todo o Continente concordou em dizer, em Punta del Este: — "As Repúblicas Americanas proclamam sua decisão de associar-se em um esforço comum para alcançar *progresso econômico* mais acelerado e justiça social mais ampla para seus povos, respeitando a dignidade do homem e a liberdade política."

V — ANTECEDENTES DIPLOMÁTICOS

Durante êste processo de formação da "solidariedade econômica e social", que é mundial, certos grupos regionais de Estados, em vários pontos geográficos identificaram os seus fatores econômicos integrativos, em regiões da Europa, da África, da América.

Nota-se, quanto ao caso do Prata, que houve um processo anterior à atual aspiração de integração econômica. Já em 1941, em Montevidéu, a "Conferência Regional dos Países do Prata" aprovava certas Resoluções, depois perturbadas pela II Guerra Mundial. Entre outras, ressalta (de n.º XVI) a da Delegação Argentina, que propunha uma "União Regional Aduaneira", — que seria curioso instrumento jurídico, prenúncio da ALALC, para a integração de mercados atualmente almejada.

A Conferência de Montevidéu de 1941 apresenta-se como antecedente de relêvo, dos recentes atos diplomáticos da reunião dos Chanceleres da Bacia do Prata (1967 e 1968). Aquela Conferência de 1941, (é curioso anotá-lo, agora), fôra solicitada desde 1933, na Ata Final das tarefas diplomáticas dos eminentes Chanceleres da Argentina e do Chile, Drs. Saavedra Lamas e Miguel Cruchaga Tocarnal, quando ambos se aplicavam em encerrar controvérsia entre Paraguai e Bolívia. Em meio ao restabelecimento da Paz, aquêles estadistas elevaram suas vistos para a largueza integral das necessidades da região. E já naquele ano de 1933, expressaram na Ata a conveniência da reunião dos Estados da zona, com o fim comum de estudos econômicos e políticos.

VI — AS REUNIÕES DE CHANCELERES E SEUS TEXTOS

As duas recentes reuniões dos Chanceleres dos Estados interessados, em Buenos Aires (fevereiro de 1967) e em Santa Cruz de la Sierra (maio de 1968), se fundem num sentido global. E ligam-se sem dúvida a êstes antecedentes.

Nas reuniões foram produzidos três documentos, que se integram num só sistema.

Dêles, o primeiro denominou-se "*Declaração Conjunta*". — Defini os limites atuais de ação dos Estados, no programa integrativo da área (item 1.º): — "levar a cabo o estudo conjunto e integral da

Bacia do Prata, com o fito de realizar um programa de obras multinacionais, bilaterais e nacionais úteis ao progresso da região". Após assentarem que o propósito atual é o de "estudo conjunto e integral", os Chanceleres deixaram instituído um "Comitê Intergovernamental Coordenador", composto pelos embaixadores acreditados junto ao Estado sede, a Argentina, e com competência para elaborar seu Estatuto. Da Declaração consta que cada Governo constituirá organismo nacional para os respectivos estudos domésticos referentes à Bacia. Estes órgãos nacionais fornecerão informações, que o Comitê centralizará.

No segundo documento, a "Ata de Santa Cruz de la Sierra", os Chanceleres constatam a "Conveniência de um organismo para os objetivos fixados. E assentaram medidas conducentes àquilo que denominaram de "*Institucionalização da Bacia do Prata*".

A denominação parece conter importante indicação jurídica, que será o tratamento estatutário da região.

Entre outras providências avultam o Estatuto do "Comitê Intergovernamental Coordenador" e o encargo, do Comitê, de preparar projeto de Tratado, para a "*Institucionalização da Bacia do Prata*".

Assim intencionalmente repetida, esta expressão impressiona, pelo sentido jurídico que contém.

O terceiro documento é o Estatuto do "Comitê Intergovernamental Coordenador". Ele define o objetivo do organismo: — "promover, coordenar e acompanhar as ações multinacionais", centralizar o intercâmbio de informações relacionadas com os objetivos, (art. 3.º): — "propor aos Governos planos de estudos", e "programas de ação multinacionais".

Quanto à direta intervenção do Comitê na área de competência reservada de cada Estado, ele não possui qualquer poder. Ser-lhe-á facultado cooperar, apenas quando solicitado pelo Estado interessado. — Recebe e distribui informações; e poderá intermediar os Governos junto a Organismos no caso da solicitação unânime dos Estados, para a realização de estudos: — eis outras atividades do Comitê.

Ficou assentada a realização de reuniões anuais, prevista a de 1969 para Brasília, quando se espera o exame do projeto de Tratado, da chamada "*Institucionalização da Bacia do Prata*".

VII — O PRATA, NA VOZ DE UM ADVOGADO

Os documentos produzidos pelas "Reuniões de Chanceleres" da Bacia do Prata apresentam aspectos jurídicos que merecem especulação.

A exploração dêles pela voz inoficiosa e de todo privada de um Advogado de profissão, quando não promove qualquer progresso no desejável comprometimento das partes, contudo talvez ganhe desen-

voltura na exposição, devido mesmo à sua gratuidade. — Aliás, o representante do BID e do INTAL, Embaixador Júlio Rodriguez Arias, em Santa Cruz de la Sierra, encareceu o valor da colaboração das Universidades e a do setor privado, no estudo dêstes problemas da Bacia do Prata.

Será talvez para pôr em prática o chamado à cooperação privada, feito por estas instituições interamericanas, que a elevada tribuna dêste "Instituto Cultural Brasil-Argentina", recebe, hoje, um Advogado brasileiro, para ocupar-se com os novos problemas jurídicos criados para a integração do Prata.

VIII — NATUREZA JURÍDICA DA DECLARAÇÃO DOS CHANCELERES. TRATADO?

A primeira pesquisa do jurista, ao ler um instrumento dito convencional, é indagar:

- 1.º — se êle é de fato convencional e normativo; e
- 2.º — qual a natureza do ato jurídico que contém.

Dos três instrumentos dos Chanceleres, o documento fundamental denominou-se "*Declaração*". Programou estudos e instituiu um organismo. Os demais são desdobramentos dêle.

No Direito Internacional Público, as denominadas "*Declarações*" apresentam-se sob várias naturezas jurídicas. Em sentido geral e na maior parte das vêzes, as Declarações são apenas o ato unilateral com que o Estado torna pública uma intenção. Mas o ato pode denominar-se Declaração, e apesar de adotar êste nome, no entanto, ser substancial e formalmente um Tratado.

Pergunta-se:

No caso da "Declaração dos Chanceleres" de Buenos Aires, e nos seus desdobramentos, encontra-se um Tratado? — Não. Tudo indica que nela não se depara um Tratado.

Na verdade faltam à Declaração os requisitos exigidos na formação de uma convenção internacional pactuada entre Estados.

Primeiro:

Porque os agentes signatários agiram em nível de Chancelaria, e sem a participação formal dos Chefes de Estado. Ora, as Constituições exigem na formação dos Tratados a participação dos Chefes de Estado. E da "Declaração" não consta a cláusula da verificação dos "plenos podêres" para a negociação de Tratado.

Segundo:

Porque a Declaração não sujeitou os Estados a prestações reciprocamente; apenas enunciou a intenção coletiva de cada Estado fazer estudos no seu Território a cargo de organismo doméstico, por ele internamente instituído. Este aspecto da Declaração, anote-se, apresenta conteúdo jurídico especial, que a afasta da clássica "declaração unilateral".

Terceiro:

Porque a execução dos atos, manifestados como de intenção coletiva, ficou no entanto a cargo do próprio Estado declarante, no exercício dos "poderes reservados".

Quarto:

Não se vê Tratado em qualquer dos instrumentos, porque não contém aquela cláusula caracterizadora formal dos Tratados, condição para sua eficácia jurídica, e que é a ratificação pelo Poder competente do Estado após a assinatura. É mediante a ratificação que os Tratados constitucionalmente ganham força de lei.

O acoplamento da ordem jurídica internacional na ordem interna é tema doutrinário tormentoso. Mas a positividade das Constituições dos Estados em questão, silencia o debate: — não houve Tratado. No entanto, as Declarações — quando são Tratados, trazem a Cláusula da ratificação, como na "Declaração Marítima" de Londres de 1909, que mereceu o reconhecimento geral da sua natureza de convenção internacional.

A "Declaração Conjunta" de Buenos Aires, é entretanto um ato internacional que apresenta certo conteúdo jurídico quase obrigacional ao lado de seus relevantes aspectos políticos. Trata-se de ato, está visto, que se agrupa no gênero das *Declarações*. Mas distingue-se pelo efeito de o seu objetivo ser aplicação imediata da declaração, pelo próprio declarante. Fato significativo é o de ter ficado logo constituído o "Comitê Intergovernamental Coordenador", criado com habilidade e que se insinuou entre os obstáculos constitucionais existentes para os Tratados.

O conjunto das características do documento leva o analista a querer ver na Declaração um respeitável exemplo daquele tipo de "*acôrdo em forma simplificada*", definido pelo professor Basdevant.

É o grupamento de declarações unilaterais concordes, que se destina a ficar concluído com a assinatura, sem ser Tratado, pois dispensa ratificações dado o seu conteúdo.

Diz o mestre, no seu ainda atual estudo "*La conclusion et la Redaction des Traités et des Instruments Diplomatiques autres que*

les Traités", (Recueil des Cours, 1926, Tomo V) : — êstes instrumentos "enunciam acôrdos que são concluídos sob forma simplificada"; — ao passo que, "com o Tratado propriamente dito, a conclusão é imediata ou indireta, comportando três atos essenciais: — outorga de plenos poderes, assinatura e ratificação". — "aqui, nos acôrdos simplificados, a conclusão... imediata ou direta... se opera pela assinatura, que cria ou atesta a vontade do Estado". E o mestre assinala que tais "acôrdos simplificados", geralmente são firmados por Ministros de Relações Exteriores.

Louis Cavare ("Le Droit International Public Politic", Tomo II, págs. 45/46) — antes que as chamadas "declarações coletivas, consagram o acôrdo em que se põem vários Estados, e têm "dans cette mesure, une allure conventionnelle". Admite que perdem por isso a natureza de ato unilateral. Cita a declaração dos Aliados de 1945 sobre a Alemanha e Berlim. Daí o ficar dito neste estudo, que a Declaração é ato internacional de "conteúdo quase obrigacional", com "une allure conventionnelle".

Parece ser êste o caso da "Declaração Conjunta" de Buenos Aires e atos posteriores.

Declaração coletiva, apenas ganha certo conteúdo obrigacional na medida em que expressam um acôrdo mas quanto à intenção interna de fazer, que cada Estado manifestou, reservando sua competência quanto ao exame de oportunidade e conveniência.

Esta é a etapa do processo jurídico integrativo do Prata. Os documentos representam — (e êste não é dos seus aspectos menos importantes) — o estágio em que se encontra no momento, a formação das vontades nacionais para o Tratado futuro, vontades ainda não de todo constituídas nem perfeitamente engajadas.

IX — A DECLARAÇÃO DOS CHANCELERES E O QUE SEJA UM "COMPROMISSO DE CONSULTA"

Outro aspecto dos instrumentos dos Chanceleres, em Buenos Aires e em Santa Cruz de la Sierra, é a impressão, que deixam ao primeiro exame, de conterem *compromisso multinacional de consulta*.

A técnica consultiva intergovernamental é instrumento antigo, delicado compromisso que sempre visou, em dadas circunstâncias, a equilibrar o exercício da soberania com certas necessidades da convivência exterior.

A "Convenção de Consulta" prestigiou-se após os Tratados de Westfália, quando a nova ordem internacional fracionada de Estados soberanos substituiu a ação integrativa do Papado e do Imperador. Estêve outra vez em grande uso a consulta obrigatória, mais tarde, após as guerras de Napoleão, adotada pelo chamado "Diretório" dos monarcas coligados pelo Tratado de Paris.

Indaga-se:

Existe agora, no Prata, um convênio de consulta obrigatória concluído entre os Estados da Bacia na "Declaração Conjunta" de Buenos Aires ou nos demais instrumentos?

A *Convenção de Consulta* gera para os Estados, reciprocamente, o direito de *ouvir* e também o de *ser ouvido*, sobre os temas sujeitos aos efeitos do ajuste. No caso da Declaração do Prata, poderia ter nascido, ou não, a obrigação convencionada, de certos empreendimentos de cada Estado da área serem previamente submetidos à consulta dos demais Estados. Mas para que houvesse esta obrigação, a Declaração deveria conter expressamente esta norma, e não a contém. E além disso, o instrumento deveria ter atendido aos requisitos formais dos Tratados: — *plenos podéres, assinatura e ratificação*.

Não foi ainda constituída, portanto, qualquer regra normativa sobre obrigação de consulta.

X — A FORMAÇÃO DAS VONTADES NACIONAIS

O que de fato se depara, ao longo dos antecedentes longínquos e nestes instrumentos agora elaborados, é um processo de formação das vontades nacionais para uma ação futura, de sentido integrativo, na área da Bacia do Prata, e com objetivos econômicos.

Neste estágio da mensuração dos futuros compromissos, a forma jurídica final e sua estrutura ainda permanecem imprecisas.

Na formação dos contratos de direito privado, àquelas *situações de fato pré-contratuais* constitutivas de expectativa de direito, em algumas legislações produzem até certos efeitos jurídicos. — Os instrumentos diplomáticos de 1967 e 1968 guardam certa similitude com esta fase preliminar dos ajustes.

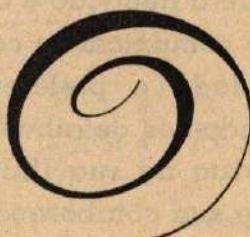
Os Estados situados na Bacia do Prata amadurecem agora o propósito integrativo em torno do sistema fluvial. E se dispõem a um empreendimento, que tem porte invulgar na América Latina. A iniciativa é sem precedentes, das maiores e mais complexas da América, em termos multinacionais.

OBSERVAÇÃO:

Neste trecho, o conferencista, de improviso, acrescentou o seguinte: — ("Se fosse permitida qualquer influência à voz de um advogado privado e alcançar os centros de decisão dos problemas da Bacia, eu me permitira recomendar, com ênfase, certa priori-

dade a uma "política hidroviária", com as medidas práticas consequentes. O transporte econômico, segundo estudos do Engenheiro brasileiro Afonso Henrique Portugal, é mais econômico do que o ferroviário quatro vezes; e mais do que o rodoviário, de 6 a 12 vezes. Tal política prioritária alcançaria benéficamente quanto às trocas internacionais, principalmente nossos vizinhos Bolívia e Paraguai, Estados mediterrâneos que precisam chegar ao Atlântico; e terá repercussões gerais intensas, no tráfego mercantil na região".)

Ela talvez desperte a atenção interessada, também dos demais Estados sul-americanos. O problema lhes toca, indiretamente. É que no futuro, algo de semelhante reunirá alguns deles quanto aos rios Amazonas e Orinoco, que são também Bacias Internacionais no Norte. (*Continua*).



*"Honra a Pátria no Passado — sobre os túmulos
dos heróis; glorifica-a no Presente — com a virtude e
o trabalho; impulsiona-a para o Futuro — com a dedi-
cação que é a Fôrça da Fé.*

COELHO NETO

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o senhor. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante, pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração não sómente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.

Notas militares

**SELEÇÃO DO OFICIAL INSTRUTOR
PARA A AMAN, PARA O CPOR
E PARA A ESAO**

Maj Cav
JOAO EDIE KRAEMER

S U M Á R I O

1. INTRODUÇÃO
2. O INSTRUTOR DA AMAN
 - a. Características
 - b. Seleção
3. O INSTRUTOR DO CPOR
 - a. Características
 - b. Seleção
4. O INSTRUTOR DA ESAO
 - a. Características
 - b. Seleção
5. CONCLUSÃO
- Bibliografia

1. INTRODUÇÃO

O êxito de um estabelecimento de ensino militar no cumprimento de suas missões depende fundamentalmente da qualidade de seu quadro de instrutores cuja seleção deve ser cuidadosamente orientada. Sem um corpo docente capaz de executar adequadamente seus programas de instrução e demais planejamentos, haverá uma falha na cadeia de ligação entre o aluno e a escola com prejuízo para ambos.

Este trabalho é fruto de nossa experiência pessoal e de uma série de pesquisas realizadas entre instrutores e instruendos dos estabelecimentos de ensino de que ele trata, quais sejam, AMAN, CPOR e EsAO.

Não desejamos apresentar as qualidades normais de um bom instrutor, assunto por demais conhecido, mas salientar aquelas que são específicas para cada escola e, como decorrência, apresentar uma sugestão de como selecionar os oficiais mais indicados para compor seu quadro de instrutores. Como conclusão, apresentaremos em um estudo comparativo sucinto seus pontos comuns e suas nuances.

2. O INSTRUTOR DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

a. Características

A Academia Militar das Agulhas Negras é um estabelecimento de ensino superior, destinado à formação básica do oficial das Armas, Material Bélico e Intendência, da Ativa do Exército.

O Ensino da AMAN deverá, essencialmente, visar às seguintes finalidades:

— Formar o oficial subalterno e iniciar a formação do Capitão e do Instrutor.

— Assegurar ao futuro oficial uma cultura técnico-universitária, sobre a qual possa desenvolver toda a sua carreira militar.

Com essas finalidades, a AMAN incorpora jovens qualificados, seleciona-os e exerce sobre os mesmos uma ação educativa capaz de garantir:

— A criação e a preservação de hábitos, atitudes e ideais indispensáveis à formação do oficial do Exército.

— A base de cultura técnico-universitária imprescindível ao futuro comandante, chefe e administrador.

— O vigor físico necessário ao militar, assim como o aprimoramento do espírito de cooperação e da capacidade de atuar em equipe.

Trata-se portanto de uma escola de formação. Esta idéia deve orientar todas as atividades em seu seio e estar sempre presente na

mente de todos aquêles que tenham qualquer parcela de responsabilidade na consecução dos objetivos da Academia.

Da perfeita compreensão da finalidade da AMAN podemos deduzir que seu instrutor deve ser, antes de tudo, um formador e como tal um orientador.

O cadete é um elemento jovem sobre quem o instrutor exercerá uma influência tanto maior quanto mais marcante fôr a personalidade deste.

De todos os ensinamentos a serem transmitidos ao cadete, o mais importante não é o que pode ser encontrado nos manuais ou nos regulamentos, mas os que o instrutor transmite, muitas vezes inconscientemente, através de suas ações e atitudes.

Considerando o nível da instrução e que a mesma é ministrada, segundo a orientação direta do Instrutor-Chefe de cada Curso, julgamos que o tenente e o capitão da Academia deverão possuir qualidades que os classifiquem como um instrutor de nível bom para muito bom. Deverá possuir, entretanto, altamente desenvolvidos, uma série de atributos. Suas atitudes, seja na vida profissional, seja na vida particular, devem ser um reflexo dos mesmos. É preciso que o cadete o veja sempre como um exemplo a seguir e cujas ações reflitam os ensinamentos que a Academia procura transmitir-lhe.

Tendo como modelo um quadro de avaliação de conceito, transcrevemos a seguir o grau Mínimo que julgamos Deve o instrutor da AMAN possuir em determinados atributos, dentro da seguinte graduação:

- R — deixa a desejar;
- B — normal, sem falhas e sem destaque;
- MB — chama a atenção;
- E — destaca-se nitidamente.

O grau atribuído por nós no presente caso é considerado o indivíduo em si e não comparando-o com os demais. Para uma melhor compreensão damos a seguir 4 exemplos de um mesmo atributo:

- Expressão oral:
 - Avelino fala com clareza mas cometendo erros grosseiros de concordância gramatical; grau R;
 - Ernesto fala corretamente, com clareza e precisão; grau B;
 - Arlindo expressa-se com facilidade, de maneira correta, clara e precisa e com bastante objetividade; grau MB;
 - Pedro possui extraordinária facilidade de expressar-se, o que faz sempre com correção, clareza, precisão, objetividade e com grande capacidade de persuasão; grau E.

Dentro dêste critério, vejamos pois os atributos:

	Grau mínimo
Lealdade	E
Compostura moral	E
Exação no cumprimento do dever	E
Independência	MB
Coragem moral	E
Firmeza de atitudes	E
Energia	E
Tenacidade	E
Equilíbrio e coerência	MB
Autodomínio	MB
Facilidade de apreensão	B
Flexibilidade mental	B
Imaginação	B
Espírito de observação	MB
Objetividade	MB
Método	B
Expressão oral	B
Capacidade física	MB
Entusiasmo profissional	E
Dedicação profissional	E
Autodisciplina (disciplinado e disciplinador)	E
Camaradagem	MB
Apresentação	E
Capacidade de organização	B
Capacidade de coordenação	MB
Capacidade de cooperação	MB
Disciplina intelectual	MB
Capacidade de trabalho	MB
Capacidade de direção e controle	MB
Capacidade de decisão	MB
Senso de responsabilidade	E
Espírito de iniciativa	MB
Autoconfiança	MB
Senso de justiça e de humanidade	E
Tato	MB
Sociabilidade	MB
Cultura geral	B
Cultura profissional	B

b. Seleção

Julgamos que a seleção do instrutor pode ter início na própria AMAN, através do seguinte processo:

- (1) Cada Curso deverá organizar um fichário dos aspirantes a oficial por êle formados. Em cada ficha será lançado o

conceito do aspirante, com base nos atributos referidos na letra anterior dêste capítulo e resultante da observação cuidadosa por parte dos instrutores. Deverá ser lançado também o resultado de uma pesquisa entre os próprios aspirantes que deverão responder quais dentre os companheiros de turma indicariam para retornar à Academia como instrutores.

- (2) O segundo lançamento na ficha de cada um será um conceito dado pelo Cmt de Unidade que tiver recebido aspirantes para estágio. Ele deverá seguir o modelo anterior e ser solicitado pela Academia na época da promoção a 2.^º Ten.
- (3) O mesmo procedimento quando da promoção a 1.^º Ten completará os dados do fichário.

Desta maneira o Instrutor-Chefe do Curso disporá de 3 fontes de consulta para orientá-lo na seleção dos tenentes a serem convidados para auxiliar de instrutor: o fichário, os instrutores da época e suas relações pessoais.

Quanto aos capitães, deverão possuir o curso de aperfeiçoamento e a EsAO passará a ser outra fonte de consulta, talvez a mais importante. Mediante solicitação do Curso interessado, a EsAO indicará os oficiais de cada turma que reunirem as melhores condições para serem instrutores na AMAN. A EsAO utilizará o resultado de sua seleção para seu quadro de instrutores como fonte de consulta para organizar a relação indicada para a Academia.

3. O INSTRUTOR DO CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA

a. Características

Os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva — Órgãos de Formação de Reservas — são estabelecimentos de ensino destinados à formação básica dos oficiais subalternos da 2.^a classe da Reserva do Exército.

Para cumprir sua finalidade, os CPOR manterão todos ou parte dos seguintes Cursos: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações, Material Bélico e Intendência, que terão como objetivo habilitar os alunos ao comando de frações elementares das respectivas Armas e Serviços, e ao exercício de funções de oficial subalterno.

Para ser inscrito no CPOR é indispensável que o candidato tenha completado o Ciclo Colegial do Ensino Médio ou esteja matriculado em Escola Superior.

Embora o nome não o diga, é o CPOR uma verdadeira escola de formação e destaca-se sua relevância na atual conjuntura nacional.

Ele não sómente forma o oficial reservista mas colabora na formação cívica de nossa futura elite civil. Deve ser, portanto, o grande centro de relações públicas do Exército junto à juventude universitária.

As características do aluno exigem pois do instrutor determinados atributos menos solicitados em outras escolas militares. É necessário que o mesmo possua uma certa maturidade e uma cultura geral que o capacite a tratar adequadamente com o universitário. Por este motivo, o QO de cada Curso deve prever mais capitães que tenentes em seu corpo de instrutores.

Apresentaremos a seguir uma relação dos atributos necessários aos instrutores do CPOR, utilizando o mesmo processo adotado para a AMAN na letra "a" do capítulo anterior.

	Grau mínimo
Lealdade	E
Compostura moral	E
Exação no cumprimento do dever	E
Independência	MB
Coragem moral	E
Firmeza de atitudes	E
Tenacidade	MB
Energia	MB
Equilíbrio e coerência	E
Autodomínio	E
Facilidade de apreensão	MB
Flexibilidade mental	MB
Imaginação	B
Espírito de observação	MB
Objetividade	MB
Método	B
Expressão oral	MB
Capacidade física	B
Entusiasmo profissional	MB
Dedicação profissional	MB
Autodisciplina	MB
Camaradagem	MB
Apresentação	MB
Capacidade de organização	B
Capacidade de coordenação	MB
Capacidade de cooperação	MB
Disciplina intelectual	MB
Capacidade de trabalho	B
Capacidade de direção e controle	MB
Capacidade de decisão	MB
Senso de responsabilidade	E

Espírito de iniciativa	MB
Autoconfiança	MB
Senso de justiça e de humanidade	E
Tato	E
Sociabilidade	E
Cultura geral	MB
Cultura profissional	B

b. Seleção

A seleção de instrutores para um CPOR torna-se difícil pois ele não conta com a possibilidade de escolher entre seus ex-alunos.

Enquanto o Exército não possuir a cadastragem completa e atualizada de seus oficiais, em um departamento ou seção especializada que a centralize, os Cmt de CPOR poderão recorrer à AMAN e à EsAO para obter informações. De posse das mesmas e das fornecidas pelos instrutores já lhes será possível ter uma orientação.

É interessante atentar para um aspecto relativamente novo a respeito do oficial formado pelo CPOR. É a tendência atual para um maior aproveitamento do Ten R-2 a fim de suprir a deficiência em tenentes da Ativa e completar os claros existentes nas Unidades. De um simples estágio obrigatório de poucos meses evoluiu-se para uma permanência voluntária nas fileiras por 1 ano ou mais para os que demonstrarem, durante o estágio, as qualidades necessárias. Como uma consequência natural desta evolução, será admissível que, no futuro, as funções de auxiliar de instrutor possam ser exercidas por Ten R-2 que tenham uma arregimentação mínima de 2 anos e possuam as qualidades indicadas para tal. Seria como que um prêmio aos que mais se destacassem e bem podemos compreender o efeito psicológico que isto causaria entre os alunos.

4. O INSTRUTOR DA ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

a. Características

A EsAO tem por finalidade aperfeiçoar oficiais oriundos das Escolas de Formação de Oficiais, habilitando:

- os oficiais das Armas para, em campanha, exercerem as funções de comandante ou membro do Estado-Maior das Unidades de sua Arma e integrarem, com elas, os grupamentos táticos (brigadas);
- os oficiais dos Serviços para, em campanha, desempenharem as funções de comandante ou membro do Estado-Maior das Unidades de Serviço, e de adjunto ou chefe de Serviço no escalão divisionário.

Podemos concluir que não se trata pois de uma escola de formação mas de aperfeiçoamento profissional. Seus alunos são oficiais que possuem já uma certa experiência, apreciável gama de conhecimentos e algumas opiniões definidas sobre diversos assuntos. Não se trata mais de formar o oficial mas de atualizá-lo e de ampliar-lhe o horizonte.

O nível da instrução e a qualidade do aluno exigem para a Escola instrutores de gabarito muito bom para excelente. Conhecimentos atualizados, grande flexibilidade mental, iniciativa, autodominio, facilidade de expressão oral, são, entre outras, qualidades indispensáveis ao instrutor da EsAO.

Apresentaremos a seguir, utilizando o mesmo processo e critério que adotamos para a AMAN e para o CPOR, o grau mínimo que julgamos deva o instrutor possuir nos atributos por nós selecionados, quando se tratar da EsAO.

	Grau mínimo
Lealdade	E
Compostura moral	MB
Exação no cumprimento do dever	MB
Independência	MB
Coragem moral	E
Firmeza de atitudes	MB
Energia	B
Tenacidade	B
Equilíbrio e coerência	E
Autodominio	E
Facilidade de apreensão	MB
Flexibilidade mental	MB
Imaginação	MB
Espírito de observação	MB
Objetividade	E
Objetividade	MB
Método	MB
Expressão oral	MB
Capacidade física	B
Entusiasmo profissional	MB
Dedicação profissional	MB
Autodisciplina	MB
Camaradagem	MB
Apresentação	B
Capacidade de organização	MB
Capacidade de coordenação	E
Capacidade de cooperação	E
Disciplina intelectual	E
Capacidade de trabalho	MB

Capacidade de direção e controle	E
Capacidade de decisão	E
Senso de responsabilidade	E
Espírito de iniciativa	E
Autoconfiança	E
Senso de justiça e de humanidade	B
Tato	MB
Sociabilidade	MB
Cultura geral	B
Cultura profissional	MB

b. Seleção

Paralela ao conceito regulamentar da Escola, poderá ser feita uma conceituação dos alunos com a finalidade específica de fornecer dados que possibilitem selecionar os melhores instrutores de cada turma.

Cada Curso organizará um fichário onde será lançado um conceito baseado nos atributos referidos na letra a do presente capítulo. Este conceito, para ser mais real, deverá ser resultante da observação dos instrutores e de um conceito lateral emitido pelos próprios alunos. Como complementação, deverá ser feita uma pesquisa em que cada aluno indicará quais os colegas da turma julga poderão ser instrutores da EsAO. Esta indicação não deverá exceder uma determinada percentagem, 20% por exemplo, para não fugir à sua finalidade. Assim, em uma turma de 100 alunos, apenas 20 poderão ser indicados pelos colegas.

O grau de aproveitamento do curso também deverá ser levado em consideração como base para julgamento dos conhecimentos profissionais de cada um, condição básica na seleção. Não desejamos, com esta afirmação, dizer que sómente deverão ser selecionados os de menção MB ou os primeiros colocados. Somos de opinião, entretanto, que o aluno que obtém resultados apenas razoáveis o faz por falta de conhecimentos ou por falta de interesse e estará, portanto, inabilitado às funções de instrutor da Escola. É possível que circunstâncias extras ocorram, de maneira a prejudicar o curso de um determinado aluno, o que, no caso, deverá ser considerado.

Um fichário organizado desta maneira poderá servir como fonte de consulta inclusive para a AMAN e para os CPOR.

Tais informações, registradas em fichas individuais, possibilitarão a cada Instrutor-Chefe de Curso uma orientação para a escolha de seus auxiliares, dentro de um critério de prioridade estabelecido por ele mesmo.

5. CONCLUSÃO

Procuramos mostrar, no presente trabalho, que o instrutor ideal para a AMAN, para o CPOR e para a EsAO, deve possuir características específicas, algumas comuns, outras não.

Se compararmos os atributos desejáveis a cada um, verificaremos que, embora sejam os mesmos, o grau mínimo de cada um varia em função da finalidade, do nível da instrução e das características do aluno de cada Escola.

Em função desta variação, que nada mais é do que o grau de importância de cada atributo em relação a cada Escola, podemos explicar por que muitas vezes um instrutor bem sucedido em uma não o é em outra.

Assim, para a AMAN é necessário um instrutor disciplinado e disciplinador, de apresentação e atitudes impecáveis e de um entusiasmo excepcional por sua profissão. O nível da instrução não lhe exige, entretanto, conhecimentos que não estejam ao alcance de todo tenente ou capitão. As condições físicas do aluno, por outro lado, exigem do instrutor, particularmente do tenente, capacidade física muito boa, sem a qual não terá condições de liderar seus cadetes.

Para o CPOR, é necessário um instrutor que possua excepcional tato para lidar com o universitário, visando transformar o futuro líder civil em um verdadeiro aliado do Exército. Para que possa realmente liderar seus alunos, necessita de uma cultura geral muito boa. Do mesmo modo que na AMAN, suas atitudes devem ser de tal ordem que seja um exemplo constante de militar e de cidadão.

Para a EsAO, não há necessidade de que o instrutor seja disciplinador emérito, de apresentação e atitudes excepcionais. Basta que seja normal. É necessário, entretanto, que seus conhecimentos profissionais estejam à altura de sua função. Deve ter altamente desenvolvido o espírito de iniciativa para que a qualidade da instrução melhore sempre e não seja uma simples repetição de temas cada ano. Sua capacidade de autodomínio, de equilíbrio e coerência e de direção e controle, serão constantemente solicitadas. Não é necessário que possua uma capacidade física além do normal, entretanto, grande facilidade de expressão oral e grande flexibilidade mental ser-lhe-ão indispensáveis. É necessário que pesquise, estude e se interesse pela evolução de sua Arma a fim de que esteja sempre atualizado. Não deve esquecer que a EsAO é a grande oportunidade que o Exército tem de renovar o entusiasmo e as esperanças de seus capitães, oportunidade esta que não pode ser desperdiçada.

O processo de seleção apresentado neste trabalho, como sugestão, busca a organização de uma fonte de consulta a ser utilizada pelos Instrutores-Chefes de Curso.

Apresenta a vantagem de evitar que oficiais competentes, possuidores das qualidades necessárias à função de instrutor de determinada Escola, deixem de ser lembrados por não terem alguém conhecido na referida Escola, à época das propostas.

O fichário sugerido para a EsAO, sendo semelhante aos demais, poderá servir de fonte de consulta às demais Escolas.

As informações registradas no fichário de cada Escola poderão, futuramente, ficar arquivadas em uma seção especializada no Ministério do Exército.

Ao concluirmos, desejamos salientar que tão importante quanto qualquer método ou processo adotado, é o desejo sincero e firme de cada Instrutor-Chefe ou Comandante de que realmente sejam convividos os melhores para servir em seu Curso ou Escola.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

R-70 — Regulamento da AMAN.

R-75 — Regulamento da EsAO.

R-166 — Regulamento dos CPOR.

C 20-10 — Princípios de Chefia.

Normas para Apreciação de Aluno (ECEME-1968).

O educador é o artista por excelência, porque talha, não na madeira; porque esculpe, não no mármore; porque burila, não as pérolas; porque lapida, não o diamante frio e sem vida, mas o espírito mil vêzes mais nobre, mais delicado, mais lúcido, mais precioso que os mais preciosos minérios!

PIO XI

NOSSOS LEITORES PERGUNTAM



Iniciamos hoje a publicação desta nova Seção, cuja finalidade é a interação com nossos amigos assinantes.

EXALTAÇÃO A MALLET E A ARTILHARIA

(Palestra proferida no CPOR - RJ)

Cel Art QEMA

SILVIO OCTAVIO DO ESPÍRITO SANTO

Meus senhores

Sejam as minhas primeiras palavras de satisfação e de agradecimento.

Satisfação em poder falar a uma juventude selecionada, que aqui vem cumprir o seu dever cívico mais sagrado: o de servir e defender a Pátria. Satisfação em poder proferir esta palestra e ter a oportunidade de falar sobre a minha arma: a Artilharia. Mais do que satisfação, sinto mesmo orgulho em fazê-la.

Por isto, expresso meus agradecimentos ao Sr Cmt do CPOR e aos instrutores do Curso de Artilharia, por terem me proporcionado tão insigne honra.

10 de junho de 1801! Nesta data nasceu Emílio Luiz Mallet, patrono da arma de Artilharia. Este é o motivo pelo qual estamos reunidos para, numa homenagem significativa e vibrante, reverenciarmos a memória deste grande vulto militar que "tudo deu à Pátria sem a ela nada pedir, nem mesmo compreensão".

Compulsando-se a história militar brasileira, verifica-se que

desde 1824 as forças militares terrestres nacionais apareceram separadas em três armas: Infantaria, Cavalaria e Artilharia. Entretanto, sómente em 1931 foi que a Artilharia Brasileira se organizou da seguinte maneira:

- 5 Corpos de Artilharia de Posição, e
- 1 Corpo de Artilharia a Cavalo, com sede no Rio Grande do Sul e que deu origem à Artilharia de Campanha Brasileira.

Os destinos do 1.º Corpo de Artilharia e de Mallet estiveram tão intimamente entrelaçados que discorrer sobre os feitos do 1.º Corpo é falar da gloriosa existência do insigne Patrono e é relatar a história da nossa Artilharia. Sigamos, pois, sua trajetória fulgurante.

Em 1843 encontramos o 1.º Grupo de Artilharia atuando na Revolução Farroupilha, apoiando a 8ª Bda de Cavalaria do Cel Frederico Caldwell. Em 1851, o 1.º Corpo passa a denominar-se 1.º Regimento de Artilharia que, sob o comando de Mallet, toma parte

nas Campanhas do Prata e da Tríplice Aliança.

Foi na Campanha do Prata que surgiu o apelido de Boi de Botas para os condutores e artilheiros do Regimento que lidavam com os bois que tracionavam os pesos dos obuseiros pelos campos e caminhos da Banda Oriental.

Em 3 de fevereiro de 1852, fazendo parte da coluna do Cel David Canabarro, os canhões do 1.º Regimento de Artilharia, em Monte Caseros, apoiaram com seu fogo cadenciado, inicialmente, a progressão da Divisão Oriental no flanco do dispositivo inimigo e, logo em seguida, a da infantaria brasileira sobre El Palomar, local onde se decidiu a batalha. Por sua destacada atuação pôde o Boi de Botas inscrever em seu estandarte, com letras de ouro, sua primeira vitória em campanha externa.

Em 1864, ao entrar, novamente, o Exército Imperial em campanha, o 1.º Regimento de Artilharia, apoiando a coluna de Menna Barreto, realiza novo feito de glória e nova inscrição recebe em seu estandarte. Foi a tomada da cidadela de Paissandu, após 52 horas de intenso e cruel combate.

Posteriormente, por sua excepcional atuação, ainda na Campanha da Tríplice Aliança, o regimento engalana seu pavilhão com mais seis feitos heróicos: Uruquaiiana, Confluência, Tuiuti, Curuzu, Curupaiti e Lomas Valentinas, locais onde se travaram as principais batalhas desta campanha e onde o Boi de Botas esteve sempre presente, apoiando, pelo fogo de seus canhões, a infantaria e a

cavalaria, depois de rodarem centenas de léguas sob as mais variadas condições de tempo e de terreno, em cinco longos anos de lutas.

Destas batalhas destaquemos Tuiuti, pois que é uma espécie de legenda para o soldado brasileiro, porque foi a batalha do século, a batalha dos bravos, a batalha dos patronos das armas. Travou-se ali a luta decisiva, cheia de quadros heróicos e dramáticos. Foi ao mesmo tempo o duelo maciço das bocas-de-fogo, o entrevero e o arrôjo das cargas de cavalaria e os choques e a luta corpo-a-corpo dos infantes. É nome que relembra um dos feitos mais brilhantes e mais expressivos da união e do valor das nossas três mais antigas armas combatentes.

Por todos estes feitos, portanto, nenhum ato foi mais justo do que a escolha do nome do comandante do 1.º Reg Art — Emílio Luiz Mallet — para patrono da Arma de Artilharia e a designação de Mallet para nome do Regimento em que serviu por largo período de sua vida.

Emílio Luiz Mallet conquistou três de suas promoções no campo de luta: a de capitão por sua distinguida conduta na batalha do Passo do Rosário, no comando de uma bateria; a de coronel por ato de bravura em Tuiuti; e a de Brigadeiro em atenção aos relevantes serviços prestados ao Exército em Operações.

Mallet era um homem simples, de muito poucas palavras, modesto, humano e reto. Era bondoso e afável no trato, mas rijo nas atitudes e determinações; dotado

de indômita energia e força de vontade, era condescendente com os subordinados e extremamente exigente consigo mesmo.

Mallet não é um símbolo heróico daqueles a que se está acostumado a assistir. Sua carreira não foi rápida e não se revestiu de galas dos salões elegantes; seu peito não ofuscava de medalhas. Fêz-se e montou seu nome, unicamente, no manuseio do canhão. Os "reparos" de suas peças não sustentavam, apenas, os tubos de almas inflamadas, mas, também, o nome de seu impávido chefe. Ai se escorou, aí se escudou o vanguardeiro da Tuiuti.

No auge da vibração do combate Mallet proclama em defesa da Pátria: "Eles que venham. Por aqui não passam!" Frase lapidar que varou tempos e é atualíssima. Frase-escudo, frase-fortaleza, frase-atalaia, frase-reduto, é mesmo a frase-élide do Exército contra as idéias malsãs, as ideologias esdrúxulas, os pensamentos desagregadores, as tentativas de desarmonia entre chefes e subordinados: "Eles que venham, por aqui não passarão".

Mas não termina aqui o papel histórico da arma de Mallet. A Artilharia brasileira tem participado, sempre, ativamente dos grandes acontecimentos de nossa nacionalidade.

Assim, assinalamos os feitos de nossos fortes e fortalezas, que sempre souberam rechaçar as investidas dos audaciosos e ávidos corsários, tornando-se verdadeiras sentinelas avançadas da integridade territorial de nosso país.

Por ocasião da Proclamação da República, o 2.º Regimento de Artilharia de Campanha teve papel destacado, quando, se reunindo aos 1.º e 9.º Regimentos de Cavalaria formando a 2.ª Brigada, deslocou-se de seu aquartelamento para o Campo de Santana, ocupou posição com seus 16 canhões face ao Quartel-General. Ainda foi de relevo o papel do Regimento na Revolta da Armada. Salientamos, também, neste episódio a atuação do forte do Pico, das fortalezas de São João, Laje e Santa Cruz.

O 2.º Regimento de Artilharia de Campanha teve origem na Fortaleza de Santa Cruz, quartel onde o Marechal Floriano Peixoto sentou praça. Ao regimento que colaborara decididamente para a consolidação do novo regime, coube, ainda, realizar as honras fúnebres ao Marechal de Ferro. Assim, vinculado definitivamente ao velho regimento o nome do Consolidador da República, houve por bem o Governo, em 1942, dar ao 1.º Regimento de Artilharia Montado (1.º RAM), sucessor do 2.º Reg Art Cam, a denominação de "Regimento Floriano", que passou ao seu continuador o atual 1.º R O 105.

Jornada de grande significado cívico-militar foi escrita em 1922, nas brancas areias de Copacabana, quando 18 heróicos artilheiros, abandonando o Forte foram lutar, de peito aberto, imolando-se em defesa de seus ideais de liberdade e de justiça da honra militar, ultrajantemente enxoalhada. Jojens artilheiros, a defesa da honra vale qualquer sacrifício.

Neste pinçar de fatos históricos cumpre destacar o papel dos 1.º

GAP e GEsA que, em defesa de nossos direitos de povo livre, cristão e democrata, dirigiram o fogo mortífero de seus canhões contra os maus brasileiros vendidos ao comunismo internacional que, por ocasião da Intentona Comunista de 1935, não hesitaram em assassinar, a sangue frio, na calada da noite, seus companheiros de farda. Jovens artilheiros, guardem esta imagem. Os traidores, os covardes, os vendilhões da Pátria estão aí, novamente, com os seus cantos de sereia. Podem ter certeza de que aquelas mãos não tremerão quando puderem assassinar novamente.

Dos feitos da nossa Artilharia nos campos da Itália, desejo sómente evidenciar o seguinte trecho da proclamação feita pelo Gen Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, que faz justiça à atuação da Artilharia: "O troar dos canhões de nossa Artilharia entoa, nos campos da Europa, um hino de glória a Mallet — o impoluto patrono — e, no leque de suas trajetórias, sibilam as granadas o estribilho que faz tremer o inimigo, que conhece e respeita o valor da Artilharia do Brasil".

Finalmente, em 31 de março de 1964, o Forte de Copacabana fiel a sua missão de sentinela da liberdade e baluarte da democracia, irmado com outras unidades do Exército Brasileiro, resolveu dizer "Basta" à anarquia e à indisciplina e ao comunismo, que começavam a grassar no solo pátrio.

Mas o que é a Artilharia? Como ela atua? Tem cabimento nos dias de hoje sua ação?

Sua arma não é o canhão, o obuseiro, o lançador de foguetes

ou de mísseis. Sua arma é o projétil, o obus, o foguete, o próprio míssil.

Ela atua espalhando a morte e a confusão em forma de ferro e fogo, confirmado que "na batalha sinistra a melodia é mais alta na garganta da pesada artilharia".

Ela, com seus tiros e fogos de interdição, isola o campo de batalha, interrompe ou diminui o fluxo dos suprimentos, anula a ação de comando silenciando os centros de comunicações e os postos de comando e cegando os postos de observações, restringe o movimento dos reservas batendo os caminhamentos e as zonas de reunião.

Ela, com seus fogos de contra bateria, silencia o poder de fogo do inimigo por meio de concentrações maciças sobre as posições de bateria, de morteiro e de lançadores de foguetes ou de mísseis.

Ela, na hora H, com seus fogos de apoio direto, martela as posições inimigas mais avançadas, destruindo-as ou neutralizando-as, facilitando, destarte, o desembocar do ataque, proporcionando condições favoráveis a uma rápida progressão e um assalto violento sobre uma tropa desmoralizada.

Suas ações não se medem sómente pelos danos materiais provocados por seu fogo mortífero e destruidor, mas também, pelo efeito desmoralizante que causa às tropas submetidas à ação de seus fogos poderosos, tirando-lhes a vontade de lutar, acovardando-as.

Por fim, vem a pergunta: tem cabimento, nos dias de hoje, a ação da Artilharia?

Num ambiente de guerra nuclear, a artilharia poderá se transformar de arma de apoio em arma de manobra, pois, o poder de seus projéteis possibilita ao Cmt montar sua manobra nélle baseado. Assim, nesta guerra em que os espaços vazios aumentam e as concentrações de fôrças diminuem, poderá caber à artilharia, além das missões clássicas, as de, como arma manobreira: — romper a posição inimiga, pelo efeito destruidor de seus projéteis nucleares, de modo que a Infanteria e os Carros de Combate já se lancem da LP no aproveitamento do êxito, sem passar pela fase do ataque; ou barrar uma via de acesso, com diversas finalidades, mesmo a de cobertura de flanco, por intermédio de seu fogo e da radioatividade produzida pelos arrebentamentos de seus projéteis.

Na guerra de guerrilha, frequente tem sido o emprêgo da artilharia no Vietnam. Aí, o apoio da artilharia auto-rebocada, ou auto-propulsada ou mesmo heli-transportada se faz presente, principalmente, sob a forma de tiros conduzidos à base de observadores avançados. Neste tipo de guerra, em que o contato é impreciso e fluido, em que as Linhas de Segurança de Apoio de Artilharia (LSAA) tomam formas caprichosas e, às vezes, se tornam curvas fechadas, em que as mudanças de posição e os movimentos de tropas, em todas as direções, são freqüentes e se fazem rapidamente, em que é grande o

número de helicópteros na zona de ação, um dos principais aspectos é a coordenação do apoio de fogo. E, o artilheiro é, em última análise, o coordenador, o próprio CCAF. Neste ambiente impera a descentralização das ações e a flexibilidade e a versatilidade da arma é caracterizada ao máximo e fica evidenciada a alta técnica de que são possuídos os artilheiros.

A Artilharia não substitui as armas-base, mas gostaríamos de lembrar os seguintes aspectos:

1.º — na campanha da Itália e na Guerra da Coréia, mais de 80% das baixas aliadas foram causadas pelo fogo de artilharia;

2.º — na operação do vale do Ia Drang, no Vietnam, o poder destruidor da artilharia teve crédito de 50% nos danos causados ao pessoal;

3.º — historicamente está registrado que os efetivos empregados nas operações militares vêm diminuindo à proporção do aumento da potência de fogo;

4.º — a tendência para a utilização do fogo em escala crescente tem como um dos objetivos preservar o elemento humano do combate corpo a corpo;

5.º — a tropa é, cada vez menos, o objetivo principal das guerras, ao passo que os comandos, as comunicações e os centros nervosos, que se localizam fora do alcance das ações de choque, são objetivos mais compensadores;

6.º — quando a artilharia não aparece nos campos da luta, passa a predominar o apoio aéreo com todos os inconvenientes da falta

de continuidade dos fogos, bem como do elevado custo e não menor risco para as guarnições altamente especializadas das aeronaves de combate; convém ainda lembrar que o apoio de fogo aéreo e o apoio de artilharia dependem de vários fatores como, por exemplo, das condições meteorológicas, da economia, do efeito desejado, da continuidade, do alcance do grau de precisão etc.; a escolha de um ou de outro meio não depende da vontade pessoal; além do mais, cada Arma tem suas características próprias que não devem ser confundidas.

A Artilharia não é a arma mais importante do combate. Tôdas têm, dentro de suas missões, igual importância, e a Vitória só será conseguida se armas e serviços forem empregados judiciosamente, aproveitando-se suas possibilidades, não em ações isoladas ou sucessivas, mas num conjunto harmonioso em que cada uma complete a ação da outra.

Meus Senhores, chegamos ao fim. Voltemos nossos corações e nossas mentes ao Patrono.

Desejo terminar esta Exaltação à Arma dos Fogos Poderosos Densos, Largos e Profundos prestando uma homenagem a todos os irmãos artilheiros, que souberam derramar seu sangue generoso em defesa dos legítimos

ideais de nossa Pátria, recordando a sublime página de heroísmo que nos legaram os componentes da 4.^a Bia do 2.^º Reg Art Cam massacrados junto aos seus canhões, na estrada da Favela, nos sertões da Bahia, quando integravam a Expedição Moreira César enviada a combater os jagunços de Antônio Conselheiro.

Conta-nos o histórico do 2.^º Reg Art. Cam o seguinte: "Na manhã de 4 de março de 1897, ante o furor assassino dos fanáticos que atacavam os nossos elementos de todos os lados, irrompeu o pânico entre os que se retraiam ao longo da única estrada que conduzia à retaguarda. Viu-se a 4.^a Bia isolada e cercada. Apesar disto, reagiu violentamente atirando, enquanto podiam, seus "shrapnells — a zero cruz na marca". Entretanto, foi massacrada, morrendo muitos dos seus componentes abraçados aos seus canhões, em defesa da Pátria e da Bandeira. Comandava a 4.^a Bia o Cap José Salomão Agostinho da Rocha. Suas últimas palavras foram: "Onde Fica a Bateria Fica Seu Capitão!"

Guardemos o exemplo. Sirvamo-nos de estréla guia a indicar-nos o caminho da honra e do dever, para maior glória do Brasil, engrandecimento do Exército e orgulho de nossa arma — a Artilharia.

Comandos, uma superespecialização?

Cap Art Pqdt Kurt Pessek

Diretor do Curso de Comandos do Centro de Instrução Aeroterrestre da Eda Aet

*Entrei pelo mar adentro
Fui brigar c'os tubarão
Cabra do mar não me ganha
Que dirá cabra do chão?
Quadra popular — MG*

Há dois segredos que envolvem a especialização dos *Comandos*. O primeiro prende-se à transformação de um militar qualquer em outro altamente capacitado para cumprir missões não padronizadas. O segundo refere-se ao emprego adequado dêsses militares.

Necessário se faz, antes de abordar os assuntos acima, estabelecer, para quem não conhece, o que é, e o que fazem aquêles que possuem essa peculiaridade.

Os *Comandos* são militares da tropa regular podendo constituir-se em Unidades de *Comandos*. (No futuro poderão ser criados Batalhões de *Comandos*). Agem fardados, mas podem, esporadicamente, vestir roupas civis. Usam equipamento convencional, mas podem deixar de usá-lo quando necessário.

Uma característica básica é que desenvolvem trabalho em grupos. O *Comando* não age só. Es-

tes grupos, chamados de Patrulhas, não têm efetivo nem constituição rígidas. Variam, amplamente, conforme a missão, o terreno e outros requisitos.

As patrulhas servem, normalmente, para capturar, reconhecer, destruir, infiltrar, praticar incursão, emboscar, contra-emboscar, colhêr informes especiais, inquietar, combater, aplicar golpes de mão, sabotar e outros mais.

É importante ressaltar que todos os *Comandos* recebem noções básicas de como praticar os verbos acima. Por isso, as missões devem ser consideradas nas suas devidas proporções. Qualquer *Comando* existente, de per si, não está apto a cumprir toda lista de atribuições descrita.

As missões devem ser distribuídas ao sabor dos conhecimentos e qualidades individuais. Há os que se adaptam mais a umas do que a outras, não só pelas

qualidades do conhecimento técnico-profissional, como pela adequação pessoal àquele tipo de atividade.

Nas nove semanas do curso aproveita-se todo conhecimento que o candidato traz na sua bagagem, e se os desenvolve e incentiva. O número de matérias é amplo demais para pouco tempo. O futuro *Comando* deve, em cada uma delas, ultrapassar um índice mínimo de aprendizado teórico-prático.

Há, no entanto, as matérias em que ele se destaca. Ou porque já conhece o assunto, ou ainda pelo casamento de suas qualidades pessoais com aquela modalidade de instrução. Isso então é aproveitado, e se dá oportunidade maior ao militar de expandir naquele setor os seus conhecimentos. Aí então aparece o que não está escrito, mas torna-se tácito.

É a especialização da especialização.

Ao montanhista esportivo dar-se-á maior chance de desdobrar seus conhecimentos nesse ramo. No futuro, quando a missão incluir terreno montanhoso ele comandará a equipe, ou orientará o comandante.

O Curso de *Comandos* estabelece, *a priori*, o padrão hipotético das missões que um *Comando* deve poder cumprir. A prática tem revelado que tais padrões equivalem-se com os da vida real.

Para alcançar o preestabelecido, baseia-se numa seleção inicial muito rigorosa. Esta seleção é de caráter físico, médico e moral.

Durante o curso há índices que todos devem ultrapassar. Os escopos técnico-profissionais, como já vimos, são relativos, desde que haja destaque, pelo aluno, em alguma matéria ou grupo de matérias. Não há possibilidade de o candidato ser aprovado com índice mínimo em todas as matérias. Os limites físicos e morais exigidos são mais elevados e todos devem ultrapassá-los.

O treinamento é essencialmente prático, com poucas aulas teóricas. Baseado, como já dissemos, nos conhecimentos adquiridos anteriormente.

Admite-se que o homem deve comandar, usando a maior amplitude do seu raciocínio, mesmo que esteja com fome, com sono e cansado. O cumprimento da missão é ponto de honra, por mais obstáculos que se defronte.

Ora, os hábitos sedentários prejudicam física e moralmente o militar. O alimento farto e horário, o sono regrado e agradável, assim como os confortáveis recursos modernos em todos os setores da vida, fazem com que o indivíduo tenha de si próprio uma imagem deformada de suas possibilidades. Por outro lado, quanto menos rude é o homem mais pena de si mesmo ele tem.

Nas nove semanas acima referidas, cabe ao curso, através de inúmeros exercícios, corrigir tudo isso.

Condiciona-se o candidato a dosar a alimentação com o clima e o tipo de exercício. Aprende a comer o que tem, quando tem. A procurar o que comer, e ainda, a preparar o seu alimento. É, enfim,

capaz de sobreviver em qualquer situação.

Por outro lado aprende a dormir em qualquer lugar com qualquer tempo e, principalmente, a qualquer hora.

Dessas privações, surgiram conhecimentos necessários que vulgarmente chamam-se de "macêtés". Além disso o esforço físico "exagerado", para quem o pratica ou critica, abre novos horizontes. Novos índices são alcançados, com surpresa do praticante, que jamais imaginava ser capaz de "suportar" tanto. A auto-análise, normalmente depreciativa, passa a ter nova valorização. Aparecem novas marcas, mais audaciosas que as primeiras. Assim por diante, até que conclua, definitivamente as suas possibilidades e limitações reais.

Este é um fator importantíssimo. Saber o quanto pode e não se arriscar no que não é capaz.

Outra marca exigida para todos, em intensidade média, é a transitabilidade. Todos devem saber fluir por qualquer terreno. Daí aprender-se a progredir na selva e na montanha. Principalmente na montanha que tem selva. Face à restrição do tempo, o futuro Comando não será um especialista, mas aprende a safar-se. Transita em lugares de difícil acesso, não se perde, vive ou sobrevive. Com isso fica possibilitado de fazer o que quiser onde quiser.

Só isso já justifica as instruções recebidas. Montanhismo, sobrevivência, transposição de obstáculos, aparelhos de força, operações aquáticas, operações he-

litransportadas, natação utilitária, embarque e desembarque de viaturas em movimento, orientação, armamento, e tiro, comunicações, socorros de urgência, selva e outros, são instruções voltadas no sentido de palmilhar qualquer terreno, sobreviver e defender-se contra o inimigo. Elas asseguram ao combatente chegar ao destino por si só, sem apoio de quem quer que seja.

A missão propriamente dita, isto é, o que fazer lá?, está implícita em algumas instruções acima e definida nas seguintes: — Patrulhas (matéria mais importante do curso), Lutas, Informações, Combate em localidade, Guerra Psicológica, Explosivos e destruições, Minas, Arma-dilhas, Sabotagem, Operações anfíbias, Operações contraguer-rilha, Guerra revolucionária, e outras menos importantes.

Para o Comando o inimigo tudo pode. O aluno é alertado para esperar sua presença de qualquer lado, a qualquer momento. Por isso é condicionado a estar sempre preparado "para o que der e vier". Criar reflexos para responder à altura qualquer agressão é objetivo importante no Curso de Comandos. Para isso, as instruções são constantemente alteradas e inovadas face às notícias de técnicas e táticas recentemente empregadas no mundo todo e no nosso território.

A conduta perante o inimigo é particularmente explorada nas instruções de Patrulha, Combate em localidade, Pista de Reação, Operações Contraguerreira, Emboscada e Contra-emboscada, Tiro instintivo e outras.

Temos então no final.

Um militar fisicamente forte e rude, capaz de conhecer perfeitamente suas possibilidades e limitações. Com conhecimentos que o capacitem a transitar por qualquer área usando qualquer equipamento ou improvisando meios de locomoção e transposição. Em condições de, chegando ao local marcado, cumprir uma gama bem grande de trabalhos específicos com diversidade de conhecimentos. Quem é experto em selva conduz a todos na zona matosa; o montanhista orienta no terreno acidentado; o técnico em destruições faz os cálculos e lança fogo às cargas, assim por diante.

É como dissemos a especialização da especialização.

Isoladamente o Comando vale pouco. Em grupo, selecionado e preparado, os *Comandos* se agigantam porque têm a humildade de reconhecer no companheiro o quanto ele é capaz.

É por isso que nas missões de Comandos deve-se escolher detalhadamente, minuciosamente, cada um dos integrantes da patrulha.

Aí é que está a incógnita.

Esse desenvolvido espírito de equipe faz os *Comandos* serem diferentes das outras tropas.

E isso todos reconhecem, não há negar.

Os Comandos sabem que só resistirão unidos. Nisso está todo o seu segredo.

E como se define espírito de equipe?

É o verdadeiro lema dos mosqueteiros de Dumas. É subordinar o seu orgulho ao interesse de todos. É dar para receber, mas dar primeiro e receber depois. É consentir na liderança de conhecimentos técnicos, venha de onde vier. É o entender o companheiro pelos mínimos gestos. É apoiar quem fôr, quando cair. É distribuir o pouco que tem quando já se tem muito pouco. É unir, aglutinar, soldar, justapor interesses e tudo mais pelo ideal do grupo.

Da união de todos nasce a superespecialização.

Nasce um super-homem, no sentido puro da palavra.

Na verdade, quando se necessita alguém para fazer o que outros duvidam que possa ser realizado; quando a missão é diferente, peculiar, especial ou perigosa; quando se necessita confiar que o encargo será executado, mesmo que custe vidas; quando é imperioso que haja pressa, sigilo, atenção, autoconfiança, agressividade, determinação ou liderança, aí então não há dúvida, os chefes logo decidem:

— Mandem vir os *Comandos*!

O COMBINADO CAVALARIA AÉREA E MECANIZADA

Traduzido pelo Maj Cav

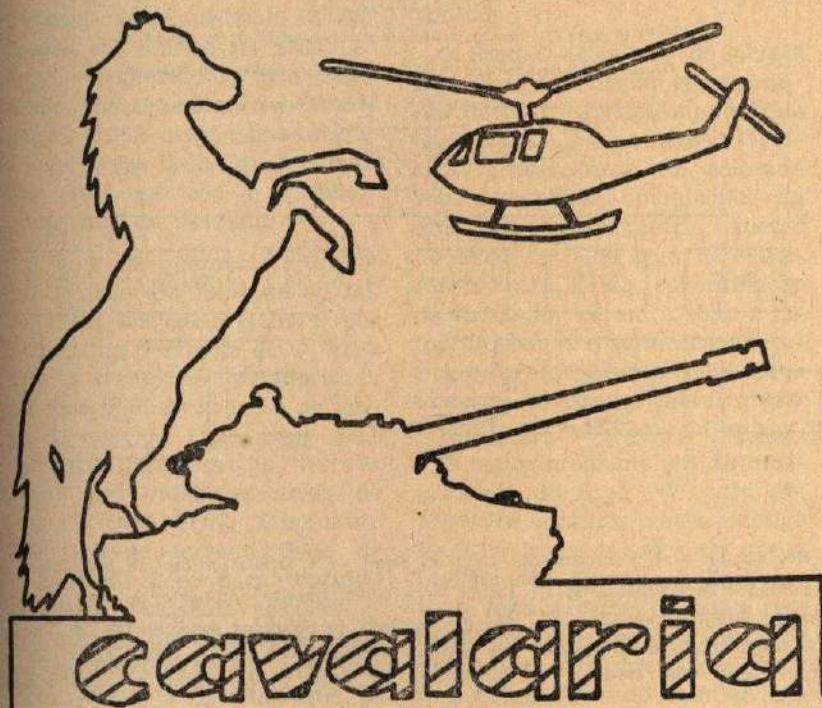
LUIZ OSCAR BULCAO DE LIMA

Um dos conceitos nunca testados anteriormente e que foi provado no conflito do Vietnam ser inteiramente válido é o do emprêgo do combinado Cavalaria Aérea — Cavalaria Mecanizada.

Este artigo se propõe a estudar o assunto sob o ponto de vista de um cavalariano meca-

nizado que viveu as operações descritas neste artigo.

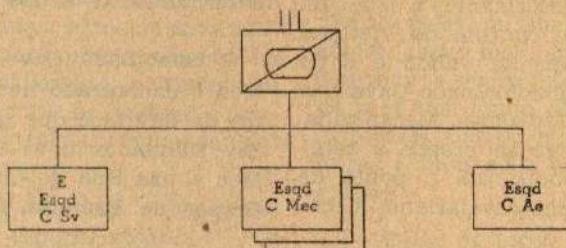
O combinado Cav Ae — Cav Mec é encontrado nos Regimentos de Cav Mec que integram as Div Blindadas e as Div de Inf Mec e nas Bda de Cav Mec dos Corpos de Exército e Exércitos.



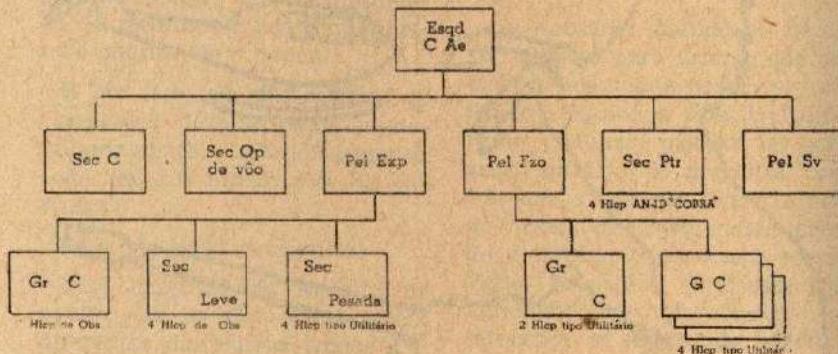
Como unidade, este combinado desempenha missões de reconhecimento e de segurança e, ainda, ofensivas e defensivas como meio de economia de fôrças. No Vietnã, as missões para economia de fôrças têm crescido em importância à medida que as unidades de Cavalaria estão sendo

chamadas a operar em grandes frentes com reduzido efeito, liberando com isto outros recursos para expandir a área sob o controle das fôrças militares do mundo livre.

Para cumprir sua missão o R C Mec (combinado) é organizado da seguinte maneira:



O Esqd Cav tem passado por diversas modificações sendo, no entanto, para atender aos tipos de operações peculiares ao Vietnã, encontrado mais comumente com a seguinte organização:



- **Sec Cmdo** — É composta do Cmt do Esqd — 1 Oficial piloto de helicóptero e 4 Soldados especialistas. ● **Gr Cmdo** — É normalmente composto do Cmt do Pel — 1 Oficial piloto de helicóptero e número variado de Soldados especialistas. ● **Pel Expl** — Desempenha o mesmo papel dos exploradores das UC Mec e U Cav Hipo. São elementos leves que lideram as formações do Esqd e executam o reconhecimento.

Esta combinação de elementos de Cav Mec e Cav Ae constitui uma força bastante potente nas mãos do Cmt Div.

A experiência da 1^a Bda C Mec da chamada "Americal Division" proporciona exemplos vivos do conceito de emprêgo do combinado Cav Mec — Cav Ae. Esta experiência demonstra claramente a grande redução de eficiência que resulta do emprêgo separado dos elementos de Cav Mec dos de Cav Ae.

O 1^o/1^a Bda C Mec, menos seu Esqd Cav Ae foi empregado na zona tática do 1.^o C Ex em agosto e setembro de 1967. Primeiramente, integrante da Fôrça Tarefa Oregon, o 1.^o R C Mec, tornou-se orgânico da "Americál Division" que substituiu a FT Oregon em janeiro de 1968. As ações empreendidas pelo regimento, de setembro de 67 até janeiro de 68, demonstraram que a falta de seu Esqd Cav Ae impôs uma séria restrição à eficiência operacional da unidade.

A área de operações durante este período era limitada ao Sul por TAM KY e ao NORTE por HOI AN na província de QUANG TIN. A região era caracterizada por uma planície arenosa ao longo do mar da China que gradualmente entrava no terreno aberto das valas de arroz do vale de QUE SON. Conquanto este tipo de terreno fosse de modo geral bom para viaturas blindadas, favorecia também a um inimigo que desejava escapar ser descoberto por unidades mecanizadas. A medida que os elementos do regimento aborda-

vam a região, o inimigo se evadia alertado pelo ruído das viaturas. O ruído era também um problema quando as forças de terra tentavam isolar uma área para operações de busca. O interrogatório de P G freqüentemente revelava que os Vietcongues e elementos do Exército Norte-Vietnamita tinham estado na área, mas que haviam escapado antes da chegada das viaturas do regimento. As ilhas de árvores e vilas diminuíam a visibilidade a tal ponto que a capacidade de observação da unidade se restringia a poucos metros. A combinação de todos estes fatores significava, com muita freqüência, que o contato com o inimigo era estabelecido e rompido de acordo com sua vontade.

O Esqd C (Cav Ae) do 7.^o/17^a Bda Cav Ae chegou em dezembro de 1967 e passou ao controle operacional da "Americal Division". Mais tarde foi colocado sob o controle operacional da 196^a Bda de Infantaria. Apesar do Esqd ter tido bom desempenho dentro desta subordinação de comando, vieram à tona muitos problemas resultantes do emprêgo da Cav Ae sem uma força terrestre altamente móvel e fortemente armada como a Cav Mec.

O maior problema era da incapacidade do Esqd "C" para explorar os contatos com o inimigo durante suas missões de reconhecimento. Quando o Esqd recebia fogo terrestre ele podia respondê-lo, mas não era capaz de determinar com precisão o valor e a composição do inimigo encontrado. Os pelotões de explo-

radores aéreos colhiam informes em abundância, mas em muitos casos estes informes não eram explorados por falta de forças terrestres para vasculhar a área e esclarecer a situação rapidamente. Esta falta de aproveitamento do contato era devida à impraticabilidade de empregar companhias de assalto aerotransportadas ou forças maiores de infantaria para esclarecer o que, freqüentemente, eram informes de pequena monta.

Um outro problema com que se defrontava a Cav Ae era a falta de comunicações adequadas com os elementos de terra. Os exploradores deviam estabelecer comunicações com cada um dos três Btl Inf à medida que entravam nas zonas de ação destes Btl. Uma vez estabelecido este contato, era determinado aos exploradores que se comunicassem com cada uma das 4 Cias do Btl. As freqüentes mudanças das I E Com e as ocasionais perdas de orientação pelo pessoal de terra em terreno de vegetação densa, faziam com que a coordenação terra-ar deixasse a desejar. Freqüentemente tornava-se impossível trazer a potência de fogo da Cav Ae para influir na ação, dada a falta de identificação positiva da localização das tropas amigas e inimigas.

O terceiro problema, talvez o mais delicado, era o desconhecimento das missões da Cav Ae pela grande parte dos comandos que a empregavam. As missões eram dadas freqüentemente em termos de: "leve alguns helicópteros da Sec Ptr para aquela lo-

cal", ou "mande helicópteros do Pel Fzo para um assalto". O pelotão de exploradores e o de fuzileiros (este com mais freqüência) não eram empregados de modo a aproveitar-lhes o máximo de suas possibilidades.

Os numerosos problemas encontrados pelos dois tipos de unidades, Cav Mec e Cav Ae, foram resolvidos em fins de janeiro de 1968 quando o Esqd "C" do 7.º/17º Bda Cav Ae foi transferido para o controle operacional do 1.º R C Mec, o qual assumiu a responsabilidade por uma zona de ação grandemente aumentada em relação à anterior.

Desde logo tornou-se evidente o aumento de eficiência da unidade com o trabalho conjunto da Cav Mec e Cav Ae.

Durante o mês de fevereiro de 1968 o QG da província de QUANG TIN em TAM KY esteve sob uma crescente ameaça de unidades do exército Norte Vietnamese e Vietcong, nas colinas a oeste da cidade. Um ataque anterior, durante a trégua desrespeitada de 1968, falhou devido em parte aos esforços do Esqd C Ae que auxiliou a defesa do QG da província. Por motivo desta constante ameaça o regimento passou a cumprir missões de segurança a oeste da cidade.

Na manhã do dia 27 de fevereiro um pelotão do Esqd "A" (Cav Mec) estava conduzindo uma operação de varredura perto de um local suspeito de abrigar um depósito de munições. Elementos da Cav Ae encontravam-se vigiando a frente e os flancos desta subunidade. Aproxima-

damente às 14 horas a Cav Ae plotou numerosos soldados inimigos muito bem armados que se movimentavam à frente do pelotão. Os elementos de Cav Ae engajaram êstes soldados matando mais de 20. O elemento de terra foi conduzido ao local pelos exploradores do Esqd "C" (Cav Ae). O primeiro informe do pelotão do Esqd "A" quando atingiu a área dava conta de que havia soldados do exército Norte-Vietnamita espalhados em todas as direções e de que seria necessário o emprêgo de reforços. O Esqd "C" e os dois pelotões remanescentes do Esqd "A" foram alertados e atingiram a região em 10 minutos. O pelotão que já estava em contato e os elementos de Cav Ae mantiveram o contato e impediram o retraimento do inimigo até a chegada dos reforços. O Cmt do regimento tentou manobrar os elementos que estavam chegando, de modo que os dois lados da área fôssem cobertos pelas forças terrestres. Entretanto, o Esqd tentou a manobra e também esbarrou em grupos desorganizados de soldados do exército Norte-Vietnamita. Com êste fato tornou-se óbvio que não havia resistência organizada e a operação ficou reduzida à caça do inimigo desorganizado.

As ações da Cav Ae durante esta operação foram de valor inestimável. Ela fez a descoberta do inimigo, repetidamente evitou que êle escapasse da área e guiou as tropas de terra através de obstáculos, até os grupos de inimigos. Os helicópteros da Sec Ptar foram responsáveis por gran-

de número das baixas inimigas e deram o apoio de fogo imediato e acurado aos elementos de terra. Esta operação terminou com mais de 200 mortos do lado inimigo contra apenas 1 norte-americano ferido levemente.

Em complemento a dramáticas operações como a citada anteriormente, a colocação do Esqd "C" sob o controle operacional do regimento facilitou grandemente o trabalho do dia a dia na enorme área de responsabilidade do regimento. Os exploradores foram o instrumento que impidiu muitas emboscadas e que reagiu com extrema rapidez contra aquelas que se concretizaram. O reconhecimento diário localizou inúmeras posições de tiro de foguetes e gerou outras valiosas informações. Os informes que pareciam promissores de maiores resultados foram explorados e esclarecidos pelas subunidades de Cav Mec. Os exploradores da Cav Aérea operando à frente dos da Cav Mec freqüentemente localizavam o inimigo em fuga e o engajavam, ou guiavam as tropas terrestres para as posições dêste inimigo.

Os comandos puderam contar, sempre que se tornou necessário, com a descrição verbal sobre a localização exata de suas tropas naquele tipo de terreno tremendamente difícil para orientação.

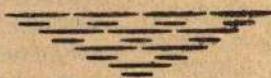
O aumento da eficiência não foi unilateral em benefício das tropas terrestres. A Cav Ae ganhou a força de apoio que pôde explorar os informes obtidos "pela" Cav Mec que possui armas de maior calibre, viaturas blinda-

das e os fuzileiros necessários para tirar o inimigo dos abrigos e trincheiras" que era relativamente invulnerável aos ataques pelo armamento dos helicópteros. A estreita coordenação entre os elementos aéreos e terrestres tornou fácil determinar as localizações das tropas amigas e inimigas permitindo que a potência de fogo da Cav Ae pudesse ser usada com mais eficiência. Finalmente, a Cav Ae teve a vantagem de trabalhar sob um comando que entendia sua missão, sua organização, suas possibilidades e

limitações, por ser da mesma origem que ela.

A junção da Cav Mec com a Cav Ae criou um combinado que utiliza a potência de fogo e a ação de choque dos blindados a par da velocidade e mobilidade do helicóptero. O emprêgo deste combinado, altamente móvel e mortífero, no terreno apropriado, liberta a Infantaria para seu emprêgo em áreas compatíveis com as suas características.

Cap Charles W. Donaldson
Exército Norte-Americano



"A Fama e a Liberdade, tem a honra de merecê-las únicamente quem se sujeita a privações, expõe-se aos perigos, despreza tudo o que tem de mais caro na vida para defender a Pátria."

BENTO GONÇALVES

Considerações sobre a preparação de uma tropa para emprêgo no exterior

Maj Inf OMAR LIMA DIAS

O avanço do comunismo no mundo tem se caracterizado pelo fato de que nenhum país, até hoje, ingressou em sua órbita, por livre escolha. Na maioria dos casos, a guerra revolucionária, com apoio do exterior, tem sido o instrumento para a expansão vermelha. Em outros casos, o instrumento foi a ocupação direta pelas tropas soviéticas. De qualquer forma, a expansão vem sendo tentada continuamente, ocasionando crises freqüentes, muitas das quais têm exigido necessariamente a intervenção de outras nações, seja por mediação, seja por envio de tropas. É mister lembrar que, sómente com a ação direta, com o emprêgo de forças militares, é que o avanço do comunismo tem sido detido.

As crises entre as nações nem sempre apresentam indícios de eclosão a longo prazo. Causas latentes entram num estágio de fermentação, normalmente desapercebido do contexto da política mundial, impedindo dessa maneira qualquer previsão dos organismos internacionais. A eclosão acarreta uma série de conflitos, normalmente ideológicos, nos quais há influência de nações outras com interesse na área. Obviamente os organismos inter-

nacionais procuram evitar o conflito ou, na impossibilidade disso, restabelecer a paz. Para tanto, muitas vezes a solicitação de tropas de países não interessados diretamente na crise, é feita para, num prazo exíguo, atender aos reclamos da paz.

Em nossa História Militar, por diversas vezes, o Brasil realizou intervenções com tropa, no Prata, no sentido de salvaguardar os interesses nacionais. Mais recentemente, no ano de 1936, por ocasião da sangrenta Guerra do Chaco, em que se digladiaram honrosamente dois países irmãos, teve o Brasil a oportunidade de enviar uma missão composta por diversos oficiais, chefiados pelo insigne Mar Estêvão Leitão de Carvalho. Esta equipe, integrada no seio de uma comissão internacional, teve oportunidade de atuar em prol da paz, que foi obtida graças a ingentes sacrifícios.

Mais recentemente, nosso país teve oportunidade de enviar tropas, equipes e observadores, por solicitação da ONU ou da OEA. Assim tivemos contingentes em São Domingos e na faixa de Gaza (Btl Suez), aviadores no Congo e observadores na Cachemira. O planejamento, a forma-

ção, a preparação e o envio desses contingentes merecem reflexões no sentido de haver no país unidades aptas ao cumprimento de missão no exterior, num prazo curto e em boas condições de operacionalidade.

As forças de paz normalmente têm sido integradas por unidades de Infantaria e estas, face às possibilidades de atuação, deverão ter requisitos operacionais altamente desenvolvidos. Para tanto, devemos possuir unidades já selecionadas para as possíveis missões no campo internacional. As unidades de Infantaria, bem como as de apoio previstas, deverão estar em condições de emprégio, naturalmente sem prejuízo das missões específicas do nosso Exército. Esta preparação não pode ser feita num prazo curto. Há problemas de legislação que devem ser reformulados, quer tratem de vencimentos, de uniformes, de disciplina, de apoio logístico ou de outros assuntos. Ex-integrantes do Batalhão Suez ou da FAIBRAS têm conhecimento de diversas vulnerabilidades decorrentes da legislação, da estrutura de apoio, etc. Um exemplo pode ser citado, sentido em Suez, é a necessidade de se vincular as penalidades disciplinares aos vencimentos e vantagens, no sentido de que surtam efeitos mais profundos. Por outro lado, o sistema de seleção de oficiais e praças, a rotação das unidades, o suprimento e a manutenção do equipamento de quaisquer classes, são assuntos de profundidade muito grande e que merecem estudos acurados, só possíveis através de uma comis-

são de estudos integrada por elementos especializados na matéria.

É preciso que haja, além da adaptação da legislação, um planejamento quanto à preparação dessas unidades, medida a ser tomada desde o tempo de paz. Isto não deverá interferir nas missões específicas do Exército. Assim um BI, uma Bda ou uma DI poderão receber, desde já, uma "Instrução Preparatória" que sirva como orientação quanto à instrução, incorporação e outras normas, enquanto se estuda ou se reformula a legislação.

Alinhamos, a seguir, algumas idéias a respeito da preparação de unidades para emprégio futuro no exterior:

Quanto ao pessoal:

— Efetivos completos em cabos e soldados selecionados levando-se em conta níveis mais elevados de cultura e de condições físicas;

— Efetivos mínimos de oficiais e sargentos: as unidades com previsão de emprégio futuro no exterior deverão ter um nível satisfatório de preenchimento de quadros. Para tanto, deve haver inclusive um planejamento no sentido de, num curto prazo, preencher seus claros, que deverão ser poucos, com pessoal previamente designado;

— Organização simples: deve ser evitada ao máximo a complexidade de organização. Uma revisão no sentido de reduzir ao máximo o número de funções não combatentes e outras que não tenham muita atividade, deve ser

feita. Tropas com previsão de emprégo devem primar pela operacionalidade e, para isto, um quociente elevado quanto à razão do número de combatentes e não combatentes, deve ser obtido;

— Normas preestabelecidas ao apoio ao pessoal: dispensas, prêmios, medalhas e outras recompensas deverão merecer um estudo, a fim de uniformizar sua aplicação pelos comandos. A FEB, segundo depoimento do seu comandante, o saudoso Mar. Mancarenhas de Moraes, sentiu profundamente a deficiência quanto ao fato de não existirem medalhas disponíveis e normas prévias que permitissem ao seu comandante, a concessão de prêmios e recompensas;

— Estabelecimento de um sistema de recreação e arejamento de pessoal, por ocasião de dispensas. Esta medida em muito contribui para a manutenção da disciplina e do moral da tropa;

— Vinculação Vencimento-Disciplina: nas situações anormais é muito comum a fuga ao dever através de alterações disciplinares. Todavia, uma vinculação CVM-RDE que possibilite a perda de gratificações pelo elemento punido facilitará muito a manutenção do estado disciplinar;

— Recompletamento: a criação de pequenas unidades de recompletamento para o nível DI, é um requisito essencial. É necessário que, desde já, sejam treinados elementos no sentido da obtenção de um nível alto de eficiência na atividade de recompletamento;

— Filosofia de Conduta: deve ser estabelecida uma filosofia que

vise atingir, através do pessoal e da organização, objetivos elevados como propaganda do Exército e da Nação, demonstrações de eficiência, etc.

Quanto à organização:

— As unidades deverão ter organização simples e aptas à integração ao sistema logístico no qual forem enquadradas. Isto posto, é necessário que a organização seja simples e flexível;

— Alto grau de motorização e manutenção: estas qualidades são requisitos primordiais para a eficiência de tropas com previsão de emprégo no exterior. Depender ao mínimo de suprimento e de apoio estrangeiros, deverá ser uma meta fundamental.

— Sistema de ligação direta com o Ministério do Exército, através de uma comissão de ligação e de um eficiente sistema de comunicações;

— Organização de uma Comissão de Assuntos relativos à tropa enviada, preferencialmente constituida por elementos com experiência no assunto. A referida comissão deverá ter elementos representativos da Aeronáutica e Marinha, tendo em vista o problema de transportes, bem como elementos pertencentes às confederações de indústrias e outras que possam prestar apoio à tropa enviada.

Quanto à instrução:

— A instrução tática e a instrução moral e cívica deverão ter alto grau de eficiência. É necessário que se tenha sempre em

mente a idéia de bem representar o Exército e a Nação no exterior;

— Instrução especial para os elementos de apoio administrativo, visando estimular a rapidez e a eficiência, bem como criar uma mentalidade de serviços desburocratizados;

— Maior cunho de realidade possível na instrução de combate;

— Eficiente instrução de assalto e capturas;

— Preparação psicológica dos quadros e da tropa para os tipos possíveis de missão.

Quanto ao material:

— Máxima padronização quanto ao material bélico, de comunicações e de transporte;

— Dotação de eficiente material de comunicações, visando estruturar o sistema no rádio;

— Boa qualidade nos uniformes, equipamentos e material de estacionamento. Uma revisão nos uniformes de cabos e soldados, visando torná-los mais atrativos, com a adoção de distintivos metálicos, gravata, cachecol, etc., se impõe no sentido de uma boa apresentação da tropa no exterior;

— Adoção, a exemplo da UNEF, de um entreposto de vendas de material (roupas, objetos de uso pessoal, rádios, etc.), com isenção de impostos, para obtenção de fundos para as unidades e assistência direta a seus membros.

Assuntos Civis — Relações Públicas

— Considerando que uma força com previsão de atuação no exterior, deverá ter inúmeros problemas decorrentes do contato com a população do país sob intervenção. A atividade de Assuntos Civis deverá ser uma constante no escalão Brigada e superiores. No escalão Batalhão deve-se dar importância a uma assessoria de Relações Públicas.

Muitas outras medidas poderiam ser sugeridas. Entretanto, julgamos que sómente num trabalho coordenado de grupo, poderiam ser apreciadas com maior objetividade. Julgamos que o preparo prévio de uma tropa com previsão de emprêgo no exterior, trará benefícios altamente compensadores e que se traduzirão em prestígio, propaganda, eficiência e principalmente em preservação do potencial humano.

TRÊS COMANDANTES DE REGIMENTO

Gen Div RI
PAULO ENEAS F. DA SILVA

(Reedição)

I — INTRODUÇÃO

É na guerra que o Chefe demonstra as suas qualidades de líder. Sua atuação, em tempo de paz, dirigida no sentido de preparo dos homens e unidades para a luta, nem sempre permite se faça uma apreciação exata de suas possibilidades. O ambiente de paz, de conforto e de estabilidade, em que ele se vê contido, cria condições, as vezes, completamente diversas daquelas em que vai viver em campanha. Na guerra, sob pressão dos acontecimentos, o Chefe tem que decidir à base de reflexos positivos, adquiridos no tempo de paz. Na opinião de ilustre militar, "na guerra faz-se o que se sabe". Há chefes que primam por ser tolerantes, mesmo em face de problemas sérios. Outros, porém, mantêm-se intransigentes, presos a certas normas verdadeiramente extravagantes. Alguns, afinal, conservam-se no meio termo, ora transigindo, ora cerceando liberdades.

Inúmeros fatos têm demonstrado que não se pode firmar um preceito único em questões de Comando. Na verdade, há regras que devem ser seguidas sob pena

de falência completa da autoridade. O temperamento, entretanto, a personalidade, enfim de cada um, fará com que o sistema de comando se adapte às suas concepções.

Já é voz corrente, entre nós, brasileiros, que a nossa formação determina inexoravelmente o tipo de líder a ser encontrado. Por questões de índole, somos avessos aos excessos. As soluções por nós adotadas primam mais pela tolerância.

Mesmo em tempo de paz, a vida daqueles que nos são entregues, precisa ser conservada. Na guerra, o sangue humano vale mais que o ouro. O responsável, pois, por esse tesouro não poderá jamais raciocinar em termos de condescendência ou fraquezas.

Por outro lado, o sentimento de afeição não deve ser desprezado. Comandar é algo de sentir. O coração não fica alheio. Entra nos julgamentos como poder moderador. O pensamento do Chefe deve voltar-se permanentemente para a alma de seus subordinados, sondando-lhes o interior e descobrindo os motivos de suas tristezas e alegrias, para dissipar aquelas e incentivar estas.

Dentre os relatórios ultimamente chegados do Extremo Oriente, uns há que, pelo realismo de suas cores e senso de oportunidade, merecem ser divulgados. É o caso de três comandantes de regimento na Coréia. Por uma questão de "segurança", chamaremos êsses coronéis de Able, Baker e Charles, respectivamente.

Os "perfis" desses oficiais foram traçados, cremos, para destacar suas personalidades como líderes. É interessante ver como eles se diferenciavam entre si, seja no trato com os soldados, seja com os oficiais, seja mesmo com as autoridades superiores. Cada tipo tem a sua peculiaridade. Mas todos fizeram bom comando.

II — OS TRÊS COMANDANTES

1. O Coronel ABLE

Trata-se de um homem de quarenta anos, possuidor de quase todos os cursos militares. Ainda não havia comandado regimento na guerra da Coréia. Designado para tais funções, fê-lo com pulso de ferro. Jamais deu tréguas a seus comandados, de quem exigiu sistematicamente os maiores esforços.

Sempre que a situação tática o permitia, realizava exercícios de marcha, de alerta, paradas, etc., a fim de manter sua tropa permanentemente em atividade.

As normas adotadas pelo Coronel Able eram claras e positivas. Qualquer transgressão era punida com severidade. Basta

citar um exemplo: um soldado que, inadvertidamente, havia feito disparar seu fuzil, teve que pagar 50 dólares de multa...

Considerava o melhor comandante de batalhão aquél que, permanentemente, aparentava estar zangado e muito exigente. Quem mais ferozmente conduzisse o combate captava logo as suas simpatias.

Os preceitos de respeito ao Comando eram pelo Cel. Able levados à risca. A mesa ninguém podia sentar-se sem que o Comandante do Regimento o tivesse feito. Se, por acaso, ele se demorasse além de 10 minutos, podiam os oficiais acomodar-se em seus lugares. A chegada, porém, do Coronel, todos se levantavam e sómente voltavam a sentar-se com o consentimento dêle.

A palestra era normalmente encetada e conduzida pelo Coronel. As vezes, levava-a para o campo mais cordial, sem entretanto descer à familiaridade.

Na escolha do pessoal de seu EM, preferiu sempre os mais robustos para as funções de S-1. Para as de S-2 e S-3 os mais jovens, embora não lhes desse grandes responsabilidades.

A êsse EM deu normalmente instruções muito precisas. Uma vez compreendidas não admitia réplicas.

Tudo o que se passava na unidade era de seu conhecimento. Na verdade, às vezes sua influência era aparente. Jamais exigiu de seus homens aquilo que ele próprio não pudesse fazer. Dava sempre o exemplo.

Certa vez, foi condecorado pelo Comandante da Divisão a qual pertencia seu regimento. Lamentou profundamente o fato. A seu modo de ver nada fizera por merecer essa distinção. Esse prêmio exacerbou ainda mais a sua ojeriza às medalhas.

As instruções e ordens emanadas do escalão superior sempre tiveram de sua parte o maior acatamento, embora às vezes criticasse o Comandante da Divisão. Seu pensamento estava sempre voltado para o espírito combativo da tropa, para que outra não a sobrepujasse.

Nenhum outro regimento combateu tanto na Coréia e nem teve tantas baixas. Uma ocasião, o regimento chegou a ter reduzido, em uma semana, os 50% do efetivo. Recompletado, porém, voltou à mesma eficiência no combate.

Os homens dessa unidade manifestavam profunda antipatia pelo seu comandante. Mas, diante dos êxitos obtidos, passaram a respeitá-lo.

Apelidaram o regimento de "Máquina Infernal". Os soldados julgavam que os excessivos exercícios a que eram submetidos, muito embora a aptidão de todos fosse evidente, constituía extravagância do Coronel. Tinham mesmo a impressão de que, se preciso fosse, ele os sacrificaria a todos, inclusive ele, o Comandante.

Os feridos em combate, ao serem recuperados, preferiram sempre voltar à luta, batendo-se para integrarem novamente o mesmo regimento.

Jamais qualquer soldado ou oficial teve medo de combater. Viviam mesmo pensando na luta. Discutiam alegremente as perdas sofridas, de que muito se orgulhavam. O fato de um batalhão ter perdido uma companhia inteira, era motivo de satisfação entre eles.

2. O Coronel BAKER

Homem de cinquenta anos, já havia comandado regimento na Segunda Grande Guerra e assim foi mantido para a luta na Coréia. Enfrentou duros combates.

Na unidade sob seu comando, era ele o único a decidir. Chegou mesmo a comandar companhia e pelotões na ação. Esqueceu-se, com freqüência, de que em seu regimento, havia um EM que, apesar desse descaso, serviu-o e bem.

Quando o Coronel tomava uma decisão, ditava logo após as suas ordens e dava pouco tempo para a execução das mesmas. Só raramente usou ordens preparatórias.

O Cel Baker sempre viu com má vontade as unidades especiais. Os "rangers", por exemplo, as tropas pára-quedistas e outras, na sua opinião, eram "grandes complicações".

Seu espírito era profundamente crítico. Sempre encontrou erros.

Até nos QG das altas autoridades apontava senões. Mas jamais admitiu que se dissesse havia irregularidades em suas tropas.

Ele as considerava as melhores na Coréia.

Vivia estimulando a competição entre seus batalhões. Criava oportunidades para isso. Jogava uns contra os outros ao dar tarefas às frações de sua unidade.

Na escolha dos elementos de seu EM preferiu, também, como o Cel Able, os mais robustos para S-1.

Raramente o EM discordou de suas opiniões. O Coronel controlava tudo. As listas de rodízio eram por ele guardadas.

Com relação às punições, tinha lá os seus modos de ver. Frequentemente acrescentava outra punição àquela dada por seus subordinados.

Se se tratasse de oficiais, era muito mais severo. Cometida a falta, conservava o oficial sob custódia por muito tempo. E até que ele, por atos e não por simples palavras, provasse ter agido inadvertidamente, ainda conservava-o ao seu alcance.

O Cel Baker orgulhava-se de sua tropa. Quando chegava pessoal para os reacompletamentos necessários, gostava de reunir os recém-chegados para lhes falar acerca da unidade e das tarefas que os esperavam.

Conhecia as organizações militares como ninguém. Não havia para ele segredos no que respeita ao armamento da infantaria e às táticas a empregar. Sempre demonstrou perfeito sangue frio, mesmo nas horas mais amargas.

Em seu regimento houve crises indiscutivelmente. A confusão era natural, mas, apesar disso, trabalhava-se febrilmente. Os oficiais e praças tudo faziam por

merecer a confiança do Chefe. Agiam mais para agradá-lo do que, propriamente, para o bem da unidade.

Todos se esforçavam, embora reconhecessem que o Coronel agia um tanto em demasia. Frequentemente perguntavam: "quando sairemos dessa agonia?" Alguns mesmo adiantavam: "por que não trocam de comando?"

Tendo tomado parte em duros combates, o regimento comportou-se bravamente, muito embora nem sempre os seus homens tivessem tido desejo de lutar.

3. O Coronel CHARLES

Andava pelos quarenta anos. Na Segunda Grande Guerra, comandara regimento e foi novamente mantido à testa dessa unidade na guerra da Coréia, por muitos meses.

Suas ordens eram dadas vagarosamente. Isso não importava em que não fossem bem cumpridas. Sempre deu muita iniciativa a seus oficiais e EM. Sómente interferia quando achava algo errado ou sua responsabilidade direta estava em jogo.

Julgava que a tropa devia estar sempre em atividade. Para isso, sempre que a situação permitia, realizava exercícios de ordem unida, de marcha, de combate, etc. Apesar disso, era de opinião que o descanso era imprescindível. Proporcionou distração permanente à sua tropa. Organizou shows interessantes pelo menos duas vezes na semana. Apreciaava bastante os esportes.

Mantinha-se geralmente reservado. Era camarada de sua gente, mas não descia à familiaridade. Durante as refeições, discutia com seus oficiais. Demonstrou confiança neles. Para seus S-1 escolheu também os mais robustos.

O regimento do Cel Charles parecia que, mesmo sem o chefe, continuaria a agir bem. Todos tinham orgulho em pertencer à unidade. Afirmavam até que eram os melhores da Coréia. Jamais se viram esgotados pelos combates travados e, note-se, enfrentaram duras pelejas.

Os feridos, muitas vezes, instavam em não ser evacuados. Preferiam ficar na área da unidade. As baixas foram sempre ligeiras. Na verdade, os homens gostavam mais da defensiva...

No que respeita a certos gêneros de instrução, a unidade andava um tanto atrasada. Por exemplo: o movimento motorizado. A característica fundamental dessa unidade era o seu espírito de corpo. Mesmo depois do Coronel ter sido transferido, continuou a trabalhar bem.

III — CONCLUSÕES

Houve três comandantes de regimento perfeitamente distintos.

Cada um imprimiu nitidamente o seu feitio à unidade. Um era exigente e rígido; outro, experimentado e crítico; o terceiro, afinal, moderado mas firme. E os regimentos? todos combatiam bem. Sofreram baixas, umas pesadas, outras leves, mas, uma vez completados, reintegravam-se na eficiência combativa.

Oficiais e soldados sofreram as consequências inevitáveis de cada um dos chefes apontados. Num regimento, via-se o medo do comandante e todos faziam por agradá-lo; noutro, o respeito baseado na desenvoltura de sua capacidade de comandar; no terceiro, finalmente, um sentimento de camaradagem, algo de indiferença, mas que não prejudicou o valor da tropa.

Como denominador comum às três unidades, vemos o orgulho pela organização. Este sentimento existiu apesar das incompreensões. A solidariedade foi mantida, num, por meio de pulso de ferro; noutro, pelo respeito à pessoa do comando e no último pela amizade, quem sabe.

As formas diferentes de comandar, desses três coronéis, dizem bem do temperamento de cada um. Elas foram uma consequência, também, de suas personalidades.

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografados — em espaço 2 ou 3 — em um só lado do papel — máximo de 20 folhas (em princípio).
- 2 — Gráficos, croquis, organogramas, desenhos em geral: em papel vegetal (ou semelhante), tinta nanquim (preta).
- 3 — Fotografias: cópias em preto e branco; para reproduções, fotos já publicadas deverão ser suficientemente nítidas. Legendas numeradas, curtas e explícitas.
- 4 — Traduções: nome do autor e do tradutor — indicação completa da fonte — crutorização (quando fôr o caso).
- 5 — Salvo em casos excepcionais, originais de colaborações não serão devolvidos.
- 6 — IMPORTANTE! Os originais devem ser entregues à Redação em condições adequadas, isto é: revisão da datilografia — disposição correta de títulos, subtítulos, números, letras, etc. — referências oportunas a gráficos, fotos, etc. — clareza das correções feitas à mão — emprego apropriado de maiúsculas, grifos, carmim, etc.
- 7 — Abreviaturas — sómente as de uso consagrado, que não deixem margem a dúvidas; e as constantes do C 21-30, nos trabalhos cuja natureza as recomende.
- 8 — AOS NOSSOS COLABORADORES!

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aquêles que ainda não tenham assinatura da "DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".

Casas em convênio com o IPASE	3060 (unidades)
Pontes	6137 (metros)
Poços artesianos	163 (unidades)

Estas obras, o 1.º Gpt Eng as realiza, através dos seguintes Batalhões de Engenharia de Construção de nosso Exército:

- 1.º BE Cnst — Caicó-RN (O Batalhão do Seridó)
- 2.º BE Cnst — Teresina-PI (O Batalhão Bandeirante)
- 3.º BE Cnst — Natal-RN (Os Soldados do Progresso)
- 4.º BE Cnst — Crateús-CE (O Batalhão Sertanejo)

Dentre os oficiais-generais que têm estado à frente do 1.º Grupamento de Engenharia, ocorre assinalar os seguintes: Rodrigo Otávio, Matoso Maia, Albuquerque Lima, Augusto Fragoso, Candal Fonseca, Vinitius Notari, Euler Bentes, Samuel Correia e Délio B. Leite, seu atual comandante.

Como o prezado leitor já deve ter concluído, esta grande unidade do Exército, através do abastecimento de água de cidades, de construção de açudes, aguadas e da perfuração de poços artesianos, vem contribuindo com determinação para a solução do crucial e histórico problema de falta de água do nordeste, problema este que sómente a grande parcela de bravos nordestinos pode ajuizar de sua essencialidade.

ABREU E LIMA — GENERAL DE BOLIVAR

BARBOSA LIMA SOBRINHO

Confesso, sr. presidente, que quase me arrependi de haver aceitado a incumbência de falar neste Instituto Histórico, a propósito do centenário da morte do General José Inácio de Abreu e Lima. Não que o tema me desagradasse. Ao contrário. Receei, apenas, que o tempo não fosse bastante para, não digo exaltar o mérito do homenageado, mas tão-somente definir as linhas essenciais de sua personalidade complexa, assinalada por uma existência inquieta, variada e ativa. Vemos tão frequentemente séries de conferências, para o louvor de figuras de menos expressão, que não sei se, na distribuição das recompensas, não haverá também aqui um certo critério de contemporaneidade, como se assim se quisesse pôr em destaque, não apenas a vida do homenageado, como o valor dos companheiros, que com ele se associaram. Carlyle, num de seus brilhantes ensaios, acentuou a mania das estátuas, em que se manifestava um dos sintomas da anarquia da sociedade inglesa, na indiscriminação dos adoradores de heróis. Mas quantas vezes não encontramos, entre os propagandistas dos monumentos, os que se consideram beneficiados da homenagem? Já em torno de

Abreu e Lima não há senão o próprio Abreu e Lima. Envolve-o o silêncio da posteridade, no que ela pode ter de impessoal, no julgamento das vidas humanas. Mas se chegamos a aproximarmos déle, a distância acaba de favorecê-lo e destacá-lo. Como que lhe aumenta a proporção da figura. E acaba por nos deixar confundidos, como se quiséssemos pedir-lhe desculpas. *Excusez du peu!* General de Bolivar, quando aqui vos aparece, para a tradução das homenagens, uma vez qualquer, tão longe do que merecieis!

Mas enfim uma voz que não tem miedo de pedir desculpas, quando considero o vosso caso, em face do Instituto Histórico, quando da publicação de vosso "Compêndio da História do Brasil". A apreciação de Francisco Adolfo de Varnhagen não poderia ter sido mais impiedosa, como não poderia ter sido mais agressiva vossa réplica na "Resposta ao Cônego Januário da Cunha Barbosa". Isso tudo nos primeiros anos do Instituto Histórico, em 1843 e 1844. Se começarmos com a leitura da "Resposta" de Abreu e Lima, poderemos considerá-la inadequada ou intempestiva. Choca-nos a violência de seus

térmos, o que há de acrimônioso e pessoal, e que também a nós nos pareceria destoante das linhas austeras de um debate literário. Mas há 135 anos de tudo isso, já nos podemos permitir certa isenção. Consultei, não o resumo das atas, publicado na "Revista Trimestral", mas as próprias atas do arquivo, para não ser colhido pela surpresa de alguma omissão intencional. Não é possível considerar a apreciação de Varnhagen em si mesma. Há que procurar os antecedentes, que talvez o próprio Varnhagen ignorasse.

Havia, de fato, entre Januário da Cunha Barbosa, Secretário Perpétuo do Instituto, e Abreu e Lima, antigas divergências, resultado da luta entre Liberais e Caramurus, depois do 7 de abril. Abreu e Lima, que havia chegado ao Rio em 1832, tomou o partido dos defensores de Pedro I. Januário figurava entre os governistas e liberais. Sacramento Blaake incluiria na extensa bibliografia de Januário, ao lado de sermões e discursos e de trabalhos de diferentes natureza, a comédia em três atos "A Rusga da Praia Grande ou o quixotismo do General das Massas", publicada, aliás, como grande parte de sua obra, anônimamente, como era freqüente na época. Januário da Cunha Barbosa fôra redator ou colaborador de periódicos de vigorosa militância política no estilo agressivo que era então lei da imprensa partidária. É possível que Abreu e Lima não o houvesse pougado, o que vale dizer que podiam existir agravos de parte a parte. Talvez por isso, quando se fundou o Instituto

Histórico, Abreu e Lima não quis fazer parte da nova associação, embora ainda estivesse no Rio de Janeiro, de onde só saiu para Pernambuco em 1844. O Marechal Cunha Matos que fôra também fundador do Instituto, como nos relata Abreu e Lima, "nutria comigo boas relações de amizade, e pediu, com muita instância, que eu fôsse um dos sócios instituidores". Abreu e Lima não respondeu, como Capistrano de Abreu o faria mais tarde, em relação à Academia de Letras, que já lhe bastava pertencer à sociedade humana, "muito contra a sua vontade". Mas alegou que tomara como norma "não pertencer a nenhuma sociedade no Brasil, quer pública, quer secreta". Acrescentou Abreu e Lima a um de seus amigos que "ainda quando não houvesse outro motivo de arredar-me de semelhante sociedade, bastaria estar nela o padre Januário, para que eu repelisse todo e qualquer convite para ser membro". Agravos persistentes, como estamos vendo.

Mas alguns membros do Instituto não se satisfizeram com a sua recusa e procuraram contornar a animosidade existente contra um de seus membros conspícuos, nada menor que o Secretário Perpétuo. Transformaram, por isso, o título e a convivência do sócio em um diploma honorário. Ainda assim, a primeira idéia de Abreu e Lima fôra a de recusar a honraria. Observaram-lhe, porém, que êle assim iria comprometer "uma porção de homens honestos, que então (em 1839) freqüentavam o Instituto". Alegavam que o título de sócio honorário não impunha deveres

e que ele não seria obrigado a freqüentar o Instituto. "Demais, era uma distinção mui particular, que de mim fazia o Instituto, porque era honra, que só se tinha conferido, até então, a brasileiros mui ilustres". Em substância, não se deixava de estabelecer uma certa aproximação entre Abreu e Lima e o Secretário Perpétuo. Poder-se-ia esperar, até mesmo uma reconciliação dos antigos adversários e contendores. Alguma coisa como anistia recíproca.

Mas em 1843 publicava Abreu e Lima o "Compêndio da História do Brasil", em dois volumes. Oferecia um exemplar ao Instituto, para que o apreciasse e lhe fizesse justiça. Desde "Le Misanthrope", de Moliére, sabemos o que valem tais pedidos e conhecemos a reação de Oronte, diante da sinceridade de Alceste. Nem seria esse o caso, pois que Alceste justificava o aparecimento de livros maus, quando se tratava de autores que compunham para viver, para a obtenção de rendas de que precisassem. Abreu e Lima não tinha, ao que se saiba, outros meios de subsistência. Não era um funcionário diplomático, como Varnhagem. Seria possível que aceitasse incumbências de editores abonados, como devia ser o caso dos irmãos Laemmert, com os quais se associaria também na publicação de uma "História Universal", de Gabriel Gottofredo Bredow, professor da Universidade de Breslau, divulgada aqui sob o pseudônimo "Por um Brasileiro". A oferta ao Instituto deveria fundar-se na condição de sócio honorário, que poderia esperar juízos favoráveis ou, quando mui-

to, um registro bibliográfico sumário, útil na divulgação e propaganda do livro. Aliás, no título da obra, não se esquecera a referência à sua condição de Membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como um pára-raio oportuno.

Havia, porém, em Abreu e Lima uma certa ingenuidade. Ele não avaliava a reação que seus atos e suas palavras poderiam provocar. Não se apercebera, por exemplo, de que o "Compêndio da História do Brasil" era, no segundo volume, uma história contemporânea, abrangendo o período dos sucessos registrados de 1821 à maioridade, isto é, a julho de 1840. Haveria que esperar o pronunciamento dos ressentidos, dos que não concordassem com os seus julgamentos, não obstante a isenção de que procuravam revestir-se. Machado de Oliveira, por exemplo, reclamara contra os períodos que se reportavam à sua administração na província do Pará ou aos acontecimentos em que tomara parte. E havia muita gente com o mesmo propósito ou as mesmas queixas, tanto mais perigosas quanto menos divulgadas e conhecidas. Dos jornalistas da Regência, entre os quais apareceria o Cônego Januário da Cunha Barbosa, dizia Abreu e Lima, considerando-se que figurara também entre eles, o que deveria valer como circunstância absolutária de sua crítica, que as palavras do Imperador na Fala do Trono, em novembro de 1830, "faziam verdadeiro contraste com o estilo violento e sarcástico dos jornais, que tinham chegado ao último ponto de exalta-
mento, e ate de insolência, por-

que não só atacavam a pessoa sagrada do monarca, como a mesma Constituição ou suas bases fundamentais. A vida, a honra, o lar doméstico, nada havia de sagrado para os foliculários, que tinham invadido a sociedade com um enxame de gafanhotos e nos seus delírios arrojavam de si toda a imoralidade, de que se achavam dominados". Opiniões dessa espécie, desabusadas e ferinas, insinuavam-se por todo o segundo volume de seu "Compêndio". Os elogios a Pedro I não podiam agradar aos que haviam promovido ou exaltado o 7 de abril. Embora se pudesse observar que Abreu e Lima não fôra um restaurador convicto, deliberado e intransigente. Suas palavras, a esse respeito, denunciam antes o defensor da Monarquia e não o propugnador de um regresso, que ele próprio considerava impossível, como chegara a afirmar, nesse mesmo livro do "Compêndio".

No momento em que recebera o "Compêndio", a direção do Instituto o encaminhara, como se seria de supor, à sua Comissão de História, composta com algumas figuras de maior significação no quadro social, como eram Bento da Silva Lisboa, o filho do Visconde de Cairu, e Diogo Soares da Silva Bivar. Mas nenhum deles quis esposar os agravos dos companheiros. Apresentaram um parecer sábio, judicioso e prudente. Diziam que o livro abrangia "a história dos nossos dias e, por conseguinte, entra em averiguações e análises de fatos praticados ou atribuídos, a pessoas ainda vivas e ainda representan-

do na cena política do país ou, se mortos, tão estreitamente conjuntas com os vivos e algumas na mais alta hierarquia e ordem política, que se podem dizer que ainda existem também. Retificar, pois, êsses fatos, com a aparição das verdadeiras causas que as motivaram ou da opinião dos fins que os determinaram, é julgar das pessoas que nêles figuraram, transcende as suas feições políticas e debuxando o seu caráter do natural, para na comparação das pessoas e dos fatos mostrar que o autor se conforma ou se aparta da verdade, é tarefa que no sentir dos abaixo assinados não pode desempenhar-se por ora com a necessária imparcialidade, nem sujeitar-se à crítica desassombrada de qualquer afeto. Não haverá espírito, por mais livre ou mais timorato que ele possa ser, que não receie por certo criar suscetibilidades, abrir campo para reclamações e polêmicas desagradáveis, e, por ventura, também falar às paixões, que importa antes fazer esquecidas do que despertá-las. Por tôdas estas considerações, a que a sabedoria do Instituto fará a devida justica, declinam os abaixo assinados de emitir juízo sobre a obra em questão".

Parecer preciso, avisado. Nenhuma associação se atreveria a dar opiniões contundentes, a respeito de obras de seus membros, sobretudo quando revestidos do título de sócios honorários. Poder-se-ia divulgar a opinião de outros associados, mas isso mesmo com alguma prudência e a responsabilidade exclusiva de seus signatários. Pois o Instituto

Histórico deixou de lado esse parecer da Comissão de História — que seria o poder idôneo para falar em matéria de história — para aprovar outro parecer, subscreto pelo Secretário Perpétuo e por um membro da Comissão de Redação, que não poderia deixar de estar entendido com o Secretário Perpétuo. Era um antigo redator de jornais oficiosos, Antônio José de Paiva Guedes de Andrade, homem de diversas serventias, com um mérito difícil de apurar, com uma autoridade limitada, quando muito, à redação dos textos, não ao seu valor histórico. Pois na assembléia de sócios do Instituto adiava-se a votação do parecer da Comissão de História, na sessão em que foi apresentado. E já na sessão imediata surgiria novo parecer, o da Comissão de Redação, e seria êste, e não o outro, o que ia merecer os votos do Instituto. Sinal evidente de um propósito, numa manobra política, em que se denunciava a hostilidade a Abreu e Lima. Porque êsse novo parecer, da Comissão de Legislação e não da Comissão de História, dizia precisamente o seguinte:

"A Comissão de Redação da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro examinou o Primeiro Juízo, que acerca do novo "Compêndio de História do Brasil" publicou o Sr. J. I. de Abreu e Lima, e achando cordatas as considerações feitas pelo nosso sócio o sr. Francisco Adolfo de Varnhagen, especialmente contra o plágio tomado do insignificante escritor francês Beauchamps, é de parecer que possa chegar ao conhecimento

mento dos possuidores do dito "Compêndio", visto que para a instrução elementar é menos recomendável que o de Bellegarde".

Que houvesse o "Primeiro Juízo", de Varnhagen, e que fosse publicado na "Revista Trimestral", nada teríamos que objetar, fora da impropriedade do título de "Primeiro Juízo", que parecia indicar a elaboração de outros, que não chegaram a aparecer. Creio, também, que é tarefa do Instituto evitar a divulgação de opiniões desabonadoras de seus membros, como seria a crítica de Varnhagen. Admitamos, porém, que se levasse tão longe a liberdade de manifestação do pensamento na "Revista", abertas ao ofendido as colunas da própria "Revista", para uma resposta imediata, no mesmo tom acrimônioso da crítica publicada. Mas que o Instituto Histórico, por uma deliberação coletiva, em reunião de sócios, apoiasse a critica de Varnhagen e com ela se tornasse solidário, é o que não chegamos a entender ou a explicar, dentro de uma corporação zelosa dos melindres de seus membros, efetivos ou honorários. Porque Varnhagen considerava o "Compêndio" de Abreu e Lima "plágio", o plágio de um escritor mediocre, como lhe parecia ser Beauchamps, que já era, no seu entender, uma espécie de cópia de Soutrey. Plágio de plagiador, o que não seria pouco, no domínio das acusações literárias. Para terminar, o livro do historiador pernambucano seria menos útil ou menos recomendável, que o de Bellegarde. Tudo isso com a solidariedade do Instituto Histórico, como se houvesse o propósi-

to de depreciar o sócio honorário e prestigiar o sócio efetivo, que era Varnhagen.

A reação de Abreu e Lima foi imediata. O parecer da Comissão de Redação foi aprovado na sessão de 19 de janeiro de 1844; nesse mesmo ano de 1844, exatamente a 30 de maio, aparecia em Pernambuco a "Resposta do General J. E. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou análise do primeiro juízo de Francisco Adolfo de Varnhagen acerca do Compêndio da História do Brasil". Réplica de desagravo, num volume de 148 páginas, impresso na tipografia de M. F. de Faria com a subscrição de mais de 600 assinantes, como se usava na época. Entre os assinantes figuravam nomes de autoridades da província de Pernambuco, de intelectuais e historiadores como Antônio Joaquim de Melo, Antônio Pedro de Figueiredo, Maciel Monteiro, Mezenez Drummond, Nascimento Feitosa, padre Barreto, padre Joaquim Pinto de Campos, engenheiro Vouthier, Lopes Gama, Visconde de Goiana, do defensor da prioridade de Pernambuco nos sentimentos republicanos José Domingos Codeceira. Um movimento de solidariedade com Abreu Lima, realçado com a manifestação de tantas assinaturas.

Solidariedade com um plagiário? A acusação, que vinha de Varnhagen, parecia de certo excessiva, a quem a considerasse sem prevenções. Poderia haver trechos de mera tradução de Beauchamps e Varnhagen não os deixara passar, com a sua índole

de mestre-escola e o gôsto talvez sádico pelas palmatórias do ofício. Mas Abreu e Lima fôra o primeiro a proclamar a presença de Beauchamps, confessando publicamente, no prefácio do livro, que entre as obras de que se valera, do segundo capítulo em diante, no primeiro volume, estava a "recopilação de Southey, por Beauchamps, e a de Fernando Denis por Bellegarde, com as correções de outros escritores. 'Mas se valera também de Aires do Casal, do próprio Bellegarde, de Fernando Denis, de estudos já publicados de Varnhagen, de Visconde de S. Leopoldo, do padre Muniz Tavares. 'O mérito da minha obra, se pode ter algum, confessava êle, consiste pois na recopilação de grande número de fatos, que se acham espalhados por muitos escritos, em diferentes épocas, vindo a ser o primeiro "Compêndio da História do Brasil", senão tão exato quanto podia sé-lo, ao menos o mais rico em documentos preciosos, alguns dos quais são mui raros, e outros que apenas se encontram nas grandes coleções, difíceis de possuir pelo seu preço, e por isso quase impossível de consultar'.

Seria justo classificar como plágio uma obra escrita com essa intenção e para esse fim? Havia, dias, no "Compêndio", a partir do último capítulo do primeiro volume e por todo o segundo volume, uma contribuição própria do historiador, a respeito de acontecimentos em que o seu pronunciamento valeria como testemunho, sem que se pudesse falar em Beauchamps e em Southey, que não haviam chegado tão longe

nos seus pronunciamentos. Seria também Beauchamps um "escritor francês insignificante", como o proclamava a moção do Instituto Histórico? "Um desprezível plagiário"? Abreu e Lima defendeu Beauchamps, valendo-se de elogios ao Visconde de Cairu, e citando outros livros do historiador francês, como a sua história da guerra da Vendéia. Mesmo em algumas Encyclopédias atuais, como a Espasa ou a italiana, Beauchamps ainda consegue escapar à vala comum. Embora não fosse um especialista em assuntos da história brasileira, nem tivesse, como Southey, entre as suas motivações para se dedicar à História de nosso País, a coleção de manuscritos, formada por seu tio, o reverendo Herbert Hill, durante uma residência de mais de trinta anos em Portugal.

De tudo, porém, resultou, para o próprio Instituto Histórico como para Abreu e Lima, um grande benefício, pois ele continua a ser uma das figuras com que se honra esta casa, não obstante sua renúncia ao título de sócio honorário. Sua "Resposta ao Cônego Januário" é um livro talvez mais notável do que o seu *Compêndio da História do Brasil*". Porque Abreu e Lima era realmente um escritor. "O General das Massas, observa Silvio Romero, sabia escrever. Sua linguagem é clara, movimentada e geralmente correta." E sua resposta ao Cônego Januário, assinala-o ainda Silvio Romero, "é uma das publicações polemísticas mais formidáveis pela mordacidade das que se conhecem em língua portuguesa, aliás fértil no gênero".

Não haveria, porém, em tudo isso, uma questão de anacronismo? Ainda não há muito se censurava a Abreu e Lima que houvesse preferido, para a publicação de sua "História Universal", a autoridade de Bredow e não a de Ranke. O livro de Bredow havia tido, na Europa, 11 reimpressões, e que parecia uma indicação de sucesso. E Ranke? Em 1847, data da publicação da obra dos dois irmãos Laemmerts, Ranke ainda não saíra da história da Europa de fins do século XV a começos do século XVII e da história da Alemanha ao tempo da Reforma. Já havia ultimado sua "História dos Papas", considerada sua obra-prima, mas só iria cogitar de uma história universal depois de 1785. A própria crítica histórica ainda estava na sua fase inicial, com as obras dos grandes historiadores alemães e o esforço para a valorização dos arquivos e a amplitude dos novos critérios, a pesquisa do documento, a expansão das ciências auxiliares, a ampliação do conhecimento em busca de uma história cada vez mais dominada pela preocupação do social. E Abreu e Lima encontrava limitações quase invencíveis, na vida tumultuária que atravessara durante largos períodos, obrigado a procurar meios de subsistência, não raro à custa de seu trabalho mental, em publicações de encomenda ou numa atividade jornalística, que seria obstáculo a um esforço maior, no sentido do aprimoramento de seus conhecimentos históricos. Como, por exemplo, o que Varnhagen encontrava, junto de arquivos preciosos, sem cuidar

das exigências de um ganha-pão imediato.

Por isso me situo entre os que admitem a revisão do julgamento de Abreu e Lima como historiador, ou para lhe aceitar as desculpas, ou para lhe apontar o que nêle pode ser aceito como documento, no esclarecimento ou na informação de acontecimentos em que tomou parte. Sobretudo quando temos também as suas "Synopsis ou Dedução Cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil", ensaio de efemérides, que era, como assinala José Honório Rodrigues, "uma novidade na bibliografia brasileira e como tal deve ser apreciado e louvado". Há que observar ainda o esforço para a periodização da história do Brasil, sendo o primeiro que "pretendeu concretizar a idéia ventilada no Instituto Histórico", como ainda reconhece, e proclama, José Honório Rodrigues.

Das lutas travadas com o Instituto Histórico ou, pelo menos, da crítica demolidora de Varnhagen, não parece guardado Abreu e Lima agravo permanente. Deixou de incluir, daí por diante, abaixo de seu nome, a condição de sócio honorário do Instituto. Mas a meio de sua polêmica sobre assuntos religiosos, transcreveu as páginas de Varnhagen a respeito da inquisição em Portugal. O que não podia deixar de constituir o reconhecimento dos méritos indiscutíveis do autor da "História Geral".

Da polêmica, parece que todos se deram por satisfeitos ou saciados. O próprio Abreu e Lima, no

calor de sua réplica, jurava que não era "obra para repetir-se a cada momento". Portanto, continuava êle, "de hoje em diante não responderei mais a uma só palavra do Sr. Varnhagen sobre coisa alguma, que me diga respeito, nem a crítica, aprovação ou reprovação do tal Instituto, por alcunha do Brasil, principalmente enquanto nêle tiver ingerência o padre Januário". O que não iria prolongar-se muito, pois Januário da Cunha Barbosa morreria a 22 de fevereiro de 1846, cerca de dois anos depois da aprovação de parecer de Varnhagen. Abreu e Lima iria sobreviver-lhe ainda por muito tempo, até 1869.

Varnhagen, respondendo a críticas, que punham em dúvida sua condição de brasileiro, também dava como encerrada a polêmica, protestando não responder a novos ataques de seu contendor. E o próprio Cônego Januário, achando que Abreu e Lima excedera os "limites da decência, longe de responder à refutação de sua obra com termos comedidos e próprios de polêmicas científicas e literárias, propunha ao Instituto que publicasse, nos principais periódicos "desta côrte, que não respondia a tal escrito, por não se achar concebido, como devoria, em frases apropriadas ao assunto". Proposta unanimemente apoiada pela assembléia do Instituto Histórico.

Polêmica, como vemos, definitivamente encerrada, *par défaut de combattants*. Ou como um enjôo coletivo, por excesso de condimentos...

Em Abreu e Lima, leitores, não é apenas o historiador que se de-

ve destacar, e ainda haveria muito que respigar a êsse respeito, num curso de conferências. Mas ao lado desse aspecto, há que considerar sua vida, suas idéias de reformador, suas posições em face da política brasileira, sua atividade de jornalista, suas polêmicas religiosas; a influência de sua personalidade no Rio e no Recife, o drama de seu sepultamento, quando o bispo Cardoso Aires lhe negou o direito a um túmulo cristão, no cemitério de Santo Amaro.

De sua vida há que registrar um episódio altamente comovedor. Era capitão de artilharia, depois de um curso brilhante, e estava preso, por um fato de menor monta, numa fortaleza do Salvador, quando lhe foi imposta uma pena excepcional e pungente: a de assistir à execução do próprio pai. Era Abreu e Lima filho do famoso padre Roma, José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, que havia abandonado as ordens religiosas e constituíra família regular. Embarcando para a Bahia, por delegação de seus companheiros da revolução pernambucana de 1817, o padre Roma fôra preso, julgado sumariamente e fuzilado a 29 de março de 1817, no Campo da Pólvora, ao tempo do governo do Conde dos Arcos. Quase trinta anos depois, Abreu e Lima escreveria, em nota ao "Compêndio da História do Brasil", uma página vigorosa e comovedora, em que se pode sentir a força de um escritor e a indignação de um patriota. "No momento em que escrevo estas linhas, dizia êle tantos anos depois, assalta-me todo o horror daquela tremenda noite, em que fui quase companheiro da

vítima: era eu que parecia o condenado, e não ela. Tenho visto morrer milhares de homens nos campos de batalha, e muitos nos supícios, mas nunca presenciei tanta coragem, tanta abnegação da vida, tanta confiança nos futuros destinos da sua pátria, tanta resignação enfim; era meu pai quem me animava, porque eu parecia inconsolável; uma mão de ferro me arrancava o coração; meu pranto e minha dor comoviam a todos os que se achavam presentes; era mister separar-me então para dar alívio às minhas lágrimas, e me conduziam a outra prisão donde voltava depois a poder de minhas súplicas, até que foi forçoso arrancarem-me de seus braços para sempre. Uma circunstância mais que tôdas vinha de quando em quando agravar essa espécie de martírio, com que os algózes de meu pai queriam amargurar ainda mais que tôdas vinha de quando em quando móço de compleição mui débil e delicada, fôra preso em sua companhia, e achava-se metido em um dos imundos calabouços do Oratório chamados *segredo*. Nu em carne, e estendido sobre a lama, mais parecia um espectro do que ser vivente; coberto de lôdo, faziam-no sair algumas vezes para que meu pai o visse: nesse momento, terrível para seu coração de pai, parecia comovido, beijava a meu irmão, e como para distrair-se dirigia a palavra a algum dos sacerdotes, que o acompanhavam. Com tôda essa prova tremenda de brutal ferocidade, não fêz desmentir, um só instante, sua resignação como filósofo nem como cristão. Che-

gando ao lugar do suplício, fêz um pequeno discurso alusivo à sua situação, desculpando-se os soldados do ofício de algôzes; depois pediu-lhes que atirassem com sangue frio para não martirizá-lo, e levando ambas as mãos algemadas ao peito, fêz delas o alvo de seus tiros. Durante o Conselho protestou contra a sua competência, defendeu-se sem inculpar ninguém, e negou-se a tôdas as sugestões, que lhe fizeram, para decobrir o objeto da sua missão; no Oratório ninguém lhe ouviu uma queixa contra pessoa alguma, e no lugar do suplício excedeu em longanimidade a todos quantos o precederam, na mesma desgraçada sorte. "Os baianos viram como morreu o homem livre; a lição devia ficar-lhes impressa" — concluiu Abreu e Lima.

A impressão dessa cena deve ter influído na decisão de se exilar do Brasil, como deve ter inspirado sua atitude, daí por diante, em defesa da liberdade das Américas. A experiência do perigo dos sentimentos separatistas, no momento em que se despedava o Império Espanhol, no prélio das ambições de mando pessoal, não poderia deixar de inspirar-lhe, de regresso ao Brasil, em 1832, uma atitude de intransigente defesa da Monarquia, em que êle via, no momento, a segurança da unidade do Brasil. "Bem que tivesse sido ineficaz e errônea, em muitos pontos, a administração de seu imperador (dizia Abreu e Lima no "Compêndio") a sua elevação ao trono foi muito provavelmente o meio de preservar o Brasil de uma anarquia ainda mais fatal do que a que tem assolado as ou-

trora colônias espanholas". Do partido "Caramuru", ou Restaurador, em que foi arrolado, dirá que "nunca tivemos em vista que o Sr. Duque de Bragança viesse ao Brasil para ocupar o Trono, que tão voluntariamente havia deixado e só quem o não conhecesse poderia imaginar semelhante indignidade". A pregação da Restauração tinha, para Abreu e Lima, naquele momento, "a grande vantagem de assegurar a Monarquia e o trono para seu filho, pela sua presença no Brasil, do mesmo modo que acabava de assegurar, para a rainha de Portugal a Coroa, que havia igualmente abdicado".

Atitude de monarquista intransigente, como estamos vendo, e que êle manteria durante a vida, sobretudo em livros como o "Bosquejo Histórico, político e literário do Brasil", quando impugnava o projeto do deputado Ferreira França, que suprimia o privilégio dinástico no Brasil e pretendia que o Brasil fosse governado por um chefe eleito de 2 em dois anos. Nunca Abreu e Lima se afastou dessa idéia básica, que o tornou defensor da Maioridade e evitou que, na conspiração da praia, em Pernambuco, ou na revolução que dela resultou em 1848, tomasse êle posições incompatíveis com a sua profunda convicção monarquista.

Mal regressava ao Brasil, em 1832, e logo se engajava numa campanha em favor da causa do Imperador Pedro I. Combatido pelos governantes de então, não se deixou arrastar a atitudes radicais. Enfrentou os políticos que

mais vigorosamente haviam corrido para a abdicação do imperador. E curioso é que, já nesse momento, já o cognominavam "General das Massas". Silvio Romero confessava que não sabia a origem da alcunha. Não a conseguia compreender. E é por isso interessante examiná-la, pelo que revela das tendências dos que assim o denominavam, assim como das atitudes com que ele merecera ou provocara o apelido.

Abreu e Lima, como general, não podia recorrer às tropas que antes comandara e que haviam ficado para o outro lado da fronteira. Mas confiava no povo e o fazia árbitro de seu destino político ou das idéias que defendia. "A minha causa, já dizia ele em 1833, está afeta ao povo; é às massas para quem apelo, porque eu sou parte delas, sou um dos muitos, sou membro desse todo que desprezais a cada instante, e a quem tendes chamado *vil canha* mais de uma vez, depois de tê-lo enganado para encher a vossa bolsa, para locupletar-vos à custa da sua boa fé. Sim, senhor, estou com o povo, estou com as massas e, se ousardes duvidá-lo, dai o sinal, e os vereis em Campo." Isso na resposta a Evaristo da Veiga, que o chamara de impostor, pondo em dúvida seu diploma de general de Bolívar. Tudo em consequência de atitudes políticas de Abreu e Lima, que patrocinara algumas candidaturas a Juiz de Paz na capital do Império e tivera a alegria de ver vitoriosos os candidatos que defendera. Não sei se Otávio Tarquínio de Souza considerou esses aspectos da luta, em

que o ofendido era ainda Abreu e Lima. Nem se comprehende que Evaristo da Veiga o acusasse de impostura, quando Abreu e Lima levara ao conhecimento da Câmara dos Deputados os diplomas que havia recebido fora do Brasil. Tivera, também, parecer da Regência a respeito desses diplomas, pela palavra e assinatura de Vergueiro "pode usar do título de general", diziam o Poder Legislativo e o Poder Executivo do Brasil, oficializando sua patente e reconhecendo as comendas que ele havia recebido. "*Calomnies*", *calomniez, il en rastera toujours quelque chose*" — era o conselho de Beaumarchais, no caso perfeitamente válido. A alegação de impostura continuou apesar de todos êsses documentos e do seu reconhecimento oficial, de seus títulos, todas as vezes em que se metia em polêmicas e não foram poucas. O historiador da Venezuela, doutor Manoel Landiata Rosales, em carta escrita a J. Artur Montenegro, no Rio Grande do Sul, e divulgada na "Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano", explicou que os títulos de Abreu e Lima haviam sido também sonegados na Venezuela, por força de lutas políticas e de adversários pertencentes a outros grupos e que haviam conquistado o poder, depois que Abreu e Lima saíra da Venezuela. Mas o que não se pode esclarecer é que, entre os documentos levados ao conhecimento das autoridades brasileiras, Abreu e Lima juntara certidão de Mariano Montilla, em nome do governo da Venezuela (dizia-se também general da Colômbia) declarando

que "o sr. general José de Lima sirve à Republica desde el año de 1818 hasta la fecha", isto é, até abril de 1831, data da certidão. Documento altamente honroso e circunstanciado, em que se comprova a confiança que mereceu de Simon Bolívar, os comandos que exerceu, as batalhas em que se destacou, a lealdade, a firmeza, a dedicação e até a "bonhomia a tóda a prova", que caracterizavam sua personalidade. "Aqui tendes, senhor — dizia Abreu e Lima a Evaristo da Veiga — o homem a quem ultrajais vilmente." Coisas, por certo, das paixões políticas exacerbadas, em face de uma patente que não teria, por perto, soldados a sustentá-la e defendê-la.

Essa negação do generalato parece enquadrar-se na comédia de equívocos, que foi tóda a vida de Abreu e Lima. General com o testemunho de numerosas batalhas, não o queriam reconhecer e respeitar como militar. Monarquista convicto, sem qualquer interrupção ou desânimo no seu sentimento, foi tido e preso como subversivo irrecuperável. Defensor da ordem constituída, vendo na propriedade instituição inerente a família e por isso mesmo fundamental, ganhara fama de radicalismo. Embora ele escrevesse que se argumentava comumente contra a propriedade "pelo abuso, mas o abuso não constitui direito; e se chamas à propriedade um roubo, como chamarei eu àquele indivíduo ou governo, que me prive da economia de meu trabalho, ou do suor de meu rosto?". O que não o impedia de classificar-se como socia-

lista, pois que traduzia nessa expressão a "marcha constante do gênero humano através de mil dificuldades, embaraços e tropeços, em que êle se reabilita pelas provações, melhorando a sua condição. Para êle, o socialismo não era doutrina, religião, seita, sistema, princípio, idéia, porque "era mais do que tudo isso um desígnio da Providência". Mas desígnio no sentido da formação de uma família comum, de um entendimento perfeito entre governantes e governados, ou entre povos e dirigentes. É quando exclama que o melhor governo "não é o monárquico, nem o republicano, nem o aristocrático, nem o democrático, mas aquêle que fizer a felicidade, a grandeza, a riqueza e o bem-estar dos povos".

Tanta coisa ainda a assinalar nessa personalidade, nas suas idéias, nas suas atitudes! Por exemplo, nos jornais que redigiu ou em que colaborou, como "A Tôrre de Babel", "O Raio de Júpiter", "A Barca de S. Pedro", o "Diário Nôvo", o "Diário de Pernambuco", o "Jornal do Recife"... A defesa da colonização do Brasil com os seus próprios filhos. A significação das liberdades civis no contexto das liberdades públicas e dos direitos civis individuais. A campanha tenaz no sentido do que êle classificava como a necessidade de "desimportuguesar o Brasil". As opiniões francas a respeito dos Estados Unidos, que êle conhecera como viajante e cuja "audácia", como dizia, começava a "inquietar todas as nações", numa inundação, que já classificava como uma "inundação do Mississipe", pois

que "ninguém pode calcular até onde chegará o seu transbordamento". Como Muniz Tavares, também dizia que "não existe sobre a terra um povo mais egoísta, nem mais intolerante".

Outro equívoco, ou outro episódio da comédia de equívocos, que fôra a sua vida, era a incompreensão em torno de seus sentimentos religiosos. No "Bosquejo Histórico", combatera o projeto do deputado Rafael de Carvalho, que propunha a separação entre o Estado e a Igreja e admitia que o Supremo Sacerdócio da Igreja Brasileira figurasse entre as atribuições do governo. Alguma coisa nova, como a criação de uma religião do Estado, no modelo da Grécia e da Rússia ortodoxa. Abreu e Lima verberava esse projeto como um perjúrio, inconciliável com o juramento que os deputados haviam feito no ato de posse, quando se comprometiam a guardar a Constituição do Império, em que se inscrevia o respeito à Igreja Católica. Em "O Socialismo", Abreu e Lima identificava o cristianismo com a civilização moderna, pela semelhança entre os seus ideais e os seus propósitos. Não menos expressivos seriam seus livros de polêmica religiosa. "As Bíblias Falsificadas" e "O Deus dos Judeus e o Deus dos Cristãos", quando proclamava, desde o seu pseudônimo, "Cristão Velho", sua identidade perfeita com o culto católico. "Temos para nós, dizia ele, que o cristianismo é a lei natural aperfeiçoada: nem era preciso que grandes homens o houvessem dito antes de nós. Fazei o que quiserdes, o Evangelho so-

brenadará." "Há muito, observa ainda êle, pensamos em dar uma educação cristã à infância, principalmente ao sexo feminino: visto que a educação, que recebe agora, é puramente pagã e idólatra; em que desaparece inteiramente, a idéia de Deus, substituída pelo culto material das imagens." Dói-se de ver "os Santos Evangelhos arrastados pela lama por aquêles que se dizem seus ministros."

Polêmica notável, em que tinha como contendor o pernambucano do Pajeú, Monsenhor Joaquim Pinto de Campos, figura destacada no clero e na política brasileira. Sente-se, de parte a parte, o desejo de evitar que o debate possa destoar, inclinando-se para as referências pessoais Abreu e Lima não evitou uma ou outra frase menos respeitosa. Mas em linhas gerais, vale a pena ler os artigos dessa discussão, que mobilizava duas grandes fôlhas pernambucanas o "Diário de Pernambuco" e o "Jornal do Recife". Surpreende a erudição de Abreu e Lima, sobretudo no volume das Bíblias falsificadas. No prosseguimento do debate, poder-se-ia notar alguma coisa de herético, quando êle opõe o Deus dos Judeus ao Deus dos Cristãos, muito mais humano e piedoso, na letra e na inspiração dos Evangelhos. Mas Abreu e Lima fazia questão de proclamar sua ortodoxia, com uma insistência e um respeito, que se não alteram no curso das discussões.

Dai a surpresa com que se recebeu no Recife, por ocasião de sua morte, a 8 de março de 1869,

quando ainda ia fazer 75 anos de idade, a notícia de que o bispo Cardoso Aires proibira que recolhessem seus restos mortais a um cemitério católico, quando ainda não se fizera a secularização dos cemitérios públicos. Foi enterrado no cemitério dos ingleses e o seu sepultamento ganhou o colorido de um comício público pelos protestos que nêle se fizeram sentir. Como outro incomprendido, Lamennais, que também se esforçara para reconciliar o Cristo com a humanidade e acabou como "*l'homme le plus fâché avec les hommes*", numa vala comum depois de excomungado pelo Papa, Abreu e Lima foi parar num cemitério protestante, numa cerimônia que arrastou e comoveu toda a opinião liberal de Pernambuco e até mesmo algumas vozes de prestígio nos círculos católicos e que ali haviam ido para testemunhar a sinceridade dos sentimentos religiosos daquele que fôra, até mesmo depois da morte, um autêntico General das Massas.

Nesse ponto foi absoluta e impecável sua coerência. Defendeu sem tergiversações a liberdade dos povos. Mesmo depois da morte era um protesto contra a violência e a opressão. Por isso como que cresce sua figura, com a passagem do tempo. Podemos até mesmo não reparar nêle. Mas se fixamos a vista na sua vida e nos seus feitos, não escaparemos à

irresistível sedução de sua personalidade.

E vêde que não falei de sua luta ao lado de Bolívar, na epopéia americana, que foi a guerra de libertação, com um grupo de homens que se chamavam Bolívar, Francisco Miranda, Paez, San Martin, Sucre, Santander. Os heróis da Távola Redonda americana.

Abreu e Lima guardara consigo uma tal ou qual validade de haver conhecido êsses homens e de haver participado de suas lutas homéricas. Mas o que êle sabia, e nós ainda ignorávamos era o que iriam significar essas pelejas, quando cada uma das pátrias libertadas viesse a reivindicar e a exaltar os feitos e glórias da epopéia. Único brasileiro nas gestas sobre-humanas, êle passou a ser como um traço de solidariedade e de identificação entre as duas Américas. E é tão grande, e tão importante essa função, que acabamos de ouvir aqui, para o seu louvor e o reconhecimento de seus serviços, uma palavra bem mais inspirada. A palavra do eminente embaixador da Venezuela, doutor Elbano Prevenzau, com uma contribuição de documentos preciosos e que tanto concorrem para a comprovação de seu excepcional valor militar, quanto para a fixação de uma figura humana, que realmente mereceu figurar, pela eternidade, entre os companheiros de Bolívar.

MÉTODOS DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE — PERT/CPM

QUARTA LIÇÃO

PERT — CUSTO

NOTAS COMPLEMENTARES

UM SISTEMA DE CONTROLE DE CUSTOS COM BASE NA RÉDE PERT (Método divulgado a partir de 1962 pela NASA e USAF)

1 — A estimativa e o controle dos custos são feitos a partir da rede Pert utilizada para o controle dos prazos, sendo estabelecida uma estreita vinculação da contabilidade de custos com a execução física da operação.

2 — Os custos estimados para a execução das atividades são usados como referência e, à medida que a operação vai sendo executada, vão sendo comparados com os custos reais.

3 — As estimativas de custo das atividades a serem executadas vão sendo periodicamente atualizadas.

4 — Em linhas gerais, o sistema consiste no seguinte:

a) Para fins de controle, o *objetivo final* é subdividido em objetivos cada vez mais simples, grupados em diferentes níveis.

b) A subdivisão é levada até ao nível julgado conveniente, conforme o grau de controle desejado, ficando as atividades da rede Pert ligadas, direta ou indiretamente, à realização de cada *objetivo final* desse nível.

A subdivisão do objetivo final apresenta o aspecto de um organograma no qual cada bloco recebe um número codificado, conforme indicado na figura anexa para o caso da *fabricação de um novo modelo de automóvel* (no caso, fabricar o automóvel é o *objetivo final* a ser atingido).

No nível (4) do nosso exemplo mostramos, para o pistom, as atividades relacionadas com sua fabricação. (Anexo 17).

De modo semelhante poderíamos agrupar as atividades que produzem a fabricação dos anéis, bielas, etc...

Desse modo, as diversas atividades da rede Pert vão ficando ligadas ao nosso organograma.

c) A contabilidade de custos tem seu código de contas pelo qual ficam designadas as tarefas elementares (desenhar, tornear, fundir, etc...) assim, consegue-se entrosar facilmente o sistema Pert com a contabilidade clássica de custos.

d) As despesas reais são lançadas de acordo com o Código de contas estabelecido e totalizados para cada *objetivo*. Como o orçamento foi feito a partir do mesmo esquema de divisão do *objetivo final*, pode-se, com certa finalidade, comparar as despesas feitas com as despesas orçadas.

5 — Na verdade, quando trabalhamos apenas com o atributo tempo, é geralmente simples verificar se uma atividade está atrasada, em dia, ou adiantada.

Com as despesas, porém, não é tão fácil, em certos casos, saber se estão "normais" ou não.

Aqui, utilizaremos o conceito de "valor da parcela realizada" ("value") que tem por expressão:

AE

$$V = \frac{R}{E}$$

V = valor da parcela de trabalho já realizada ("value")

A = despesas até a data

E = estimativa feita inicialmente para a realização completa do trabalho

R = revisão da estimativa original (A, mais o que se estima ser preciso gastar para terminar o trabalho)

6 — Cumpre observar que nenhuma despesa é lançada diretamente por conta do número codificado do *objetivo*, mas sim nos chamados "números de carga", ligados aos níveis de execução da operação (no exemplo dado, no nível 5). Há contudo uma exceção a isto: é quando necessitamos computar diretamente a um determinado nível de operação uma despesa indireta (geralmente distribuídas pela rede como percentagem adicional ao custo direto).

Por exemplo, no nível (3) do nosso "organograma", poderíamos lançar o n.º do código 3350, para responder pelas despesas ligadas à "supervisão do fabrico do motor".

7 — Neste sistema, dito de "Pert-Custo para acompanhamento", podemos ter diferentes tipos de informações relacionados aos diferentes níveis de controle.

Estas informações são geralmente apresentadas sob a forma de quadros ou gráficos, como teremos oportunidade de ver.

8 — Esta técnica de Pert-Custo, aqui exposta sucintamente, é um novo e útil instrumento, de grande flexibilidade de aplicação, podendo ser adaptada a diferentes necessidades de seus usuários.

Referência:

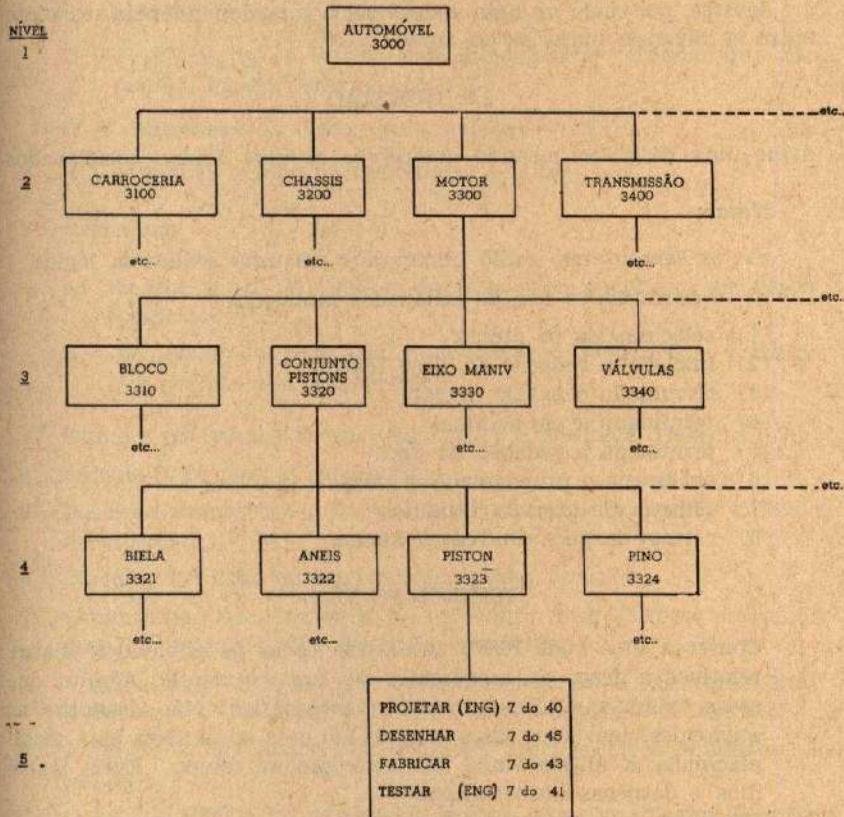
Pert-Cost — A Programed Instruction Manual

— Federal Electric Corporation
First Edition
First Impression — 1964

Nota: A publicação acima deverá ser lançada brevemente, em português, pela Livraria Pioneira Editôra.

TESTE N.º 1
Tc e armar rôdes

ANEXO 17

PERT CUSTO ACAMPAMENTO

1.ª QUESTÃO

ORGANIZAÇÃO DE UM CURSO

- a) Um curso técnico profissional deve incluir 12 matérias: A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, e L
- b) As matérias básicas do curso são: E F G e H (isto é, o assunto a ser tratado em cada uma delas independe do que fôr ensinado nas outras)
- c) Ao lado de cada uma das matérias relacionadas a seguir está indicado, entre parênteses, o que deve ser ensinado antes:

A (E)	I (A, E)
B (E, F)	J (F, G, B)
C (G)	K (B, G, C)
D (H, G)	L (D)

Mostre, por meio de uma rôde Pert, a interdependência existente entre as diversas matérias do curso.

2.ª QUESTÃO

Arme uma rôde Pert usando apenas os *eventos* abaixo relacionados

Notas:

- a) os eventos não estão numerados em uma sequiência lógica;
 - b) é permitido o uso de atividades fantasma
- (1) selecionados os atores
 - (2) iniciada a redação da peça teatral
 - (3) terminado o ensaio inicial
 - (4) terminado o ensaio final
 - (5) terminada a redação da peça
 - (6) encerrada a propaganda da peça
 - (7) bilhetes de entrada vendidos
 - (8) estréia da peça no Teatro Regina

EXERCÍCIO Nº 1

1. Construa uma rôde PERT utilizando tôdas as atividades abaixo, relativas à festa de aniversário de um estudante. Admita que essas sejam as únicas atividades necessárias. Não desdobre as atividades, nem junte duas ou mais em uma só. A festa está sendo planejada à última hora. Procure ganhar tempo. Evite trabalhos e despesas desnecessários.
Há gente de sobra para ajudar e tôda ajuda é gratuita.
Não se esqueça de levar em conta a observação feita junto à

descrição da atividade C. E lembre-se: nada de faltar comida ou bebida (admita que todos comam e bebam comedidamente).

Agora vamos, mãos à obra.

Atividades e respectivas durações (em horas)

A — *Fazer doces e salgadinhos* — (4)

B — *Comprar bebidas* (0,5)

C — *Entregar convites Notas*: o convite é entregue em mãos e, no mesmo instante, fica-se sabendo se o convidado irá ou não à festa — (2,5)

D — *Comprar tudo que fôr necessário à execução da atividade A* — (1,5)

E — *Encomendar o bôlo na confeitaria (para isto, use o telefone)* — (0,2)

F — *Aguardar que o bôlo fique pronto (esta atividade consome apenas tempo e paciência)* — (3)

G — *Verificar se a vitrola está funcionando (mesmo que não esteja, haverá festa)* — (0,2)

H — *Selecionar os discos para a festa* — (0,5)

I — *Apanhar o bôlo na Confeitaria* — (0,6)

2. Responda:

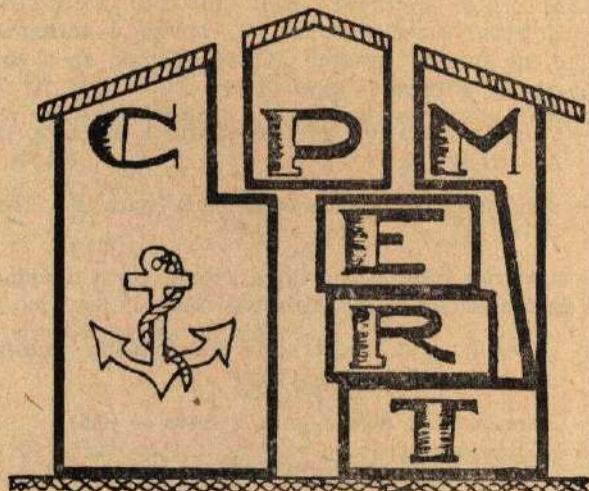
- de que modo V. evitou despesas que poderiam ser desnecessárias?
- de que modo procurou ganhar tempo e/ou evitou trabalho que poderia ser desnecessário?

- Numere os eventos de sua rede PERT e descreva o evento n.º 5.
- Calcule o Tc para o evento final.
- Faça, no evento final, Tt igual à Tc e depois determine o Tt do evento n.º 5.
- Calcule as folgas de uma atividade não crítica.
- O caminho crítico mudaria se no evento final Tt fosse menor do que Tc? as folgas das atividades mudariam?
- Quais seriam as folgas das atividades críticas se, no evento final, a diferença Tt-Tc fosse igual a 5 u (cinco unidades de tempo)?
- Idem se Tt-Tc fosse igual a — 5 u (menos cinco unidades de tempo)?
- O uso do PERT como método de planejamentos oferece diversas vantagens. Mencione 3 destas vantagens.

CURSO PERT/CPM**TESTE N.º 4 (FINAL)**

Nome do aluno: Pontos:

Data do teste: Aproveitamento: %

**1.ª QUESTAO**

Armar a r  de Pert relacionada  o figura acima, utilizando apenas as seguintes atividades:

C — Construir o bloco C

T — " " " T

R — " " " R sôbre o T.

E — " " " E " " R.

P — " " " P apoiados aos blocos C e E.

M — " " " M apoiado em E e T, como indicado na figura.

Solu o:**2.ª QUESTAO**

Na r  de Pert desenhada na fôlha anexa, tôdas as atividades têm dura o igual a uma unidade de tempo.

Responda:

1 — Se o Tc do evento inicial f r 0 (zero), qual o Tc dos eventos 5 e 16?

Respostas: Tc do evento 5 = unidades de tempo.
Tc do evento 16 = " " "

2 — Quais as atividades que não são críticas?

Resposta: Atividades não críticas:

.....

.....

3 — Se tomarmos $T_t = 5$ unidades de tempo para o evento final da rede, qual o T_t dos eventos 13 e 3? E qual a folga dos eventos críticos?

Respostas: T_t do evento 13 = unidades de tempo
 T_t do evento 3 = " " "
 Folga dos eventos críticos: " " "

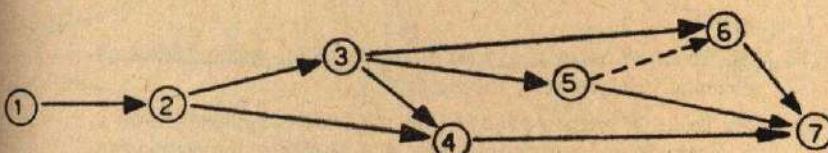
4 — Ainda para T_t do evento final = 5, quais seriam as folgas total e independente das atividades 2 — 11 e 6 — 12?

Respostas: Folga total da atividade 2 — 11 =
 " " de 2 — 11 =
 Folga total da atividade 6 — 12 =
 " independente de 6 — 12 =

5 — Se a duração da atividade 2 — 11 fosse 2 em vez de 1 (como indicado), qual o reflexo desta variação (considerando-se inalterados os demais dados da rede) no T_c e T_t dos eventos da rede?

3.ª QUESTÃO

Observe esta rede PERT:



As sentenças que se seguem dizem respeito a esta rede. Após cada sentença abrimos e fechamos parênteses, assim: ()

Faça uma cruz entre os parênteses que correspondem às sentenças que V. julgar inteiramente corretas. Isto é tudo que terá que fazer nesta questão: não é preciso justificar seu julgamento.

- 1 — Os círculos representam eventos ()
 2 — Nesta rede, o número de atividades é superior ao número de eventos ()

- 3 — O evento 2 estará *realizado* após concluída 1 — 2 ()
- 4 — O evento 4 só estará realizado após concluídas totalmente as atividades 2 — 4 e 3 — 4 ()
- 5 — A atividade 3 — 4 não pode ser iniciada, *em hipótese alguma*, antes do início de 2 — 4 ()
- 6 — A atividade 3 — 6 não pode ser iniciada, *em hipótese alguma*, antes do início de 3 — 4 ()
- 7 — O início da atividade 6 — 7 depende do término de 3 — 5 ()
- 8 — O início de 6 — 7 só depende do término de 3 — 5 ()
- 9 — A atividade 5 — 6 (denominada fantasma) tem duração zero ()
- 10 — A realização do evento 5 independe da realização do evento 4, mas depende da realização do evento 3 ()
- 11 — Se tôdas as atividades da rête foram realizadas, então o evento 7 foi realizado ()
- 12 — O título correto de um dos *eventos* da rête poderia ser — “*escrever as especificações*” ()
- 13 — Se tôdas as atividades têm a mesma duração (exceto 5 — 6, dirá você com tôda a razão:) o Tc do evento 4 é igual ao Tc do evento 6 ()
- 14 — Se o Tt do evento 7 fôr 15 e o Tt do evento 4 fôr 8, então a duração da atividade 4 — 7 é 7 ()
- 15 — A atividade 1 — 2 é obrigatoriamente uma atividade crítica e como tal merece especial atenção ()
- 16 — Se o Tt do evento 7 fôr 15 e a duração da atividade 5 — 7 fôr 10, então o Tt do evento 5 será obrigatoriamente = 5 ()
- 17 — Se Tc = Tt para o evento final da rête, então todos os eventos críticos têm folga zero ()
- 18 — Se Tc = Tt para o evento final da rête e se os eventos 2 e 4 têm folga nula, então 2 — 4 é obrigatoriamente uma atividade crítica ()
- 19 — A folga total da atividade 3 — 4 é dada por:
Tt do evento 4 — (Tc do evento 3 + duração de 3 — 4) ()
- 20 — Numa determinada atividade da rête, a folga total poderia ser igual à folga independente ()
- 21 — Se tôdas as atividades da rête tivessem a mesma duração (exceto a atividade fantasma 5 — 6, é claro), então sómente a atividade 2 — 4 não seria crítica ()
- 22 — O Tc de um evento representa o tempo mais cedo possível em que o evento poderá estar realizado ()

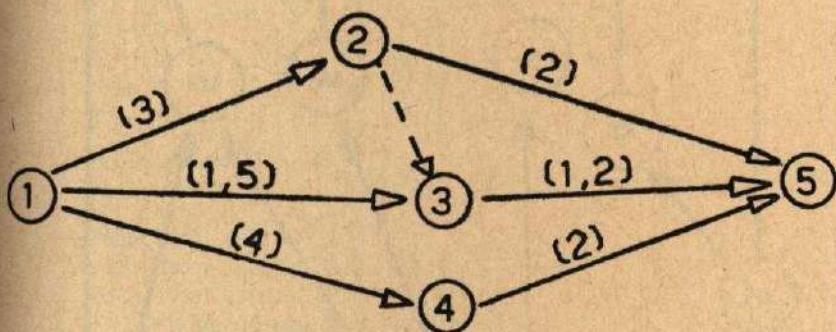
- 23 — Uma redução de n unidades de tempo na duração da atividade 1 — 2 contribuirá para reduzir de n unidades o Tc de todos os eventos da rede ()
- 24 — O caminho crítico da rede depende do Tt do evento n.º 3 ()
- 25 — O caminho crítico da rede depende do Tc do evento 1 ()
- 26 — Se conhecêssemos as durações das atividades desta rede poderíamos determinar todas as suas atividades críticas ()

4.ª QUESTÃO

Um trabalho foi programado de acordo com a rede abaixo e orçado em Cr\$ 3.000,00.

Não é possível reduzir mais do que uma unidade de tempo na duração de cada atividade e o preço de custo para redução unitária de qualquer atividade é de 100 (cem) cruzeiros. Qual o custo mínimo para determinar o serviço:

- a) Uma unidade de tempo antes do programado.
- b) Duas unidades de tempo antes do programado.

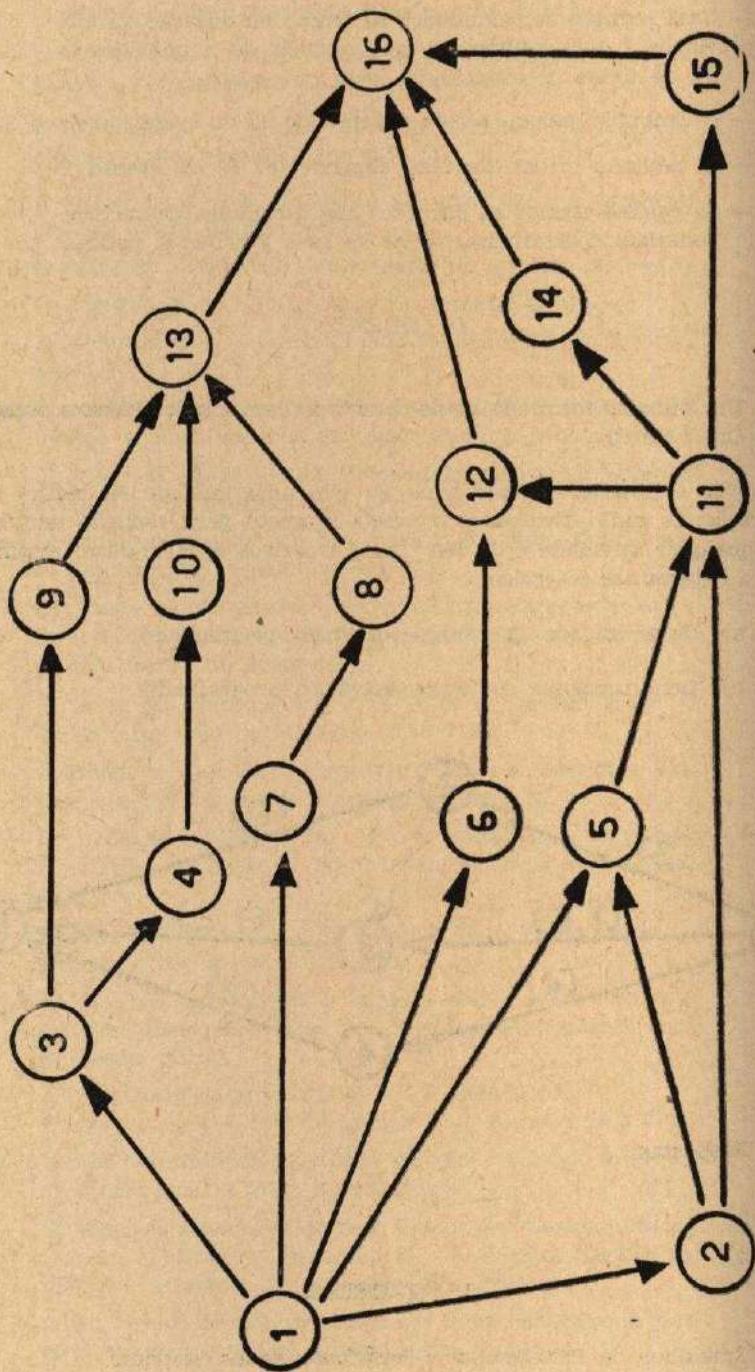


Respostas:

- a)
- b)

5.ª QUESTÃO

Trabalhos de Pert-Tempo e Pert-Custo feitos em casa.



RÉDE PERT DA 2.ª QUESTÃO

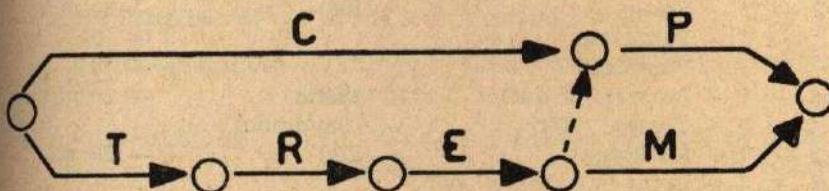
CURSO PERT/CPM

TESTE FINAL (N.º 4)

(Julho/69)

SOLUÇÕES

1.ª QUESTÃO



2.ª QUESTÃO

1 — T_c do evento 5 = 2

T_c do evento 16 = 5

2 — Atividades não críticas:

1 — 5	6 — 12	{	3 — 9 — 13
1 — 6	7 — 8		1 — 7 — 8 — 13
1 — 7	8 — 13 ou		1 — 6 — 12
2 — 11	9 — 13		1 — 5
3 — 9			2 — 11

3 — T_t do evento 13 = 4

T_t " " 3 = 1

4 — Folga total de 2 — 11 = 1

" independente de 2 — 11 = 1

Folga total de 6 — 12 = 2

" independente de 6 — 12 = 0

5 — Não haveria alteração, pois a atividade 2 — 11 tinha folga independente = 1

3.ª QUESTÃO

Sentenças erradas = 5 — 6 — 8 — 12 — 16 — 18 — 24 e 25.

4.ª QUESTÃO

a) $3.000 + 100 = 3100$

b) $3.100 + 2 \times 100 = 3300$

"PERT EM FAMÍLIA"

ATIVIDADES

1 — 1 — Tomar banho e fazer barba	— (Ele)	— 20 m.
1 — 3 — Comprar pão, leite e jornal	— (Maria)	— 40 m.
1 — 4 — Chatear o pai	— (Claudinho)	
1 — 6 — Espreguiçar	— (Ela)	— 20 m.
2 — 5 — Vestir	— (Ele)	— 30 m.
— Fantasma		— 0
— Fantasma		— 0
3 — 7 — Preparar o café	— (Maria)	— 10 m.
4 — 7 — Chatear Maria	— (Claudinho)	
5 — 7 — Ler jornal	— (Ele)	— 30 m.
6 — 7 — Lavar rosto e pôr mesa café	— (Ela)	— 10 m.
7 — 8 — Tomar café	— (Todos)	— 20 m.
8 — 9 — Lavar louça	— (Maria)	— 30 m.
8 — 10 — Ir à feira	— (Ela)	— 1h. 20m.
8 — 11 — Chatear Maria	— (Claudinho)	
8 — 16 — Tomar condução e trabalhar	— (Ele)	— 4h. 20m.
9 — 12 — Arrumar casa	— (Maria)	— 60 m.
— Fantasma		— 0
— Fantasma		— 0
11 — 13 — Convencer Claudinho a tomar banho	— (Ela e Claudinho)	— 40 m.
12 — 16 — Preparar almôço	— (Maria)	— 2h. 30m.
13 — 14 — Dar banho no Claudinho	— (Ela e Claudinho)	— 30 m.
14 — 15 — Tomar banho	— (Ela)	— 30 m.
14 — 16 — Chatear Maria	— (Claudinho)	
15 — 16 — Telefonar p/amigas	— (Ela)	— 1h. 30m.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — Pert-Tempo — uma introdução programada ao PERT — Cia. Pioneira Ltda.
- 2 — Pert-Custo — um manual de instrução programada — Cia. Pioneira Ltda.
- 3 — Caderno 53 da Fundação Getúlio Vargas — Introdução ao PERT básico — Breno Genadri.

- 4 — PERT — um método dinâmico para planejamento e controle
 — NCR (Caixas Registradoras Nacional S.A.) — Rua Buenos Aires n.º 40/10.º andar — Fone: 222-9840.
- 5 — Revista "Direção" (incorpora a revista "Internacional Management").
- a) Janeiro/63 — PERT — truque científico de reduzir tempo e custos.
 - b) Maio/63 — Administração de Empresas — Caminho Crítico menos sofisticado: JP.
 - c) Setembro/63 — Aonde leva o caminho crítico.
 - d) Novembro/64 — PERT já não é assunto sem graça exemplos pitorescos e humorísticos.
 - e) Outubro/65 — (n.º 46) — Distribuição Racional dá melhor disposição — uso do PERT para o estabelecimento ou reestruturação de "lay-out" de fábricas.
 - f) Novembro/65 — (n.º 47) — Marketing trilha o bom caminho — aplicação do CPM ao planejamento do mercado resulta em ganho de tempo.
- 6 — La Méthode du chemin Critique — A. Kaufman and G. Desbaillezelle (existe edição em espanhol).
- 7 — U.S. Dp. of Ite Navy Special Projects Office — An Introduction to the PERT/Const System — Washington 1962.
- 8 — Revista — Desarrollo Económico — n.º 3, vol. 1 — 1964.
- 9 — Estudos Cariocas Estado da Guanabara — Secretaria do Governo 1965.
- 10 — Revista de Administração de Empresas — n.º 16 — Set/63 — FGV.
- 11 — PERT/CPM — Oliveira Belchior — Edições de Ouro.
- Nota:** Na referência indicada no n.º 3 (caderno 53 FGV), existe extensa indicação bibliográfica.

RELAÇÃO DOS ANEXOS

1. Alguns símbolos utilizados na rede de atividades.
2. Construção da rede de atividades (exercício).
3. Solução do exercício apresentado no anexo n.º 2.

-
- 4. Cálculos do Te.
 - 5. Cálculos do Tt.
 - 6. Interpretação de folgas.
 - 7. Cálculo de uma rête de atividades (exercício).
 - 8. Sistemas de contrôle.
 - 9. Gráfico de Gantt a partir da programação estabelecida.
 - 10. Tempo médio — Variância — Curva Normal (distribuição do Tc).
 - 11. PERT-TEMPO (Exercício).
 - 12. Tabela dos valores de uma função de distribuição normal.
 - 13. PERT-CUSTO (exercício).
 - 14. Curva do Investimento Total.
 - 15. Custo X Tempo X Risco.
 - 16. Cronograma PERT.
 - 17. PERT Custo Acompanhamento.

O CEARÁ E O COLÉGIO MILITAR

Prof. JOSÉ DENIZARD MACEDO DE ALCANTARA

Do CMF e IDM — CE.

O ilustrado professor Cel José Aurélio Saraiva Câmara em excelente monografia sobre os estabelecimentos militares de ensino que vicejaram no Ceará, alude de passagem à importante contribuição que os mesmos trouxeram à vida pública do nosso Estado, além da reconhecida influência que a antiga Escola Militar do Ceará desempenhou nos idos de 1890, no que tange aos movimentos literários e estéticos da província, tema já registrado proficuamente por Dolor Barreira nos ricos volumes da história literária do Ceará.

A participação na vida pública foi uma constante que marca o destino histórico de comandantes, oficiais, professores e alunos da Escola Militar do Ceará, do Colégio Militar do Ceará, da Escola Preparatória de Fortaleza, cujas honrosas tradições foram legadas e recolhidas pelo atual Colégio Militar de Fortaleza, herdeiro legítimo e representante dos nossos passados estabelecimentos militares de ensino e que ora está comemorando mais um aniversário a 1º de junho.

Dos comandantes da antiga Escola Militar do Ceará, um foi Ministro da Guerra e pioneiro de proveitosas reformas no Exército, o Marechal João Nepomuceno

de Medeiros Mallet, digno herdeiro do pai, o bravo Marechal Emílio Luiz Mallet, Barão de Itapevi e patrono da Artilharia do Exército Brasileiro. Outro, o General José Siqueira de Menezes, foi governador de Sergipe, o brilhante engenheiro militar que mereceu de Euclides da Cunha um vigoroso perfil em "Os Sertões".

Governaram o Estado os professores da Escola Militar do Ceará, generais José Freire Bizerril Fontenelle, Pedro Augusto Borges, Marcos Franco Rabelo, Benjamin Barroso e o Dr. José Parcifal Barroso, este último antigo professor do Colégio Militar do Ceará, além do atual Vice-Governador e professor do CMF, o Gen Francisco Humberto Ferreira Ellery.

No Senado da República tomaram assento antigos mestres, como Joaquim de Oliveira Catunda, historiador, cultor da língua alemã e da Filosofia e que secretariou a Câmara Alta, e Waldemar Cromwell do Rêgo Falcão, professor de História e Ciência das Finanças, que, além de Senador, foi Ministro do Trabalho e terminou seus dias como magistrado da mais alta corte do País, o Supremo Tribunal Federal.

Deputados Federais e Estaduais foram vários dos nossos docentes. Em primeiro lugar, no Parlamento do Império, a figura ímpar de Tomaz Pompeu de Souza Brasil, deputado geral, colega e amigo de Rui, Nabuco e Afonso Celso, primeiro Diretor da Faculdade de Direito, vulto exponencial da cultura cearense tenente-coronel honorário e que ocupou a cátedra de Geografia, da qual somos o atual titular. Escreveu, para uso dos discentes, um volumoso compêndio de 600 páginas, cujo conteúdo exigia rigorosamente por ocasião dos exames, conforme testemunha o Gen Demerval Peixoto em interessante e pitorescas memórias militares.

Colega seu na cátedra de História foi o Dr. Antônio Augusto de Vasconcelos, cuja fotografia com o uniforme de tenente-coronel honorário ainda pode ser vista num quadro existente na Diretoria da Faculdade de Direito, da qual foi professor. Outros que exerceram mandato de deputação federal foram os professores Beni Carvalho, aliás, em tempo, interventor federal no Ceará, José Colombo de Souza e Parsifal Barroso. Da Assembléia Legislativa do Estado fez parte o ten-cel-hon Prof. João Marinho de Albuquerque Andrade.

Prefeitos de Fortaleza foram os professores Engenheiro Antônio Urbano de Almeida e Dr. José Leite Maranhão, como Reitor atual da Universidade Federal do Rio de Janeiro é o nosso antigo colega Djacir Menezes. Pelas diversas Secretarias de Estado passaram com competência e zelo pela causa pública mestres e co-

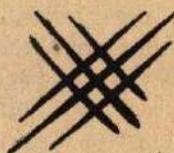
legas como Júlio de Matos Ibiapina, Walmik Sampaio de Albuquerque, José Aurélio Saraiva Câmara, José Góes de Campos Barros, Ari de Sá Cavalcante, Luiz Brito Passos Pinheiro e João da Silva Leal, de modo que raramente os governos estaduais mais recentes têm prescindido de colegas nossos na Secretaria do Estado.

Cingimo-nos nessas linhas apenas à participação dos nossos lenetes na vida pública cearense, sem contar a atuação da antiga Escola Militar nos acontecimentos subsequentes à proclamação da República e na deposição do Marechal José Clarindo de Queirós, em 1892, ou do íntimo entrosamento de elementos do Colégio Militar nas revoluções de outubro de 1930 e de março de 1964.

Pela extensão muito mais ampla, não comportável nos limites deste artigo, deixaremos de referir a imensa colaboração dos ex-alunos na vida pública do Ceará. O heróico Capitão José da Penha, deputado estadual e a mais ilustre vítima da revolução de 1914, o ex-governador Virgílio Távora e o futuro governador César de Cals de Oliveira Filho, ministros, senadores, deputados e outros, todos são filhos espirituais do quase centenário casarão do Outeiro. Dentre êles, recordamos Graco Cardoso, governador de Sergipe, senador e deputado, antigo aluno da Escola Militar do Ceará e que ainda vivemos, meio século após seu tempo de cadete, presidindo a uma sessão da assembléia constituinte de 1946.

Os fatos aí sumariados apenas servem para confirmar uma faceta dos assinalados serviços que o Colégio Militar e os gloriosos e inesquecíveis estabelecimentos que o antecederam vêm prestando à comunidade de Fortaleza, ao

povo cearense e ao Brasil, dignos de evocação nesse transcurso de mais um Primeiro de Junho, aniversário oficial daquela grande casa de ensino. (Transcrito do jornal "O POVO" de 1.º Jun 70, de Fortaleza — Ceará).



A DEFESA NACIONAL é a sua Revista de estudos e debates profissionais. É a sua tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

INFORMAÇÕES AS OM Sobre A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT)

Cap Int ARTUR ROCHA DOS SANTOS

1 — INTRODUÇÃO

Certa vez ao representar minha Organização Militar numa Junta de Conciliação e Julgamento, ouvi o advogado da parte reclamante dizer: "não adianta o empregador chamar o empregado à responsabilidade, sem notificá-lo; se nada escrever é difícil provar em Juizo".

Gravei as palavras e meditei sobre o assunto, interessei-me até, e posteriormente tomei conhecimento das ações movidas pelo pessoal que prestava serviços às OM e que atualmente é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Após matriculado no Curso de Administração de Recursos Humanos e Direito do Trabalho da Fundação Getúlio Vargas, tive oportunidade de aprender muito com os sábios ensinamentos do Professor e eminente Juiz da Justiça do Trabalho Dr. Francisco de Mello Machado.

Como forma de retribuir a indicação do comandante do CEP, (onde sirvo) Cel Manoel Moreira Paes, para matrícula no referido curso, resolvi através da Revista "A Defesa Nacional" dar algumas informações sobre o assunto.

Essas informações estão sendo dadas particularmente àqueles que lidam com pessoal regido pela CLT nas diversas organizações militares.

2 — FÉRIAS

Os estudantes fazem planos para as férias da mesma maneira que os professores aguardam esse período para o preparo de seus planos de aula.

Os de profissões liberais procuram os colegas para planejar o atendimento de seus clientes sem o prejuízo das férias.

Os militares são relacionados nos planos de férias de suas organizações militares, atendendo os interesses do serviço e os da família.

Os que exercem outras profissões diferentes das citadas acima têm férias de acordo com a peculiaridade de seus trabalhos.

O empregado que trabalhe sob o regime da CLT, tem suas férias reguladas pelos Arts. 129, 130, 131 e outros do Decreto-lei 5.452, de 1º Mai 43.

O Art. 129 da CLT diz que "Todo empregado terá, anualmente, direito ao gozo de um periodo de férias, sem prejuízo da respectiva remuneração".

O empregado tem direito às férias, após cada período de doze meses de contrato de trabalho.

2.1 — Duração das férias

Diz o Art. 132 da CLT, "Os empregados terão direito a férias, depois de cada período de doze meses, o que alude o Art. 130, na seguinte proporção.

a) vinte dias úteis aos que tiverem ficado à disposição do empregador durante os doze meses e não tenham dado mais de seis faltas ao serviço, justificadas ou não, nesse período.

b) quinze dias úteis aos que tiverem ficado à disposição do empregador por mais de duzentos e cinquenta dias em doze meses do ano contratual.

c) onze dias úteis, aos que tiverem ficado à disposição do empregador por mais de duzentos dias.

d) sete dias úteis aos que tiverem ficado à disposição do empregador menos de duzentos e mais de cento e cinquenta dias.

Alguns contratados contavam o tempo de férias dos militares, quando da apresentação. Como os militares voltavam após 30 (trinta) dias de gozo de férias entendiam alguns regidos pela CLT que teriam o mesmo tempo.

O legislador ao meu ver tenta premiar o empregado assíduo com o máximo de dias de férias que é de 20 (vinte) dias. Aquél que durante um ano de trabalho esforçou-se para faltar sómente seis vezes não deve ter o mesmo período de férias de um outro, que teve um maior número de faltas. Entretanto não é permitido descontar os dias faltosos do período de férias.

2.2 — Da concessão

Todos os que trabalham aguardam com alguma ansiedade durante o ano o dia que deverá entrar em gozo de férias. Há entretanto regras para a concessão das férias. A legislação permite que em casos excepcionais as férias sejam concedidas em dois períodos que não poderão ser inferiores a sete dias. Diz o § 2º do Art. 136 da CLT

"Aos menores de 18 anos e aos maiores de 50 anos de idade as férias serão sempre concedidas de uma só vez".

Como é provável que as OM não tenham dentro de seu pessoal regido pela CLT elementos com menos de 18 anos e maiores de 50, o empregador terá a permissão de fracionar as férias dentro das limitações impostas pela Lei.

Exemplo de divisão dos períodos:

Num Hospital militar, há uma sobrecarga de trabalho originária da cooperação prestada às vítimas de um acidente. Havendo necessidade de determinado empregado gozar férias o empregador poderá dividir os períodos de férias. Elas serão fracionadas por razões óbvias no caso.

2.3 — Época das férias

É geralmente o assunto que traz problemas aos chefes de seções e divisões e da época das férias de pessoal. A maioria prefere os meses de dezembro, janeiro e fevereiro e muitas razões são apresentadas pelos empregados para conseguir suas férias no período citado.

Não deverá ser problema pára o homem de pessoal organizar um plano de férias, pois cabe ao empregador decidir qual a melhor época da entrada de férias dos seus empregados. Diz a CLT no seu Art. 139: "A época da concessão das férias será o que melhor consulte os interesses do empregador".

Providências a serem tomadas na ocasião da entrada de férias de acordo com a CLT.

PELO EMPREGADOR

a) participar ao empregado, com o mínimo de 8 dias o início das férias.

b) registrar na carteira profissional e no livro de matrícula a concessão das férias.

PELO EMPREGADO

a) passar recibo na comunicação da concessão das férias.

b) entregar a carteira profissional antes de entrar em férias para as anotações necessárias.

2.4 — Detalhes a observar

Após o recebimento do memorando pelo empregado, o empregador não poderá cancelar as férias.

A concessão das férias será feita nos doze meses posteriores ao dia que a vigência do contrato completou o mesmo tempo.

3 — JUSTA CAUSA

A justa causa é assunto bastante discutido, pois permite ao empregador despedir o empregado sem o pagamento de indenização. É uma rescisão contratual. Há entretanto motivos citados por legislação posterior à CLT, que constituem justas causas. A dispensa por justa causa do empregado poderá ocorrer quando o mesmo optou pelo regime do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, ou não.

Serão enumeradas a seguir de acordo com o Art. 482 da CLT as faltas que caracterizam a dispensa do empregado por justa causa.

3.1 — Ato de improbidade

São determinados atos praticados pelo empregado que afetam o patrimônio do empregador.

E X E M P L O

Um empregado de determinada OM trabalhando como pintor solicitou ao seu chefe 3 galões de tinta azul e 5 de tinta branca, para cumprir sua tarefa. Quando concluiu sua tarefa não soube explicar ao comandante da guarda, quando deixava o local de trabalho no fim do dia, a origem de duas latas de tinta que conduzia encobertas.

3.2 — Incontinência de conduta ou mau procedimento

O comportamento do empregado fora do local de trabalho pode incompatibilizá-lo ao exercício do seu emprêgo.

E X E M P L O

Gestor de uma farmácia militar recebeu comunicação do Distrito Policial que um empregado tinha sido preso com grupo de viciados em entorpecentes. Na batida policial foi provado que o empregado estava sob o efeito de drogas.

Ele poderia ser despedido por justa causa.

3.3 — Negociação habitual por conta própria ou sem permissão do empregador

A letra "c" do art. 482 diz "negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de

concorrência à emprêsa para a qual trabalha o empregado, ou fôr prejudicial ao serviço.

E X E M P L O

O chefe de uma seção verificou que o faxineiro começava o seu trabalho mais tarde que os demais apesar de ao registro de entrada a hora estava correta. Através de sindicâncias constatou que o referido empregado trazia doces para vender aos companheiros na hora do serviço.

3.4 — Condenação criminal do empregado, passada em julgado caso não tenha havido suspensão da execução da pena

Eis um caso de justa causa em que o empregado não infringiu cláusulas do contrato de trabalho. A condenação criminal do empregado pode ser originária de atos praticados fora do local de trabalho sem nenhuma relação de emprêgo.

O empregado após um dia de trabalho, ao retornar a sua casa resolve tomar um trago de cachaça. Excede-se na bebida, briga com um elemento resultando em morte.

O empregado é preso, julgado e condenado. Seu advogado recorre e a sentença é confirmada.

3.5 — Desídia no desempenho das respectivas funções

O empregado deverá estar em condições de executar suas tarefas a contento. Se o empregador admite um empregado é porque necessita da sua prestação de trabalho. Essa prestação de trabalho deverá ser aferida em termos quantitativos e qualitativos. Se após o período de experiência previsto em lei (3 meses) o admitido aprendeu o que deveria produzir e negligencia produção caracteriza a desídia no desempenho das suas funções.

E X E M P L O

Determinada OM ficou em condições de organizar seu quadro de pessoal civil regido pela CLT. Como havia soldados de seu contingente a desincorporar, muitos deles que já trabalhavam como pintores, eletricistas, bombeiros e cozinheiros foram aproveitados e admitidos como empregados.

Meses após a admissão foi observado que as refeições preparadas por um dos cozinheiros não tinham condições de ser ingeridas.

Ficou caracterizada a desídia do cozinheiro no desempenho de suas funções.

3.6 — Embriaguez habitual ou em serviço

A embriaguez é nociva ao empregado e assim sendo é motivo de sua dispensa por justa causa. Basta que o empregado se embriague uma só vez, e no serviço, para que seja caracterizado o motivo, bem como o habitual estado de embriaguez, se fora do serviço.

E X E M P L O

O dono de um bar situado nas proximidades de uma OM comunicou que determinado empregado, todos os dias embriagava-se tendo que ser levado ao ponto de ônibus, além de provocar brigas. Dias depois o Distrito Policial através de ligação telefônica, solicita informações sobre o referido que estava preso por ter feito arruaças em estado de embriaguez. Com a interferência da OM o preso foi solto e uma cópia da ocorrência foi entregue na qual constavam declarações de duas testemunhas que reforçavam as reclamações feitas anteriormente pelo dono do bar.

Eis um exemplo de uma falta que pode dar motivo a dispensa do empregado por embriaguez habitual.

3.7 — Violão de segredo da emprêsa

Pressupõe a lei que o empregado tenha o dever de fidelidade não divulgando segredos da emprêsa ou procurando tomar conhecimento de assuntos confidenciais.

E X E M P L O

Um empregado trabalhava no mimeógrafo. Mimeografava todos os documentos da OM. Um dia após mimeografar documentos reservados, determinadas pessoas tomaram conhecimento desses assuntos. Foi aberta uma sindicância e apurado que o operador do mimeógrafo mostrou a dois companheiros uma das fôlhas da documentação mimeografada.

Isso é um exemplo de violão de segredo numa Organização Militar.

3.8 — Ato indisciplinar ou de insubordinação

Tanto a indisciplina como a insubordinação são atos de desobediência.

A indisciplina caracteriza-se pela inobservância de ordens gerais relativa ao trabalho impresso.

Exemplo de indisciplina é aquêle procedimento do empregado de uma fábrica que entra numa seção onde está fixado um cartaz com os dizeres "É proibido fumar" com um cigarro aceso.

A insubordinação é a falta de cumprimento de uma ordem recebida, pessoalmente.

Um empregado de uma OM recebeu a ordem de entregar determinado documento. Diz que não entregou o documento. Esse é um exemplo de insubordinação.

3.9 — Abandono de emprêgo

A CLT não especificava a maneira do abandono do serviço, entretanto a jurisprudência firmou o conceito do abandono de emprego ser a ausência do empregado por mais de trinta dias sem motivo justificado. É necessário que o empregado comunique a impossibilidade de comparecer ao trabalho. Com isso evitará problemas futuros. O empregador deverá averiguar se de fato nenhuma comunicação foi feita e agir com certa cautela antes de dispensar seu empregado.

Há o exemplo do empregado que decorridos os trinta dias apresentou-se ao trabalho, mas por ocasião de apresentar o documento hábil que justificaria suas faltas alegou tê-lo extraviado. O empregador não acreditou no extravio do documento e despediu o empregado. O despedido procurou a justiça do trabalho ao mesmo tempo que encontrava o documento. Se tivesse havido cautela por parte do empregador a questão na justiça seria evitada.

3.10 — Ato lesivo da honra ou da boa fama contra o empregado

Os atos praticados pelo empregado lesivos da honra ou da boa fama no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem, são motivos de sua dispensa conforme preceitua a letra "j" do art. 482 da CLT.

Um dos sargentos de uma organização militar foi ofendido por palavras grosseiras, quando alertava a um empregado sobre o seu procedimento.

3.11 — Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado contra o empregador

Aquêles atos que são lesivos da honra e da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador ou superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa ou de outrem, são também motivos para a dispensa do empregado por justa causa de acordo com a CLT no seu art. 482, letra "r".

Um dos empregados foi apanhado dizendo palavras soezes que eram dirigidas ao seu chefe. Isso é exemplo de ofensa a um superior hierárquico.

3.12 — Prática constante do jôgo de azar

O local de trabalho não se coaduna com a prática de jogos de azar pelos seus empregados.

Um empregado pediu para falar com seu chefe sobre assunto particular e a sua solicitação foi atendida. Reclamou que um seu colega devia determinada importância e confessou que não pagaria. O chefe chamou os dois para resolver a situação e declararam que a dívida se originara do jôgo de baralho que jogavam diariamente após o almoço no vestiário.

Ambos confessaram que praticavam diariamente jôgo de azar.

3.13 — Atos atentatórios à Segurança Nacional

Esse é o motivo de justa causa que foi mandado acrescentar ao art. 482 da CLT pelo Decreto-lei n.º 3, de 27-1-66 (DO de 27-1-66).

A dispensa do empregado só será possível após a conclusão de inquérito administrativo onde ficou provada a prática de atos atentatórios à Segurança Nacional.

4 — RESUMO

O trabalho executado pelos encarregados de pessoal nas OM não é fácil. Ele terá que convencer os chefes que deverão comunicar as faltas e ocorrências com o seu pessoal, para que sejam provados quando necessário os motivos das decisões do empregador. Nas OM dificilmente será encontrado um advogado que lida com causas trabalhistas porém a maioria dos empregados procura esses especialistas para fazer consultas, sem os chefes tomar conhecimento da ida de seus subordinados aos escritórios para tratar de seus interesses.

No caso da dispensa por justa causa geralmente o empregado procura a justiça do trabalho e sempre alega que foi dispensado injustamente e o empregador é chamado para provar por que o despediu.

A idéia de fazer o trabalho sobre a CLT foi como escrevi na introdução, isto é, colaborar com as OM mesmo sabendo que a Divisão do Pessoal Civil do DGP organizou as Normas Reguladoras para o Pessoal Temporário, distribuídas em Separata pelo Boletim do Exército a que faz parte da bibliografia.

BIBLIOGRAFIA

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

GUIA PRÁTICO TRABALHISTA — Cristóvão Piragibe Tostes Malta

Fernando Machado Piragibe
Francisco de Mello Machado

- | | |
|---|---------------------------------|
| GUIA DO CHEFE DE PESSOAL NA EMPRESA MODERNA | Francisco de Mello Machado |
| DIREITO DO TRABALHO — Délia Maranhão | Cristóvão Piragibe Tostes Malta |
| CURSO DE DIREITO DO TRABALHO — Francisco de Mello Machado | |

HOMENAGEM AO MARECHAL CASTELLO BRANCO

Gen Bda

ARIEL PACCA DA FONSECA

Cmt da. ECEME

A ECEME prestou, em 17 de julho de 1970, significativa homenagem ao ex-Presidente Castello Branco, por ocasião do transcurso do 3º aniversário de sua morte, inaugurando, sob a presidência do Gen Augusto Cesar de Castro Moniz de Aragão, Chefe do DEP, um busto de bronze em dependência daquele tradicional estabelecimento de ensino.

A DEFESA NACIONAL publica dois dos discursos pronunciados na ocasião, homenageando assim aquélle cuja vida foi um exemplo de fé, pertinácia e busca de perfeição.

Achamo-nos reunidos neste saguão, a fim de prestar uma homenagem que se constituía em um imperativo para esta Casa. Se não fôsse ela concretizada hoje, o seria algum dia não muito distante.

A iniciativa desta homenagem, altamente louvável, teve origem entre os alunos do atual 3º ano. A idéia, entretanto, com toda certeza, já teria ocorrido a muitos como um preito de gratidão àquele a quem tanto devem a Escola, o Exército e o Brasil: inaugurar o busto do saudoso Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

O espaço é exíguo, e, por esta razão, os convidados tinham que ser em número limitado. Assim, além dos Exmos. Srs. Generais da Linha de Subordinação da Escola, dos Comandantes e Chefes das Organizações sediadas na Praia Vermelha, do Exmo. Sr. Almirante Diretor do Arsenal de Marinha e seus artistas que nos distinguiram com a preciosa doação, a qual muito agradecemos, julgamos que esta inauguração devesse ser testemunhada apenas por seus entes mais próximos e queridos e por dois de seus colaboradores imediatos, a él muito chegados, representando toda a sua equipe de governo e a legião infindável de seus amigos e admiradores.

Afortunadamente, tenho a honra de achar-me neste pôsto de Comandante, que constitui um privilégio por suas responsabilidades e pelo brilho que deram à função os que me antecederam ao longo dos tempos, dentre os quais resplandece a figura do então Gen Castello Branco.

Apesar de o haver conhecido ainda no posto de Major, quando 1.º Tenente na então Escola Militar do Realengo e de haver acompanhado sua vida cruzando nossos caminhos por várias vêzes, servindo inclusive nas mesmas Organizações, julguei que o pensamento da Escola devesse ser interpretado por um representante daqueles que tiveram o mérito da iniciativa que ora se materializa.

Entre êles, casualmente, há um que bem poderá dizer do significado dêste ato, porquanto foi um de seus auxiliares imediatos na última fase de sua vida pública, como primeiro mandatário da Nação Brasileira.

Assim, com a devida permissão de Vossas Excelências, dou a palavra ao Ten Cel Edmar Eudóxio Telêscia.

“ O C H E F E ”

Esta hora representa, indiscutivelmente, um misto de saudade, de evocação para o futuro e, sobretudo, um preito de gratidão; isso se explica por que, ao inaugurar-se o busto do Marechal Castello Branco, em nome da Escola, desejo assinalar quão justa, sincera e profunda é esta homenagem.

Bem sabemos que homenagens, quando devidas, e gratidão, quando sincera, são razões de orgulho para quem pratica e de enaltecimento para quem recebe. Orgulho maior, porém, quando tal preito, além de nada ter de gracioso ou complacente, é dirigido a quem não mais existe; a quem nada pode retribuir à reverência que lhe é prestada.

Sentimo-nos, todos nós da ECEME e, em particular, os alunos do 3.º ano, autores da idéia tão bem acolhida pelo nosso Comandante, orgulhosos e desvanecidos pela oportunidade de, no aniversário de seu falecimento, cultuar a memória daquele que foi um tipo singular de soldado e um extraordinário homem público, que dignificou a classe militar, honrou a profissão e, finalmente, projetou-se para a História como um Presidente invulgar. Rendendo esta homenagem, estaremos prestando, também, um serviço aos pôsteros, pois na casa onde se forja o futuro Chefe, onde se pratica e se enaltece a Chefia, colocamos em lugar de destaque aquêle que foi um verdadeiro Chefe.

A sua presença física nos corredores da Escola, materializada num bronze, será motivo de permanente emulação para todos.

Disse-o antes e repito-o agora: não é graciosamente que prestamos esta homenagem, pois a simples constatação dos bustos aqui existentes dá a verdadeira dimensão dos agraciados: Caxias, Mallet, Osório, Sampaio e Vilagran Cabrita. Não basta, entretanto, essa dedução altamente significativa. Não basta, também, dizer-se que o fazemos pelo amor que êle dedicou à Escola, como Instrutor, Diretor de Ensino e Comandante, ou pelo fato de ter sido um dos Chefes Revolucionários ou mesmo por sua ascensão à Presidência da República. O sentido desta homenagem é, sobretudo, o da perpetuação na Casa de Ensino de Chefia Militar daquele

que foi, nos dias contemporâneos, um modelo de Chefe, não pelas posições que ocupou com brilho inexcedível e sim pelas suas virtudes de cidadão e soldado, ornamentos de sua personalidade.

Num rápido vislumbre de sua carreira militar, vemos o espectro do cone invertido dos exponenciais, cuja luz mais se alarga com o correr dos postos e com o avançar dos anos. E, bem sabemos como é fácil ser-se tenente ou capitão, como já é difícil arcar com as responsabilidades de oficial superior e muito mais difícil ainda o exercício da Chefia na sua verdadeira acepção.

Ele, como tenente e capitão, estão aqui muitos contemporâneos seus que bem podem corroborar nossas palavras, foi modelo de energia, de devotamento ao trabalho, de apêgo à prática do que ensinava, de rigorismo para consigo e para com os comandados e de permanente busca do aperfeiçoamento profissional e cultural. É perene a sua preocupação de ensinar com os pés no chão. Seus alunos dêle se lembram com uma frase quase lendária: "ai de quem não colocar uma metralhadora na sua verdadeira posição de tiro".

O "tenentismo" político nem de leve o empolgou. Como capitão, e já com bastante tirocínio, foi um dos colaboradores da implantação da missão francesa.

Como oficial superior foi instrutor, Comandante e Oficial de Estado-Maior, somando ao aperfeiçoamento das qualidades um vasto cabedal no campo de Instrução, da Tática, da Estratégia, da História Militar e dos problemas do Exército e da Nação. Busca, sempre, a concepção aliada à execução e não estudar na fantasia qualquer problema. Como a perscrutar o seu destino, mais e mais se aprofunda nos conhecimentos profissionais e de cultura geral. No campo de batalha foi um modelo de Oficial de Estado-Maior e as referências do falecido Comandante da FEB falam mais alto que qualquer elogio pomposo.

Sua contribuição à nossa doutrina após a guerra mundial foi de profunda valia, em especial por ter aliado aos seus profundos conhecimentos a experiência vivida no campo de batalha. Seu gôsto profundo pela Escola de Estado-Maior, pelo ofício de estado-maior e pelo exercício do Comando consomem-lhe horas infindáveis de meditação e afirmações:

"A Escola de Estado-Maior do Exército é uma das garantias das Fôrças Terrestres. Não promove anualmente oficiais para serem uma casta de dominadores dos quadros, nem de privilegiados de especiais condições de acesso. O ofício de Estado-Maior é indispensável ao funcionamento de uma Fôrça Armada e à sua eficiência. Mas, o que é dominante numa Fôrça Armada é a Chefia, aquela que emana de fundamentos e normas profissionais, que assenta em conhecimentos da doutrina, na resistência física, na compreensão das aspirações do subordinado, ou melhor, numa autoridade antes de tudo profissional. O líder

que não se adapta integralmente a essas características não é Comandante, nem condutor de militares, e sim um dilettante fardado, às vezes instrumento ocasional de ambições, de politicagem. Na verdade, é um falso líder".

Como General, o Chefe se completa com a visão profunda das conjunturas nacional, continental e até mundial e dentro delas busca com estoicismo o cumprimento de sua missão, sem dar a mão a certos nacionalismos distorcidos que tentaram barrar a sua caminhada, infrutiferamente. A tudo resistiu com pensamento e atuação na sua época, mas identificado com o espírito do tempo e não só absorvido pelo dia a dia. Nos momentos de crise nacional, como de hábito, serve ao Exército sem o bifrontismo de atitudes dissimuladas e sem a esquivança de quem se subtrai ao dever. Sua preocupação permanente é o Exército e os seus problemas, sem se desligar da Política Nacional, mas nela não se imiscuindo. De degrau em degrau chegou ao ápice da carreira militar — Chefe do Estado-Maior do Exército. Aí, não obstante o caos reinante em volta, debruçou-se sobre problemas que sempre estudara e deu, então, sua contribuição definitiva à solução de muitos dêles. Manteve-se com a dignidade, o respeito devido aos superiores e tudo mais até o conhecido episódio de 31 de março de 1964, quando sua força moral e seu prestígio dentro e fora do Exército foram as molas mestras da aglutinação em torno do movimento.

"Não, as Fôrças Armadas não podem atraiçoar o Brasil. Defender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou síndico-comunistas".

Foi o brado de alerta que lançou no seu corajoso documento de 20 de março.

No General, o conceber, o planejar, o executar, o fazer executar, o dirigir, o exigir, o estimular, o orientar, o obedecer e fazer-se obedecer, fluem uníssonos como sinfonia a exaltar a verdadeira profissão militar.

Conquistou todos os postos da hierarquia militar pelo seu merecimento insofismável, pelo seu exclusivo valor pessoal, sem dever favor a quem quer que fosse.

A ascensão à Presidência da República tanto teve de surpreendente para élle, como de salvação para o Brasil conturbado de então. O Chefe Militar capaz transforma-se no novo Chefe da Nação, não por favoritismos de grupos mas por ser um repositório de virtudes demonstradas em 43 anos de serviços exclusivos ao Exército.

Sua ação e seus pronunciamentos são na base da afirmação do que sempre foi e em especial jamais esquecendo a fonte que tanto o deu de beber — o Exército.

"Todos sabem que não ambiciono o poder; aceito-o como forma de servir. Cumprirei até o fim a minha missão".

"Não alimentamos esperanças vãs, mas também não provoaremos desesperos tardios".

"Não permitamos que o fatalismo da velha sentença segundo o qual "cada povo tem o governo que merece" se entronize em nosso comodismo, ou em nossas desilusões. O conceito rebaixa a mentalidade política e amesquinha o homem brasileiro. Este merece muito mais. Merece, principalmente, aquêle novo estilo de governo, em que a honradez, por tão generalizada, não constitua título, e sim uma constante entre os que se dedicam ao serviço da administração".

São frases sóltas, mas que bem refletem o que foi o grande estadista. De sua atuação como Presidente falam mais alto os frutos que hoje colhemos, o que dia a dia mais corporifica uma afirmação tão justa quanto profunda a seu respeito — foi um grande Presidente.

Aí está, pois, um rápido repasso na vida de um HOMEM.

De seu caráter não se sabe o que mais apreciar: se a probidade, se a lealdade, a sinceridade de propósitos, a coragem moral, a firmeza de atitudes, o equilíbrio, a tenacidade ou o autodomínio. De sua inteligência realçamos o espírito criador, a flexibilidade, a objetividade e o contínuo método lógico de raciocínio.* De sua capacidade físico-mental basta mencionar quão difícil era acompanhá-lo. De seu espírito militar diga-se, apenas, acreditava no que fazia, acreditava no Exército e no Brasil. Como Chefe, amava a responsabilidade e as atribuía, também, na justa medida, aos seus comandados. Decidia com presteza e valorizava os assessores pelo que eram capazes de fazer.

Por fim, ponho em evidência o seu lado humano, com o que, mais um atributo há que se lhe acrescentar — o apêgo à sua família, e, em especial, àquela que foi a mola propulsora de toda a sua vida — D. ARGENTINA. Menciono, agora, um trecho de uma sua carta a mim enviada após a morte de sua pranteada esposa:

"Você bem pode calcular os sentimentos que em mim existem sem a Argentina. As recordações são imensas, uma dolorida saudade. Mas a pena que me causa de não vê-la mais existir é enorme: uma existência tão bem vivida podia, ainda, prolongar-se. E se foi a companheira de 41 anos".

Este é o retrato de um Chefe e que tem condições de sê-lo porque o verdadeiro Chefe é o protótipo do exemplo, e ele sempre o foi.

POR ISSO TUDO O SEU BUSTO AQUI SE ENCONTRA!

lharão no Tektite, espécie de laboratório-residência, lastreado na plataforma submarina, a algumas dezenas de metros de profundidade.

O complexo é formado de dois tanques cilíndricos de aço, medindo 5,30 metros de altura, interligados por um túnel e montado sobre uma base retangular. Apresenta quatro grandes divisões, numa das quais se acomodará o instrumental técnico; na outra, ficarão o equipamento elétrico, os condicionadores de ambiente e o depósito de alimentos; a terceira será destinada ao laboratório e a última à habitação dos aquanautas.

O Tektite recebe apoio de superfície por meio de uma base flutuante, que lhe fornece água potável, ar e energia elétrica, mantendo, ainda, a comunicação com a terra firme. A assistência médica e psicológica é assegurada por meio de um sistema de televisão em circuito fechado.

A tripulação será formada de especialistas nos vários ramos da ciência do fundo dos mares. Entre os escolhidos para a operação encontra-se uma bióloga brasileira, formada pela Universidade de São Paulo.

Composta exclusivamente de civis, à guarnição do Tektite fo-

ram oferecidas melhores condições de permanência do que aos participantes de um projeto similar a ser executado por militares. O sistema de fornecimento de ar, por exemplo, é mais eficiente.

O projeto francês

A réplica francesa do Tektite é o Argyronète, laboratório submarino móvel de pequenas dimensões, financiado pelo Instituto Francês de Petróleo e pelo Centro Nacional de Pesquisas Oceanográficas. O seu objetivo imediato é a procura de indícios de jazidas petrolíferas; em termos mais remotos, a pesquisa sobre a possibilidade da instalação de um *habitat* humano no fundo do oceano, em cidades silenciosas, tranqüilas, livres da poluição e do barulho da superfície.

Com uma tripulação de 10 homens, o Argyronète poderá atingir profundidades de até 600 metros, possuindo autonomia média de 72 horas de imersão. É o primeiro equipamento submarino em que irão conviver cientistas e simples mergulhadores. Seu criador foi o comandante Cousteau, inventor do pulmão submarino (*acqualung*).

UM FOGUETE DE TERCEIRA GERAÇÃO

O Minuteman-III, ao lado dos Poseidon (estes para serem lançados de submarinos submersos), representa a terceira geração de foguetes intercontinentais americanos (ICBM).

Trata-se de um MIRV (Multiple Independently Reentry Vehicle), isto é, um foguete intercontinental com três ogivas nucleares independentes, que se separam no ar para cair em diferentes objetivos prefixados. Ou então partir com ogivas de mentira (falsas bombas nucleares) destinadas a confundir os engenhos antibalísticos do inimigo, contribuindo assim para despistar e saturar suas defesas.

O tipo Minuteman constitui atualmente a espinha dorsal do sistema ofensivo nuclear norte-americano. De acordo com dados oficiais, no arsenal dos EUA existem 1.054 balísticos dessa classe enterrados em silos dispersos pelo território norte-americano que se encontram devidamente protegidos por fortificações que seriam mesmo à prova das bombas atômicas inimigas.

A longo prazo, deverão ser construídos 500 Minuteman-III, que se destinam a substituir a metade de seus homônimos de ogiva simples, com alcance de 12600 quilômetros. Em cada uma de suas três ogivas nucleares, o foguete carrega 170 quilotoneladas de poder destruidor atômico

(uma quilotonelada equivale a mil toneladas de explosivo TNT. A primeira bomba lançada, a de Hiroxima, tinha um poder de 20 quilotoneladas).

O contrato principal de sua construção foi confiado à Boeing. Cada Minuteman-III custa Cr\$ 13,5 bilhões.

No princípio do ano, o Presidente Richard Nixon destinou uma verba suplementar de Cr\$ 27 milhões para ultimar os trabalhos destinados a torná-lo operacional.

Ao mesmo tempo em que se ativam as conversações em torno dos projetos de desarmamento, tanto os Estados Unidos como a União Soviética aceleram a cadência de sua corrida armamentista, o que levou o comentarista Jacques-Francillon, do *Le Figaro*, ao seguinte comentário: "Cada qual dos dois adversários parece esforçar-se para dar ao outro razões para duvidar de suas boas intenções."

Não se tem notícia de que a União Soviética disponha atualmente de mísseis equivalentes ao Minuteman-III, embora se tenha afirmado, nas estatísticas por vezes contraditórias dos especialistas de ambos os lados que os russos contam com 1300 do tipo Minuteman de ogiva simples, e bem mais poderosos do que seus correspondentes norte-americanos.

MINUTEMAN/3 O FOGUETE DA GUERRA FINAL

Departamento de pesquisa

Os Estados Unidos anunciaram recentemente a instalação de mísseis Minuteman-3, com três ogivas nucleares independentes e capazes de atingir alvos diferentes em qualquer parte da Terra; ao mesmo tempo, a OTAN propunha ao Pacto de Varsóvia uma redução equitativa de forças. É uma incongruência que passa por cima das palavras ditas em intermináveis conferências de desarmamento, ou pelo menos, de uma desaceleração na corrida armamentista.

O Minuteman-3 é um foguete de três estágios e combustível sólido, o mais poderoso míssil balístico intercontinental desenvolvido pelos Estados Unidos. Robert McNamara, antigo Secretário de Defesa norte-americano, classificou-o como "o mais importante desenvolvimento tecnológico" dos anos 60, por sua capacidade de atingir diversos alvos com mais precisão do que era possível até então mesmo para os foguetes de uma única ogiva. Ao lado do Minuteman-3 está o Poseidon, que substituirá os Polaris nos submarinos nucleares e pode transportar 10 ogivas nucleares de até um megaton.

Os especialistas não acreditam que isso altere muito o equilíbrio das forças nucleares norte-americanas e soviéticas, considerando-se que a China ainda está engatinhando nesse campo. Os

soviéticos, ou já têm, ou breve terão foguetes iguais; sua capacidade de retaliação já é suficiente para dissuadir qualquer plano de ataque.

O filme *O Dr. Fantástico* deixou a impressão de que a hecatombe poderia ocorrer em consequência de um acidente, ou da loucura de qualquer dos homens-chave junto aos botões de disparo dos mísseis nucleares. De modo geral a possibilidade de um acidente é pequena, "bem menor do que a de um meteorito cair em Nova Iorque", gostam de dizer os americanos — mas em agosto do ano passado um soldado louco de 22 anos, Richard Ballou, guardava o arsenal atômico da ultra-secreta base de Hamilton, a apenas 40 quilômetros de São Francisco. A seleção rigorosa dos homens que lidam com armas nucleares falhou aí, apesar dos esforços para tornar o controle cada vez mais efetivo.

Os Minuteman-3 começarão a ser instalados em uma base subterrânea em Dakota do Norte, perto da fronteira com o Canadá. Lá um grupo de homens super-treinados está alerta 24 horas por dia para responder imediatamente a qualquer ataque nuclear inimigo — especificamente soviético. (Os soviéticos têm instalações semelhantes e grupos com os mesmos objetivos; ninguém pensa em começar uma guerra nuclear, mas todos têm medo de que o outro comece.)

A guerra nuclear

"Pensar na guerra nuclear é pensar no impensável", dizia Herman Kahn, um dos principais estrategistas norte-americanos. No entanto, o mundo não faz outra coisa senão pensar em sua destruição praticamente total, no mínimo na destruição da civilização como a concebemos. Se houver a terceira guerra mundial e a humanidade não sumir da face da Terra, a quarta guerra será certamente entre homens armados de tacapes e pedras.

"A guerra nuclear é como eu ter um bilhão de dólares, ou como o tamanho da dívida nacional: simplesmente não consigo entender." A frase é de um major norte-americano, que não entende mas participa: é um dos militares da Força Aérea destacado para a sala de comando da base de Minuteman-3; é um dos homens que controlam o foguete de 18 metros de altura e 32 toneladas, que em 32 segundos deixa seu túmulo para abrir, no máximo após meia hora de vôo milhôes de novos túmulos.

Este major sabe que está ali para não executar a missão para a qual foi treinado e para a qual se mantém à disposição dia e noite. Seu turno de 40 horas começa com uma viagem, em carro especial que sai da base de Grand Forks; depois de meia hora de viagem, chega ao armazém dos foguetes. Pouca coisa denuncia a base subterrânea, os silos de 24 metros de profundidade que escondem os Minuteman, cobertos por portas de concreto com 80 toneladas.

Na superfície há apenas um edifício baixo, cinzento, cercado de arame farpado e guardado por soldados bem armados. Só recitando uma senha individual e constantemente modificada se pode entrar no complexo militar. Dois oficiais descem de cada vez para a sala de comando, chamada Mike, 20 metros abaixo da superfície. Uma porta de oito toneladas, à prova de sopro nuclear, abre-se para um túnel de apenas metro e meio de altura, que desemboca no centro de comando, um salão de 9 por 15 metros. Esta sala é inteiramente assentada sobre quatro molas gigantescas, por sua vez montadas em uma plataforma flutuante sobre um lago artificial subterrâneo de 1,20 metros de profundidade. Se uma bomba inimiga explodir junto do Mike, o sistema amortecerá as vibrações maiores do solo, mantendo o centro em condições de operar a retaliação.

Como éles dois, cerca de 3 milhões e meio de norte-americanos vivem no mundo inteiro permanentemente ligados a possibilidades da guerra total. A mesma expectativa está nos mesmos mares e nos mesmos ares, quase o mesmo número de militares soviéticos.

Cada um dos dois oficiais que desce aos controles dos Minuteman leva um revólver calibre 38. Parece paradoxal lidar com uma arma capaz de matar milhôes de pessoas ao mesmo tempo e enterrar-se num subterrâneo com outra arma tão leve. No entanto o pequeno revólver faz parte do sistema de controle de acidentes.

Cada um dos militares tem ordens de matar o outro se perceber que, por qualquer motivo, tenta destruir o centro ou disparar os foguetes sem autorização.

Além disso, para dar a ordem de disparo, cada um tem que introduzir uma chave nos comandos e girá-las ao mesmo tempo — e as fechaduras ficam a 4,5 metros de distância uma da outra, tornando impossível, para um homem só, manejá-las conjuntamente.

E a ordem que os dois dão depende de uma outra ordem de confirmação, lançada de outro centro de comando. Se a confirmação não vier, só em duas horas a primeira ordem faz subir os Minuteman. O mecanismo tem duas funções: evita que dois oficiais malucos disparem os Minuteman sem dar tempo aos superiores de impedir a catástrofe, e evita que oficiais pacifistas demais paralisem os mísseis indefidamente, se chegar um dia a ser necessária a retaliação nuclear. Quer dizer: cada ordem prática de disparo depende de dois homens, de modo que seria necessário ter quatro malucos ao mesmo tempo, na mesma base, para provocar uma hecatombe acidental; é muito improvável.

Uma possibilidade maior é o Presidente dos Estados Unidos ficar louco e ordenar o disparo dos mísseis balísticos intercontinentais nucleares. Pela lei, ele é o único responsável por tal decisão, mas na prática sua ordem passará pelo crivo do Comando Aéreo Estratégico e do Secretário de Defesa, que tentarão dissuadi-lo e podem até não cum-

pri-la. Caberá então ao Vice-Presidente pedir ao Congresso o *impeachment* do insano dirigente.

Se, porém, a ordem presidencial for acatada, o Comando Aéreo Estratégico transmitirá o código para a base dos Minuteman e outras espalhadas pelos Estados Unidos, por mais de 30 países e por todos os mares, e em cinco minutos terá começado a terceira e talvez última guerra mundial.

Previsão cruel

O mundo mantém a esperança de que o equilíbrio do terror impeça a guerra nuclear total, mas analistas de pessimismo mais forte consideram a conflagração inevitável. Sustentam eles — à frente Herman Kahn — que a guerra nuclear não é necessariamente total, e que mesmo em caso de um ataque o inimigo surpreendido não responderá com toda a sua força, pois sabe que isso significa a destruição total. A guerra nuclear seria localizada — de preferência fora do território das grandes potências. Herman Kahn preparou um modelo de escaladas que até agora tem-se mostrado assustadoramente correto. As três fases iniciais são: 1) a crise de desentendimento grave; 2) gestos políticos, econômicos e diplomáticos para propor ao adversário a solução desejada; 3) declarações formais e solenes. Essas três fases iniciais constituem a guerra fria.

Depois a temperatura começa a esquentar: 4) endurecimento das posições; 5) demonstrações

de fôrça; 6) mobilização ostensiva; 7) propaganda para demonstrar ao mundo que o adversário é responsável; 8) atos de violência, conflitos de fronteira, etc.; 9) as fôrças dos dois lados tomam posição com armas convencionais — mas como cada um não sabe se o adversário armou-se nuclearmente, também, é preciso fazer o mesmo.

Seguem-se fases intermediárias: 10) rompimento das relações diplomáticas (se existiam); 11) estado de alarme; 12) guerra com armas convencionais, sem declaração de guerra; 13) a escalada; 14) guerra nos países vizinhos. Nesta última fase está o conflito do Vietnam, agora conflito da Indochina, com o envolvimento do Camboja e do Laos.

Terrível é notar a próxima fase prevista por Herman Kahn: 15) guerra atômica não intencional — explosões pelas quais se responsabilizará o acaso. Daí por diante será uma nova escalada para o caos: 16) ultimato, com ameaça de desencadeamento da guerra nuclear; 17) como medida de precaução, evacuação parcial

(30%) das cidades para diminuir os perigos do ataque do inimigo; 18) explosões atômicas demonstrativas; 19) ataque dissimulado como defesa contra suposto ataque; 20) bloqueio; 21) guerra nuclear local, intimidatória; 22) declaração de guerra nuclear limitada; 23) guerra nuclear local efetiva; 24) nova evacuação parcial das cidades (70%); 25) ataques demonstrativos contra o interior do país inimigo; 26) ataques a objetivos militares ou de valor econômico; 27) ataques indiscriminados contra quaisquer objetivos no país inimigo; 28) ataques a populações civis; 29) evacuação total das cidades; 30 a 35) intensificação sistemática das fases precedentes; 36) guerra às cidades; 37) destruição da população civil inimiga; 38) destruição total.

Calcula Herman Kahn (em 1965) que a destruição total não seria irreparável; sempre sobraria alguém para recomeçar a construção da humanidade. Mas agora, e cada vez mais, os megatonns acumulados são suficientes para acabar de vez com a vida humana na Terra.

De FRANÇA EM REVISTA

O FUTURO DO CENTRO ESPACIAL DE GUIANA

EMBAIXADA DA FRANÇA, 1970

Ao longo da costa atlântica, ao noroeste de Caiena (principal cidade do departamento francês do além-mar da Guiana) escalonam-se as zonas de lançamento do Centro espacial, devidamente especializadas, partindo dos engenhos, os mais leves, para os mais pesados.

Nas proximidades imediatas da base de Kourou, a zona de tiro dos foguetes-sondas, foi inaugurada, há dois anos, a 9 de abril de 1968, com o lançamento de um foguete científico "Véronique". Em seguida, a zona "Diamant", inaugurada a 10 de março de 1970. Além disso, estão em curso de preparação as instalações de lançamento destinadas aos ensaios do foguete "Europa" (ou "Eldo"), preparado pelo Centro europeu de construção e de lançamento de engenhos espaciais (Cecles), em inglês, Eldo.

Graças à sua situação privilegiada, à pequena distância do equador, e à sua larga abertura em direção ao norte, do este e do sul-oeste, face aos vastos espaços oceânicos do Atlântico central, desprovidos de terras, o Centro espacial de Guiana, bem equipado e provido de uma rica rede de

estações de controle e telemedicina, está certamente fadado a um brilhante futuro científico. A França, aliás, está firmemente decidida a colocar as instalações do Centro à disposição dos cientistas e técnicos estrangeiros — em primeiro lugar, os europeus.

Foi coroado de êxito o lançamento da Base de Kourou do novo foguete francês, "Diamant B". O engenho, que era portador de um pequeno satélite científico alemão Dial, foi lançado na terça-feira 10 de março, às 13h21m, hora francesa, e em seu primeiro tiro conseguiu colocar em órbita sua carga útil. Dial grava segundo uma trajetória elíptica, cujo perigeu se situa a 328 quilômetros e o apogeu a 1.629 quilômetros, com uma inclinação de 5,30 graus no Equador.

A carga útil do foguete "Diamant B" comporta duas partes: uma cápsula tecnológica (Mira), que faz corpo com o 3.º estágio, destinada a fornecer informações sobre o funcionamento e as performances do novo lançador, e uma cápsula científica (Wira) que realizará quatro experiências.

O programa Dial, para a realização do qual foi assinado um protocolo de acordo entre o Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES) e o Ministério da Pesquisa da República Federal Alemã (BMwF), após o programa Symphonie, virá reforçar a cooperação espacial européia.

Obs. — "Diamant B" foguete operacional de 23 metros de comprimento, pesa 24 toneladas e procede, essencialmente, do "Diamant A". Tal foguete é capaz de pôr um satélite de 120 kg sobre uma órbita de 500 km. As performances do lançador poderão

ser aumentadas no futuro, pelo acréscimo de um quarto estágio — o que lhe permitirá satelizar uma carga de 120 kg sobre a órbita circular de 1.000 km de altitude.

Graças às suas performances, o "Diamant B" poderá lançar no fim do mês de novembro do corrente ano, um novo satélite científico francês, o D2-A, mais pesado e mais complexo que seus predecessores.

O D2-A terá como missão essencial estudar a repartição do hidrogênio atômico em volta da Terra.

Da revista **SCRIPTA**

TRÁGICA CONTRADIÇÃO DA AMAZÔNIA

Sendo indispensável à preservação da vida na Terra, é também a região mais pobre

Segundo diversas fontes estrangeiras das mais autorizadas, principalmente de pesquisas científicas dos Estados Unidos, as florestas densas da Região Amazônica e os seus grandes rios, se constituem na maior reserva de elementos naturais necessários à vida, inclusive à formação da atmosfera que envolve o Globo Terrestre. De tal maneira que, se por qualquer circunstância essas reservas fôssem substancialmente reduzidas, estaria comprometida a existência de oxigênio, o elemento vital da vida na Terra.

Única Reserva de Expressão — Segundo essas mesmas fontes, a única reserva florestal de expressão no mundo é a da Região Amazônica. Levantamentos realizados constaram que as reservas florestais fora da Região Amazônica não são muito significativas, e assim não contribuem de modo determinante para a preservação desses elementos vitais. As florestas da África, por exemplo, não obstante extensas, são de pouca densidade e entre-meadas de vastas planícies de vegetação rala. Essa é uma das

razões pelas quais ai abundam os grandes quadrúpedes em geral. Na Ásia existem florestas densas, porém de dimensões relativamente pequenas. A característica da Região Amazônica, ao contrário, é a de escassas planícies de vegetação rala e imensas extensões de florestas densas, onde abundam répteis, insetos e aves, e onde escasseiam os grandes quadrúpedes. Essa região abrange boa parte do Brasil (Estados do Amazonas, Pará, e ainda substanciais regiões de Mato Grosso, Goiás, Maranhão e Piauí) e da Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Peru e Panamá.

Compensação — Assim, na Amazônia está concentrada a maior reserva florestal e de rios do mundo, reunindo elementos vitais para a continuidade da vida no planeta. Estima-se que essas florestas e rios representem mais de 30% de toda a reserva mundial. Nessas condições, não há a menor dúvida de que a Amazônia, ou melhor, seus rios e suas florestas, devam ser preservadas. É claro que os meios

modernos de colonização e planejamento econômico impediriam que os programas de desenvolvimento da região tivessem caráter predatório, a ponto de comprometer aquelas reservas. Mas, de qualquer modo, não se deve esquecer que mais de uma vez interesses estrangeiros referiram-se à "internacionalização da Amazônia", e por motivos menores que as de preservação da vida no planeta. O Senhor Hermann Khan, recentemente, advogou desvios de rios e a constru-

ção de um grande lago na Região Amazônica, e isso não convenceu e não agradou a ninguém. Por outro lado, o perigo da redução da atmosfera que envolve o Globo Terrestre não parece ser um problema a curto prazo, como é o da colonização da Região Amazônica, cujos povos, possuidores de bens tão valiosos, são, ao mesmo tempo, dos mais pobres do mundo.

De TAM

COMANDOS

Cel Cav GERALDO KNAACK DE SOUZA

Tradução de TAM — Fev/70

Comandos... a palavra faz sonhar. Tem sido utilizada para ilustrar capas de revistas, livros de guerra e filmes.

A formação de Comandos, de fato, para os que a têm compreendido e realizado, é antes de tudo um estado de espírito — o *espírito de choque* — que visa impor sua vontade à do adversário quaisquer que sejam as dificuldades a superar e interessar a tôdas as armas e serviços, desde o infante até os homens dos serviços gerais, abrangendo motoristas de viaturas e os lançadores de mísseis.

É inadmissível, afirma o Ten Cel Bellamy, que dirige o CNEC (Centre National D'Entrainement Command) de Mountlois "que um motorista considera sua missão terminada quando o veículo é destruído. Se recebeu formação de Comandos, sairá da viatura com seu fuzil ou metralhadora e continuará o combate. Se dispõe de pouca munição, achará sempre bastante explosivo para improvisar minas e armadilhas e, se a oportunidade surgir, tentará enviar informações".

É com a finalidade de incutir semelhante ânimo a tôdas as armas e serviços do exército francês que foram criados os Centros de Treinamento de Comandos. O primeiro foi o de Givet nas margens do Meuse em 1963. Hoje, tôdas as Regiões Militares têm possibilidades de enviar suas unidades aos diferentes Centros espalhados (através da França). Lá, no curso de um mês de estágio, todos os soldados de uma Cia sob as ordens de seus quadros orgânicos vão ser impregnados do culto da missão. Vão desenvolver o gosto pelo sacrifício e pelo risco, aprender a superar o medo, a adquirir confiança em si mesmos e fortalecer o caráter. Vão ser treinados a enfrentar situações as mais variadas, as mais difíceis, tanto de dia como de noite, dispondo de meios os mais precários. Vão, enfim, sentir a significação do trabalho em equipe e do esforço em conjunto.

"Trata-se de, em um mês, desenvolver ao máximo as qualidades morais e físicas dos quadros e da tropa, aperfeiçoar em cada um as técnicas individuais do combatente e fortalecer a coesão da unidade".

CORAGEM E DETERMINAÇÃO

Esta instrução não varia de um CEC para outro, entretanto cada Centro, dentro de suas características naturais, tem um estilo próprio.

De qualquer forma o estagiário deverá, continuamente, sobrepujar-se, encontrar novos limites para sua vontade e coragem física nos percursos arriscados que deve enfrentar e, sómente, os inconscientes não têm medo quando abordam pela primeira vez os obstáculos instalados nos fossos do forte que abriga o CEC de Givet. É freqüentemente, a 25 metros do solo que se torna necessário dependurar-se em uma roldana, deitar-se sobre a tirolesa obliqua ou deslizar ao longo de um cabo com o auxílio de um anel de corda que se agarra com ambas as mãos e o coração bate um pouco mais rápido que o normal.

Coragem e determinação são igualmente necessárias, para escalar escarpas abruptas com mochila e arma nas costas. Transportar munição, tendo atrás de si despenhadeiro de 100 metros, molha a camisa de qualquer um, em pleno inverno.

Esta coragem e esta força de vontade serão fortalecidas pela técnica, quando os estagiários tiverem de operar com explosivos e atravessar um rio tão largo quanto o Meuse e numa simples balsa feita de um molho de palha e um pano de barraca.

O estagiário deverá demonstrar astúcia quando tiver de utilizar da melhor maneira os recursos locais e obter meios de sobrevivência em área aparentemente desértica, ser dotado da minuciosidade de relojoeiro quando for preparar armadilhas em situações diversas, improvisar minas e aprender a destruir obras de arte ou vias de transporte.

Afinal, deverá aplicar todas essas qualidades durante os exercícios de Comandos que constituem o encerramento do estágio.

Essas provas parecem insuperáveis e, de fato, poderão ser, se o treinamento não for progressivo e cuidadosamente estudado.

Mas, no decurso do mês, o estagiário deverá aprender a tentar sempre um pouco mais e a crer mais nele mesmo.

"Acreditar e Vencer" — É o lema do CEC do GIVET. Organizar esta instrução de Comandos tanto nas Guardas do Exército quanto no CEC é uma das principais tarefas do CNEC de Montlouis no plano nacional que deve igualmente proporcionar a formação de instrutores (Oficiais) e monitores (Sargentos) que conduzirão o treinamento de Comandos nas unidades e no CEC.

No Plano Regional, está igualmente (o CNEC) encarregado de desempenhar o papel do CEC para as unidades das IV e VII Regiões

Militares. Esta não é a missão principal do CNEC, mas sua atuação nesse domínio, como Centro Nacional, constitui o padrão da instrução de Comandos, sem cessar de aperfeiçoar-se e manter-se atualizado.

O CNEC de Mountlouis está instalado em duas guarnições nos Pireus Orientais. Uma em Mountlouis (a 1.630m de altura) e outra em Collioure, um Forte que domina o pôrto. É aí que os futuros instrutores e monitores de técnicas de Comandos vão passar as duas primeiras semanas do estágio de oito.

Os Oficiais e Sargentos, inclusive os de Polícia, vêm de todos os corpos da França e da Alemanha.

Desde a chegada para o estágio (o efetivo varia de 24 a 32 instruendos) os Oficiais e Sargentos são recebidos por um grupo de instrução (1 Oficial e 3 Sargentos) que dêles se encarregará até o último dia de estágio, dois meses depois.

Os Sargentos têm um programa ligeiramente diferente dos Oficiais. Inclui um pouco mais de topografia, de tiro e muito menos tempo de estudo dos diferentes meios de destruição e sabotagem. Anexo, um programa típico de estágio para Oficiais.

PAPEL DE PILOTO

O esforço, durante dois meses é feito sobre o papel do instrutor, quer se trate de técnicas ou de aplicação no terreno e os estagiários constatam nessas aplicações táticas no terreno que as técnicas de Comandos são valiosas em todas as categorias de fôrças. Longe de substituir os processos próprios, de cada arma, as técnicas de Comandos a elas se somam e permitem muitas vezes cumprir a missão mais rápida e completamente.

Os futuros instrutores e monitores devem ser convencidos de que o estilo dos Comandos consiste, antes de tudo, em combater melhor e mais agressivamente.

Já dissemos anteriormente que o CNEC desempenha o papel de orientador no treinamento das unidades e a regra básica desse trabalho é a de deixar aos quadros orgânicos o máximo de responsabilidade na conduta das sessões de instrução.

O Comandante do corpo escolhe seu "menu" no "cardápio" apresentado pelo CNEC, em função do nível de instrução de Comandos de sua unidade. Durante o estágio, os grupos de instrução do CNEC atuam como conselheiros técnicos junto aos quadros da unidade, aos quais, praticamente, cabe a responsabilidade de conduzir toda a instrução. Esta fórmula dá bons resultados e permite reforçar consideravelmente a coesão das unidades.

A fim de poder ministrar instrução de Comandos de elevado rendimento, os instrutores devem saber, mais que os alunos, atualizar-se sem cessar e dominar, inteiramente, cada uma de suas técnicas.

Cinco oficiais de instrução especializada (combate, armamento e tiro, montanhismo, destruição e navegação) asseguram a formação permanente dos quadros do CNEC, os quais continuam, por outro lado, cada um em seu ramo, as pesquisas sobre a elaboração e a evolução das técnicas e da doutrina de Comandos.

Cada oficina, chefiada por um Oficial e disposta de Sargentos, em número variável, trabalha em proveito dos períodos de atualização dos quadros do CNEC para o aperfeiçoamento das técnicas. Com elas, as oficinas podem, realmente, atingir o limite máximo.

Os estágios para Oficiais existem desde 1966. A partir de então, mais de 600 Oficiais foram instruídos nas técnicas de Comandos. Admite-se que, no futuro, cada unidade elementar das forças do território, cada corpo das outras forças e cada Centro de Instrução deverá dispor de um Oficial Instrutor de Comandos e três Monitores de Técnicas de Comandos.

Os CEC existem desde 1963. Setecentas unidades fizeram estágios de duração variável entre dezessete dias e um mês. Não é suficiente. Cento e cinqüenta unidades ainda não puderam usufruir desse benefício. Para isto, um novo CEC destinado ao 1º Corpo do Exército acaba de ser criado.

A N E X O

PROGRAMA DE ESTÁGIO DE OFICIAIS NO CNEC DE MOUNTLOUIS

REPARTIÇÃO GLOBAL

— Collioure — Duas semanas	88 hs
Mountlouis — Seis semanas	264 hs
Total	352 hs

REPARTIÇÃO DAS HORAS

— Formação Geral	5 hs
— Treinamento Físico	45 hs
— Transposição de Curso de Água e Navegação	34 hs
— Montanhismo	31 hs
— Socorros	8 hs
— Sobrevivência	19 hs
— Fuga e Evasão	Noturna
— Destruição, Combate Aproximado Anticarro	70 hs
— Topografia	9 hs

— Busca e Transmissão de Informes	11 hs
— Apoio Logístico	9 hs
— Deslocamento, Estacionamento	3 hs
— Golpes de mão, Emboscadas	34 hs
— Exercício Final	64 hs

NOTA DO TRADUTOR

CNEC — Centro Nacional de Treinamento de Comandos

CEC — Centro de Treinamento de Comandos

A tradução do presente artigo teve por finalidade colaborar com os leitores de A Defesa Nacional oferecendo-lhes um subsídio para a organização da instrução de Comandos de evidente importância nos dias de hoje e que vem merecendo, cada vez mais, a consideração do nosso Exército, haja vista a Portaria n.º 292-GB, de 12 Agô 68, do Ministro do Exército que aprova as Instruções para o Funcionamento do Centro de Instrução Aeroterrestre General Penha Brasil, da Brigada Aeroterrestre, regulando o funcionamento do curso de Comandos que ali funciona. Por outro lado o desenvolvimento que vem tendo o Centro de Guerra na Selva muito tem contribuído para o aprimoramento da instrução dos Comandos.

ELETRICIDADE E DESENVOLVIMENTO

É pacífico o conceito de que o padrão de vida de um povo está diretamente relacionado com o consumo de energia elétrica. Assim, a zona de maior densidade demográfica do país pode ser considerada de alto padrão de existência, porquanto o índice "per capita" de consumo de eletricidade é comparável ao dos países de maior desenvolvimento.

Não há dúvida de que o consumo de energia elétrica retrata, também, o desenvolvimento econômico de uma região. A expansão das indústrias e o maior movimento do comércio refletem-se em acréscimo do consumo de eletricidade.

Sob este aspecto, a região centro-sul do nosso país, liderada pelos dois maiores centros urbanos, São Paulo e Rio de Janeiro, marchou com passos seguros no sentido de firmar, cada vez mais, o seu conceito como a área de maior índice de desenvolvimento, não só do Brasil mas de todo o continente sul-americano, o que se pode verificar nos dados revelados pelo relatório anual da Light.

Através desse documento, divulgado há dias, observa-se que, no setor da energia elétrica, os resultados ultrapassaram as previsões mais otimistas. A construção de novos circuitos e a substituição de linhas obsoletas, na parte de transmissão de energia, proporcionaram, em 1969, um acréscimo de 159,7 km de linhas. No final do ano, achavam-se em construção ou reconstrução mais 11 linhas, em sua maioria de 88 kV (setor que absorveu o maior volume de trabalho da concessionária, nesse ano), num total de 214 km de circuitos. A capacidade transformadora das estações terminais e das subestações distribuidoras foi aumentada cerca de 500.000 kVA alcançando, no final do ano, a capacidade total de 5.803.017 kVA.

Na parte de distribuição de energia, registraram-se também índices recordes, quer na vendagem, quer em número de usuários. Foram fornecidos 16.880 milhões de kWh, 10% a mais do que em 1968, a 2.846.602 consumidores. O acréscimo de consumidores foi de 184.226, isto é, 6,9% mais do que em 1968. Prevê-se, para o segundo semestre de 1970, a ligação às redes da Light de 3.000.000º usuário, o que coloca a concessionária brasileira entre as maiores empresas privadas de distribuição de eletricidade do mundo. Cérra de 48%

de toda a produção vendida foi absorvida pelos 42.000 estabelecimentos fabris instalados na área de atendimento da Light, tendo-se verificado crescimento notável de consumo de energia em dois grandes ramos da indústria básica da economia nacional: o siderúrgico (26,7%) e o automobilístico (15,3%). A ponta máxima do sistema atingiu, no dia 3-7-69, ao recorde de 3.418,6 Megawatts.

Nas rédes distribuidoras foram instalados mais 17.557 km de condutores, 74.803 postes, 23.622 novos focos de iluminação pública e 7.270 transformadores, com a capacidade global de 402.905 kVA. Nas áreas de maior densidade de carga foram construídas e instaladas 121 câmaras subterrâneas de transformadores, 8,8% do total de 1968. Tal volume de trabalho possibilitou aumentar para cerca de 213.000 km a extensão total dos condutores aéreos e subterrâneos de distribuição, para 739.000 o número de postes, para 276.000 o de lâmpadas de iluminação pública e para 3.735.000 kVA a capacidade dos transformadores de distribuição.

Impressionante também foi o vulto dos recursos absorvidos no custeio do plano de recuperação e expansão dos serviços: 295.400.000 de cruzeiros. O plano em aprêço, exigiu, no último quinquênio, disponibilidades da ordem de Cr\$ 1.020 milhões, enquanto estudos já prontos indicam que, nos próximos 5 anos, somente a expansão de instalações de distribuição exigirão investimentos superiores a Cr\$ 2 bilhões.

O relatório da empresa salienta que os recordes mencionados foram alcançados num ano hidrológico excepcionalmente seco, no qual as vazões dos rios que alimentam as usinas do sistema apresentaram, por nove longos meses, em algumas bacias, índices dos mais baixos já registrados. E tais recordes foram conseguidos graças à operação de interligação dos sistemas da Central Elétrica de Furnas, Centrais Elétricas de São Paulo, Centrais Elétricas Fluminenses, Centrais Elétricas de Goiás, Centrais Elétricas de Minas Gerais, Companhia Brasileira de Energia Elétrica, Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Companhia Paulista de Luz e Fôrça e o da Light.

Por outro lado, o balanço revela que a receita bruta da empresa atingiu a Cr\$ 1.240.378.173. Deduzidas as despesas de exploração, as cotas de depreciação e reversão, os impostos e outros itens, computada a receita estranha à exploração e feitas as apropriações para a reserva legal e para dividendos de 10%, resultou um saldo de Cr\$ 29.467.719. Convém notar que a remuneração da concessionária é calculada na base de 10% sobre o investimento remunerável, ao fim de cada exercício. Por conseguinte, um aumento de vendas de energia não equivalente a um aumento dos lucros, pois estes, de acordo com a legislação, estão relacionados tão somente ao valor do investimento. Quanto maior for o investimento, maior será, consequentemente, o lucro decorrente da remuneração do capital.

O capital social da Light, em 1969, foi aumentado em duas oportunidades. O primeiro aumento foi de Cr\$ 380.707,389, dos quais parte através da capitalização de lucros em suspenso, reservas livres, reserva para manutenção de capital de giro próprio e reserva de capital (correção monetária), de que resultou a distribuição aos acionistas de 3 novas ações para cada grupo de 10 ações, e parte mediante capitalização de crédito da ELETROBRÁS, decorrente do saldo de contribuição dos consumidores. O segundo aumento, num montante de Cr\$ 55 milhões, efetivou-se através de subscrição pública, quando, em apenas 22 dias úteis, 111.138 investidores ingressaram no quadro de acionistas da empresa, na maior oferta de ações já realizada no Brasil e a de mais rápida absorção pelo mercado: um lote vendido a cada 5 minutos, um subscritor novo a cada 24 segundos (calculados sábados e domingos).

Assim, antigos e novos acionistas participam do capital e da vida de uma empresa que exerce atividade básica, ao lado de órgãos estatais e de economia mista, realizando-se a tão almejada conjugação de iniciativas e de trabalho para cumprir tarefas fundamentais vinculadas ao desenvolvimento das riquezas da Nação.

A coexistência de sociedades privadas e públicas, no vasto campo da energia elétrica, vem demonstrar que não mais existe o problema de se ter de optar entre estas ou aquelas: a demanda é tão voraz que se impõe manter e incentivar as empresas já existentes, enquanto se promove a criação de outras, para a soma de esforços na gigantesca tarefa de assegurar energia para o Brasil do ano 2.000.

Artigo da Revista: JAPÃO DE HOJE

Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão

DEFESA

Após sua rendição às Fôrças Aliadas, em agosto de 1945, o Japão foi completamente desarmado, tendo renunciado à guerra e à ameaça ou uso de fôrça como direito soberano, segundo a Constituição promulgada no ano seguinte. Manteve-se totalmente desarmado nos cinco anos que se seguiram e a sua segurança, quer interna quer externa, ficou inteiramente a cargo das Fôrças Aliadas de ocupação, constituídas em sua maioria por fôrças dos Estados Unidos.

Uma situação inteiramente nova foi criada no leste asiático com o inicio das hostilidades na Coreia em 1950. A maioria das fôrças americanas com base no Japão, foi mandada para o teatro de guerra, deixando enorme lacuna na segurança do país. Por iniciativa das autoridades de ocupação, ficou decidido que o Japão assumiria parte da responsabilidade pela sua segurança interna.

De acordo com tal decisão, em julho de 1950, o Comandante Supremo das Fôrças Aliadas em Tóquio determinou ao Governo japonês que constituísse uma fôrça denominada Reserva da Polícia Nacional, com um efetivo

de 75.000 homens e aumentasse os efetivos da Agência de Segurança Marítima — aproximadamente equivalente a uma fôrça de guarda-costa para 18.000 homens. Essas organizações foram o embrião das atuais Fôrças de Autodefesa.

Desde esta época, a tarefa de manter a segurança nacional tem sido compartilhada pelo Japão e pelos Estados Unidos. A contribuição dos Estados Unidos é executada de acordo com os termos do Tratado de Segurança existente entre os dois países, concluído por ocasião da assinatura do Tratado de Paz de São Francisco em 1951 e reformado posteriormente em 1960. O Tratado prevê, entre outras coisas, a permanência de fôrças militares dos Estados Unidos no Japão para auxiliar a sua proteção contra a agressão externa.

O Tratado é suplementado por um Acordo de Defesa e Assistência Mútua estabelecido em 1954, semelhante aos outros acordos existentes entre os Estados Unidos e seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Em cumprimento a este acordo, os Estados Unidos fornecem equipamento, material, ser-

viços e outros tipos de assistência ao Japão, enquanto este fornece em troca material necessário e serviços.

Os efetivos combinados das Fôrças de Autodefesa eram de 273.123 homens em março de 1966, assim especificados:

- Chefes de Estado-Maior Combinado: 78 militares e 37 civis;
- Fôrças terrestres: 171.500 militares da ativa e 27.000 da reserva. A fôrça terrestre é constituída por cinco exércitos, 13 divisões e 13.630 civis, dispondo de 279 aeronaves, incluindo 129 helicópteros;
- Fôrça marítima: 34.963 militares e 4.980 civis, dispondo de 220 navios e outros vasos totalizando cerca de 120.000 toneladas, 260 outras embarcações diversas e 240 aeronaves;
- Fôrça Aérea: 39.553 militares e 5.356 civis, dispondo de 1.100 aeronaves, incluindo aviões F-104J, F-86D e F-86F.

De acordo com o programa de expansão, para um período de cinco anos, a fôrça terrestre terá seus efetivos aumentados para 180.000 militares da ativa e 30.000 da reserva até 1966. A frota da Fôrça Marítima passará a ser de 140.000 toneladas. Os caças a jato Sabre F-86F da Fôrça Aérea serão substituídos por caças Lockheed F-104J Super Star-fighter que constituirão o princi-

pal elemento de contingente de combate da Fôrça Aérea. O principal objetivo do programa quinquenal é a melhoria qualitativa do armamento e de outros equipamentos das Fôrças de Autodefesa, ao invés do aumento apenas quantitativo.

Tanto nas disposições dos tratados com os Estados Unidos, como nos seus próprios preparativos de defesa, o Japão tem tido sempre em mente as limitações impostas pela cláusula da Constituição que preceitua a renúncia à guerra. O Supremo Tribunal determinou em 1961 que a Constituição não impunha qualquer restrição ao direito inerente ao Japão de se defender contra a agressão. Como consequência, todos os preparativos do país são limitados a medidas meramente defensivas, quer no tocante a tratados quer quanto a dispositivo de defesa.

O Tratado de Segurança e o Acordo de Defesa e Assistência Mútua com os Estados Unidos contêm declaração expressa de que deverão ser executados dentro das limitações constitucionais impostas pela cláusula de renúncia à guerra. As fôrças de Autodefesa dispõem apenas de armamento defensivo. A Fôrça Aérea, por exemplo, não tem bombardeiros e a Fôrça Marítima não conta com qualquer navio maior do que destróier. Um outro princípio básico desta política proíbe que as Fôrças de Autodefesa sejam enviadas ao estrangeiro.

"A DEFESA NACIONAL"

O Sr. Ministro do Exército, em Aviso n.º 373-D/6-GB, de 25 de novembro de 1968, resolveu reiterar o Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL, e cujo teor é o seguinte:

"1. Reiterando, vinte e um anos depois, os conceitos e as recomendações do Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, da então Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL para a cultura profissional e geral dos militares do Exército, cumpre o dever de congratular-me com a sua atual Diretoria pelos beneméritos esforços que está empreendendo para a consolidação do prestígio crescente dessa mais antiga e mais conceituada Revista brasileira de assuntos militares e gerais.

2. Ela continua a merecer não apenas o apoio da Alta Direção do Exército, como, particularmente, o interesse e a contribuição de todos os oficiais, subtenentes e sargentos, como fator preponderante da atualização dos conhecimentos e dos estudos imprescindíveis ao preparo próprio, o que constitui não apenas amor à profissão, como virtude militar, em todos os Exércitos.

3. Os que são assinantes, leitores e colaboradores de A DEFESA NACIONAL recomendam-se, por isso mesmo, como militares preocupados com o seu próprio preparo profissional e com o prestígio da cultura do Exército.

4. Esta recomendação deve ser transcrita, obrigatoriamente, nos boletins internos de todos os escalões de comando e da administração do Exército."

(Av. n.º 373-D/6-GB, de 25 Nov 68, do Ministro do Exército.)

Preço deste exemplar
Cr\$ 3,00

S Ge Ex
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1970